

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 29ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – 6ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à realização do ciclo de debates Pela Vida das Mulheres: Educação, Enfrentamento do Machismo e Garantia de Direitos
- 1.3 – Reuniões de Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – MANIFESTAÇÕES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/4/2017

Presidência dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Carlos Pimenta

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discursos dos deputados João Leite e Carlos Pimenta; aprovação – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 4.184 a 4.188/2017; Requerimentos n°s 6.799 a 6.801/2017 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Cultura, de Transporte, de Esporte e de Direitos Humanos – Registro de Presença – Questão de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Fabiano Tolentino, João Leite e André Quintão – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários n°s 2.767, 2.783 e 2.784/2017; deferimento – Registro de Presença – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Bonifácio Mourão – Bráulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h7min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado João Leite.

O deputado João Leite – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero, novamente, assinalar minha posição e minha disposição de sempre cobrar da Mesa da Assembleia e do governo do Estado que encaminhe a esta Casa esclarecimentos sobre o Projeto de Lei nº 4.135, que continua hibernando em algum lugar, mas com regime de urgência de 45 dias. Precisamos de mais informações. Já está para nós muito claro que é um projeto que fere os marcos legais, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição Federal, especialmente em sua regra de ouro, e que vem cheio de questões a serem esclarecidas. A primeira que temos discutido sempre aqui: quais são esses imóveis e a localização deles. Buscamos até um exemplo da sua Ouro Fino, presidente, com a nossa Febem, que V. Exa., há anos, fez buscar para o trabalho com crianças naquela cidade. E as outras unidades da Febem do Estado? Elas serão também dadas, vendidas? Precisamos de explicações. Qual é a verdade sobre esse projeto do governo? Ora, no Estado em que imaginávamos que teríamos todas as informações, falta-nos tudo. Na listagem dos imóveis faltam informações básicas, importantes para a decisão das deputadas e dos deputados. De alguns não consta a metragem, de outros não consta sequer o município em que está localizado o imóvel. Há outra questão sobre esses imóveis: parece-me que hospitais e escolas estão entre eles. A pergunta é a seguinte, especialmente, deputado Sargento Rodrigues, em relação aos hospitais e às escolas: o pagamento desse aluguel será contado no investimento mínimo da saúde, deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde? Eles vão inserir o gasto de aluguel com hospitais no mínimo da saúde? O Estado tem que investir 12%. E as escolas alugadas? Será inserido o gasto com o aluguel delas no mínimo da educação? São perguntas que têm de ser feitas. Depois, há essa repentina criação de fundos. Hoje os brasileiros amanheceram impressionados com os bilhões de déficit do fundo de previdência da Petrobras, do fundo dos funcionários dos Correios. Meteram a mão no fundo dos funcionários dos Correios, meteram a mão nos fundos da Petrobras, meteram a mão também nos fundos da Previ. Temos um grande prejuízo para a trabalhadora e para o trabalhador brasileiros. E vem o senhor governador criar mais fundos em Minas Gerais. Um fundo para o governador Pimentel, do PT, chamar de seu, para ir lá no fundo buscar dinheiro, investir dinheiro nesse fundo não se sabe onde. Precisamos dessas explicações. O fundo é um instrumento – V. Exa. domina essa matéria – sem personalidade jurídica. Ora, deputado Dalmo Ribeiro, precisamos de informações. Não é possível convivermos na Assembleia Legislativa com essa situação. Ontem citei a questão da Quota Estadual do Salário-Educação. É dinheiro para a alimentação escolar, deputado Dirceu Ribeiro. É dinheiro para o alimento da criança e do jovem que estão na escola. O governo federal manda para Minas Gerais R\$700.000.000,00 por ano. Devemos ter guardados mais de R\$4.000.000.000,00 do dinheiro da quota-educação. Como ele vai ser utilizado? Gostaria, novamente, de reforçar esse assunto. Farei isso todas as vezes. Estou alertando os meus companheiros deputados. Não podemos votar essa matéria sem as informações corretas. Obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado. Com a palavra, para discutir, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – Muito obrigado. Estamos usando este horário para trazer um assunto extremamente importante e grave que está ocorrendo. Ontem, numa audiência pública da Comissão de Educação e Ciência e Tecnologia, foi tratada a situação das pessoas que entram nas nossas universidades estaduais por meio de quotas. Recebemos um ofício de um professor da

Unimontes. Vossa Excelência a conhece muito bem, porque esteve presente em uma reunião que fizemos lá, e fiquei muito satisfeito com a sua presença. Agradeço muito porque o senhor teve a oportunidade de conhecer uma das mais consolidadas universidades do Brasil, a Unimontes. Um professor me enviou um *e-mail*. Gostaria apenas de fazer uma pequena leitura dele, que tem tudo a ver com a audiência de ontem e com a Minas Gerais de hoje. Ele fala das dificuldades enfrentadas pelos professores especialistas, os que têm mestrado e doutorado na Unimontes. Para exemplificar, uma universidade se consolida pelo número de mestres e doutores que tem, Dirceu. Se uma universidade tem vários mestres e vários doutores, tem muito mais condições de participar de eventos em nível nacional e internacional e de receber recursos e reconhecimento. Contudo, esses professores mestres e doutores estão passando pela maior dificuldade já encontrada em toda a história de uma universidade que tem mais de 55 anos, a Unimontes. Ele diz em determinado trecho do seu *e-mail*: “Em último levantamento realizado, 165 professores estão com graves defasagens salariais, sendo que 92 são doutores e 73 são mestres. Dos 92 doutores, 30 recebem como especialistas, que são os professores que não têm o título de mestre nem de doutor. Um professor especialista da Unimontes recebe menos do que um professor da rede básica”. Ou seja, quem está ali ensinando os futuros médicos, dentistas, economistas, advogados recebe menos do que um professor que trabalha na rede básica pública. Não que os professores da rede básica recebem muito, pelo contrário, os nossos especialistas recebem muito pouco pelo que investiram e pelo grau que representam. Desses professores, 30 recebem como especialistas, e os outros recebem como mestres. Os 73 mestres recebem como especialistas. Então, deputado Dalmo, estou chocado com esse *e-mail* que recebi a respeito da situação desses professores da Unimontes. Precisamos nos preocupar com as cotas raciais, com os afrodescendentes, os descendentes das nações indígenas, mas o governo do Estado está se esquecendo daqueles professores que constroem uma grande universidade. Estou preocupado demais. Estamos vendo a Uemg caminhando a passos lentos para a sua consolidação, enquanto a nossa Unimontes está sofrendo um desmonte. O governo do Estado deve se conscientizar de que só se constrói um grande estado, uma grande nação valorizando os professores. E, neste momento, quero fazer um apelo ao governador Fernando Pimentel para que possa ter essa nova visão, esse novo tratamento com a nossa Unimontes. Não vamos permitir isso e vamos denunciar todas as vezes em que ocorrerem fatos dessa natureza, em que os mestres, os doutores que investiram, que acreditaram, que se prepararam, que se qualificaram, recebam salário vergonhoso. Muitos desses professores precisam exercer outras atividades, fazer bicos; muitos estão vendendo sanduíches, artigos de beleza, artigos supérfluos para completar uma renda salarial cuja responsabilidade deve ser do governo do Estado. Obrigado.

O presidente – Gostaria de acrescentar que para mim foi uma grande honra estar ao lado de V. Exa. em defesa de sua Unimontes, e sei do carinho que tem por essa respeitabilíssima universidade do Norte de Minas. Sempre que precisar, estaremos ao seu lado.

Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.184/2017

Declara de utilidade pública a Associação CÉU DA MANTIQUEIRA, com sede no Município de Senador Amaral.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação CÉU DA MANTIQUEIRA, com sede no Município de Senador Amaral.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2017.

Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

Justificação: Por sua finalidade contributiva no Município de Senador Amaral, que vem desenvolvendo o turismo científico e divulgando o conhecimento nas áreas da Astronomia, Radioastronomia, Ciências Atmosféricas e da Terra, além de desenvolver pesquisas básicas em Radioastronomia.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.185/2017

Dispõe sob a estadualização de trecho rodoviário que especifica e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica transferida para o Estado de Minas Gerais, sob a responsabilidade do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Minas Gerais - DEER - MG, a estrada que liga o Distrito de Palmital de Minas, no Município de Cabeceira Grande, passando pela Usina de Queimados e também em território do Município de Unaí, até a BR-251 (Posto Arrependido), perfazendo no total 18 km (dezoito quilômetros).

Art. 2º – O trecho a que se refere o art. 1º será incluído no Sistema Rodoviário Estadual.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de abril de 2017.

Deputado Gustavo Santana – PR

Justificação: A estadualização do trecho rodoviário supracitado é absolutamente necessária, tendo em vista que é um trecho estratégico, de grande tráfego, de fundamental importância para o escoamento da produção regional. Por estes motivos este trecho perde a característica de mero caminho ou estrada municipal, devendo receber do Estado de Minas Gerais especial atenção, seja na manutenção, seja em programas de pavimentação asfáltica.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Deiró Marra. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.823/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.186/2017

Dispõe sobre alterações na Lei nº 12.492 de 16 de abril de 1997.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O artigo 1º da Lei 12.492 de 16 de abril de 1997, passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica proibida a revista de visitantes nos estabelecimentos prisionais do Estado, salvo por meios eletrônicos, aparelhos de detectores de metais ou de raio x, desde que não ocorra contato físico."

"Parágrafo único - Considera-se visitante todo aquele que acorre a estabelecimento prisional para manter contato direto ou indireto com detento ou para prestar serviço de administração ou de manutenção."

Art. 2º – O artigo 2º da Lei 12.492 de 16 de abril de 1997, passa a vigorar da seguinte forma:

" Art. 2º - Todo visitante que ingressar no estabelecimento prisional, inclusive seus servidores, deverão passar por verificação de detectores de metais ou por aparelhos de raio x."

" Parágrafo único - O disposto no "caput" deste artigo não se aplica a Chefe de Poder, Secretário de Estado, magistrado, parlamentar, membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, a advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB -, ao Superintendente, ao Corregedor-Geral e ao Corregedor Adjunto da Superintendência dos Serviços Penitenciários."

Art. 3º – O art. 3º da Lei 12.492 de 16 de abril de 1997, passa a vigorar da seguinte forma:

" Art. 3º - Fica determinado a revista de todos os presos que tenham tido contato com qualquer visitante, antes de sua recondução ao seu espaço prisional."

Art. 4º – O artigo 4º da Lei 12.492 de 16 de abril de 1997, passa a vigorar da seguinte forma:

" Art. 4º - Em nenhuma hipótese será admitida revista íntima do visitante nas dependências da instituição prisional."

"§ 1º - Considera-se revista íntima toda e qualquer inspeção das cavidades corporais vaginal e anal, das nádegas e dos seios, efetuada visual ou manualmente, com auxílio de instrumento ou objeto, ou de qualquer outra maneira."

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de abril de 2017.

Deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT

Justificação: Devido aos meios abusivos que são realizadas as revistas íntimas, principalmente as realizadas nas mulheres visitantes ao presidiários.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Gilberto Abramo. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 821/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.187/2017

Reconhece como estância climática o Município de Maria da Fé.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como estância climática o Município de Maria da Fé.

Art. 2º – O reconhecimento decorrente desta lei atenderá aos requisitos previstos na Lei nº 17.110, de 1º de novembro de 2007.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de abril de 2017.

Deputado Duarte Bechir – PSD

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Justificação: Esta proposição tem por escopo reconhecer o Município de Maria da Fé, no Sul de Minas, como estância climática. Trata-se de região que ostenta exuberante riqueza natural e, especialmente, variação climática que registra médias anuais das temperaturas mínimas e máximas menor ou igual a 10º C (dez graus Celsius).

Maria da Fé situa-se na Serra da Mantiqueira, acima de 1.000 m de altitude, em uma região caracterizada pela predominância de morros escarpados. A sede do município está a 1.258 m de altitude e o ponto culminante é o Pico da Bandeira, a 1.683 m. acima do nível do mar.

Conhecida como a cidade mais fria do Estado de Minas Gerais, Maria da Fé registrou a mínima absoluta de -8.4°, no dia 21/07/1981.

O relevo é predominantemente montanhoso, estendendo-se por quase toda a área do município, constituída dos chamados “mares de morros”, típicos da região.

A paisagem harmoniosa e o clima agradável transformam a região em lugar aprazível e convidativo para o descanso do corpo e o relaxamento da alma. Ao lado de todos esses elementos, Maria da Fé oferece inúmeras atrações turísticas, realçadas pela hospitalidade de seu povo, característica típica da gente do interior mineiro.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.188/2017

Declara de utilidade pública a Associação Feminina de Assistência Social e Cultura - AFAS, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Feminina de Assistência Social e Cultura - AFAS, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – PMDB

Justificação: A Associação Feminina de Assistência Social e Cultura – AFAS –, fundada em 05 de junho de 1970, é uma entidade civil sem fins lucrativos, com sede no município de Belo Horizonte, tem como finalidade a assistência social e filantrópica nas áreas de cultura, esporte, lazer, educação e saúde, visando especialmente o apoio e proteção às famílias, crianças e adolescentes.

Pelo exposto, conto com a anuência dos pares para aprovação desta importante proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 6.799/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Governadoria do Estado, ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DEER/MG em Belo Horizonte e à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop em Belo Horizonte pedido de providências para analisar, em caráter de urgência, ações necessárias visando o recapeamento e revitalização da Rodovia LMG - 728 que interliga o município de Iraí de Minas a Monte Carmelo, englobando o trevo do povoado de Pantaninho ao trevo da BR - 365.

Sala das Reuniões, 18 de abril de 2017.

Deputado Bosco – PT DO B

Presidente da Comissão de Cultura

Vice-Líder do Governo

Justificação: A presente proposição busca viabilizar, junto ao DNIT/MG, ações de recapeamento e pavimentação da Rodovia LMG - 728 que interliga o município de Iraí de Minas a Monte Carmelo, englobando o trevo do povoado de Pantaninho ao trevo da BR - 365, para minimizar o alto índice de acidentes que ocorrem no referido trecho.

Esclareço que o local é de tráfego intenso, com grande fluxo de veículos e caminhões de carga pesada, o asfalto e a infraestrutura encontram-se comprometidos e deteriorados, o que contribui para a ocorrência de graves acidentes automobilísticos com vítimas fatais.

Pela proteção e defesa da vida e salvaguarda daqueles que trafegam pela Rodovia LMG - 728, é de suma importância priorizarmos as medidas preventivas para que o trecho rodoviário se torne mais seguro.

Ante o exposto, solicito aos Nobres Pares a aprovação da presente proposição.

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTOS

Nº 6.800/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para conferir à Sra. Kenia Régia Anasenko Marcelino, presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf –, o título de Cidadã Honorária do Estado de Minas Gerais. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 6.801/2017, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado à Oi Móvel S.A. pedido de informações sobre as constantes reclamações dos usuários de telefonia do Município de Sete Lagoas quanto à má prestação dos serviços, especialmente sobre a dificuldade nas ligações para o serviço 190.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Cultura, de Transporte, de Esporte e de Direitos Humanos.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra, com muita alegria, a presença, nas galerias, de ilustres vereadores de Varjão de Minas e de Dolores de Campos, acompanhados da deputada Ione Pinheiro. Muito obrigado pela presença.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, gostaria da atenção de V. Exa. e da assessoria da Mesa, pois fiz a leitura de uma questão de ordem no dia 21 de março, e hoje já é dia 19 de abril, sendo que depois de amanhã completaremos 1 mês da questão de ordem. Vou fazer a leitura novamente para ficar registrada nos anais da Casa, para que V. Exa. solicite o assessoramento da Mesa, aproveitando a presença do competente diretor de Processo Legislativo, Sr. Marcelo, para nos ajudar. Farei a leitura da questão de ordem na íntegra para que fique registrada nos anais da Casa. (– Lê:) “Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o deputado que esta subscreve, com fundamento nos arts. 165 a 167 do Regimento Interno, vem formular a presente questão de ordem, com o objetivo de que seja imediatamente esclarecido o alcance dos dispositivos regimentais a seguir indicados e, principalmente, a validade de medidas, acordos ou atos administrativos que possam interferir diretamente na sua efetiva aplicação. Há, no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, um conjunto de dispositivos que, de modo inequívoco, confere às comissões da Assembleia a atribuição de exercerem, de forma autônoma, as competências que lhes são conferidas no § 2º do art. 60 da Constituição Estadual: realizar audiências públicas, solicitar informações e depoimentos de qualquer autoridade ou cidadão, acompanhar a implantação de planos e de programas do governo e exercer a fiscalização dos recursos neles investidos. São eles: 1 – O art. 103, III, do Regimento Interno, que confere às comissões a competência para, entre outras matérias, deliberarem conclusivamente sobre requerimentos escritos que solicitem providência a órgão ou entidade pública ou privada. 2 – O art. 291 do Regimento interno, que

atribui às comissões, a requerimento de deputado ou comissão, a faculdade para realizar audiência pública com cidadãos, órgãos ou entidades públicas ou civis, para instruir matéria legislativa em trâmite, para acompanhar a execução de políticas públicas e do planejamento do Estado, bem como para tratar de assunto de interesse público relevante atinente à sua área de atuação. 3 – O art. 297, “a”, do Regimento Interno, que dispõe sobre a competência das comissões para, a requerimento de qualquer deputado, aprovado na comissão, realizar visita para subsidiar a análise de matéria sujeita à sua apreciação ou para exercer a fiscalização e o controle de atos da administração pública compreendidos em sua competência temática. O exercício da competência constitucionalmente atribuída à comissão e confirmada nos dispositivos regimentais citados resulta da aprovação, pelo colegiado, de requerimento previamente apresentado. E, conforme dispõe o inciso II do parágrafo único do art. 171 do Regimento Interno, o requerimento é uma modalidade de proposição que está incluída no processo legislativo por extensão do conceito. A tramitação de qualquer proposição, no processo legislativo, encerra-se com a sua votação.”

Faço questão de repetir: a tramitação de qualquer proposição, no processo legislativo, encerra-se com a sua votação. (– Lê:) “Conforme dispõe o art. 249 do Regimento Interno, a votação é a fase que completa o turno regimental de tramitação, e, proclamado o seu resultado, conforme dispõem os arts. 260, § 1º, e 260-A, parágrafo único, ele se torna definitivo, não podendo ser objeto de revisão ou modificação e nem mesmo de alteração por proposição de objetivo idêntico na mesma sessão legislativa, por força da prejudicialidade prevista no art. 284 do Regimento Interno. Essa é uma regra geral e essencial do processo legislativo que, por força do art. 105 do Regimento Interno, é expressamente aplicada à tramitação de proposições submetidas à deliberação conclusiva de comissões. Em síntese, demonstrou-se aqui: 1 – que às comissões da Assembleia são atribuídas constitucionalmente competências que são ratificadas nos arts. 103, 291 e 297-A do Regimento Interno, entre outros; 2 – que o efetivo exercício das competências atribuídas às comissões resulta da aprovação de requerimento apresentado por deputado ou comissão, nos termos regimentais; 3 – que o requerimento, por força do art. 171 do Regimento Interno, é uma proposição que integra o processo legislativo por extensão do conceito; 4 – que a votação, como dispõe o art. 249 do Regimento Interno, é a fase que encerra o trâmite de qualquer proposição na Assembleia Legislativa; 5 – que essas normas, essenciais no processo legislativo, são aplicáveis à tramitação de matéria de deliberação conclusiva de comissões, como dispõe o art. 105 do Regimento Interno. Assim, indaga-se nesta questão de ordem: é possível receber Acordo de Líderes que tenha como objeto a alteração, direta ou indireta, dos efeitos decorrentes da conclusão de um processo de votação? Ou seja, indaga-se se a conclusão da votação de uma proposição, no Plenário ou em comissão, é um aspecto essencial do processo legislativo e que, portanto, não pode ser objeto de Acordo de Líderes, conforme dispõe expressamente o § 5º do art. 73 do Regimento Interno. Indaga-se também qual é o alcance da expressão ‘na tramitação de matéria’, conforme dispõe o § 4º do art. 73 do Regimento Interno, tendo em vista o fato de que o Acordo de Líderes, quando possível, somente pode incidir sobre aspectos não essenciais relacionados com matéria ainda em tramitação. Uma vez aprovada definitivamente uma proposição, sua tramitação deixa de existir, o que torna impossível o objeto de um suposto Acordo de Líderes que vise alterar o fato pretérito, a ‘matéria vencida’. Um Acordo de Líderes que tenha como objeto um procedimento dessa natureza é, portanto, uma impossibilidade jurídica, pois não se enquadra na hipótese prevista no dispositivo regimental mencionado. Finalmente, conclui-se que um suposto Acordo de Líderes, se efetivamente vier a ser apresentado, além de ser absurdo por criar um mecanismo de revisão, uma espécie de 3º turno de deliberação no processo legislativo mineiro, introduz na Casa um precedente extremamente perigoso e tem o potencial de gerar completa insegurança e incerteza no processo legislativo futuro. Deve-se também ressaltar que a Constituição Federal, no inciso XXXVI do art. 5º, inclui, entre os direitos e garantias fundamentais, aquela que consagra o princípio da segurança jurídica e impede que as normas e decisões não retroajam para prejudicar o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito. Não há, portanto, como se desconsiderar, alterar ou anular o resultado de um processo de votação legalmente concluído na Casa sem que se tenha clara ofensa a esse princípio constitucional, que é um dos pilares das modernas democracias. Sala das Reuniões, 21/3/2017”. Faço a releitura dessa questão de ordem, pois quero apresentá-la novamente considerando o Acordo de Líderes que foi aportado pela Mesa da Assembleia, violando de forma indubitável o processo legislativo e espancando gravemente esse mesmo processo legislativo, a segurança jurídica

e o ato perfeito aqui apontado. Então, presidente, isso viola o Regimento Interno, a Constituição do Estado e, principalmente, aquilo a que o deputado João Leite chamou agora mesmo de uma regra de ouro, que é a coisa julgada, o ato jurídico perfeito, que não se pode alterar por Acordo de Líderes. Faço novamente um apelo ao 2º-vice-presidente da Casa, que preside os trabalhos desta sessão: que o presidente da Assembleia e os demais integrantes da Mesa se manifestem sobre a questão de ordem. Obrigado.

O presidente – Perfeitamente, deputado Sargento Rodrigues. Ouvimos atentamente as palavras de V. Exa. Tenha certeza de que vamos ponderá-las diretamente com a Mesa e vamos levar essa questão coerente e fundamentada que V. Exa. apresenta.

Oradores Inscritos

– Os deputados Fabiano Tolentino, João Leite e André Quintão proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente (deputado Carlos Pimenta) – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 6.798/2017, da Comissão de Minas e Energia; e 6.801/2017, da Comissão de Defesa do Consumidor. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões

de Cultura – aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 12/4/2017, dos Projetos de Lei nºs 3.873/2016, do deputado Douglas Melo, e 3.899/2016, do deputado Wander Borges, e do Requerimento nº 6.618/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva;

de Transporte – aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 18/4/2017, dos Projetos de Lei nºs 2.908/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., e 3.765/2016, do deputado Léo Portela, e dos Requerimentos nºs 6.278/2016, da Comissão de Agropecuária, 6.371/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, 6.393/2017, do deputado Noraldino Júnior, e 6.498 a 6.500/2017, do deputado Anselmo José Domingos;

de Esporte – aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 18/4/2017, dos Projetos de Lei nºs 3.713 e 3.714/2016, do deputado João Vítor Xavier, e dos Requerimentos nºs 6.148/2016, do deputado Ivair Nogueira, e 6.557/2017, do deputado Bosco;

e de Direitos Humanos – aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 19/4/2017, dos Requerimentos nºs 6.524, 6.647 a 6.650, 6.655 e 6.656/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, 6.534/2017, do deputado Geraldo Pimenta, e 6.706/2017, da Comissão do Trabalho (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 2.767/2017, da deputada Ione Pinheiro e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear a médica pediatra Dra. Filomena Camilo do Vale – Dra. Filó – por sua trajetória profissional; nos termos do inciso XIX do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 2.783/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja inserido nos anais da Casa a Moção nº 001/2017, da Câmara Municipal de Mendes Pimentel, que repudia a PEC nº 287/2016,

conhecida como Reforma da Previdência; e, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 2.784/2017, do presidente do Tribunal de Contas, contido no Ofício nº 10/2017, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.672/2013.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, nas galerias, do Sr. Wagner Damiano, prefeito de São Miguel do Anta, e dos vereadores Marcos e Cidinha, do Município de Elói Mendes.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 20, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/3/2017

Presidência das Deputadas Celise Laviola, Marília Campos e Rosângela Reis

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras da Presidente – Palavras da Deputada Ione Pinheiro – Palavras da Deputada Rosângela Reis – Palavras da Deputada Marília Campos – Palavras da Secretária Macaé Evaristo – Palavras da Desembargadora Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça – Palavras da Sra. Patrícia Habkoux Ferreira – Palavras da Deputada Federal Jô Moraes – Palavras da Sra. Cibele Cristina Maffia Lopes – Palavras da Sra. Larissa Amorim Borges – Palavras da Sra. Maria Izabel Ramos de Siqueira – 1º Painel: Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras da Sra. Iara Pires Viana – Palavras da Sra. Valéria Peres Morato Gonçalves – Apresentação Musical – Entrega de Placa – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates – Registro de Presença – Palavras da Presidente – 2º Painel: Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras da Sra. Rosana Leite Antunes de Barros – Palavras da Sra. Eneida Ferreira da Costa – Palavras da Sra. Nilma Lino Gomes – 3º Painel: Composição da Mesa – Palavras da Sra. Sayonara Nogueira – Palavras da Sra. Sandra Margareth Silvestrini de Souza – Palavras da Sra. Ana Ester Pádua Freire – Debates – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Coronel Piccinini – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

A presidente (deputada Celise Laviola) – Às 14h51min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– A presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Pela Vida das Mulheres: Educação, Enfrentamento do Machismo e Garantia de Direitos, que tem por objetivos: marcar o 8 de março como momento de mobilização e luta pela garantia dos direitos das mulheres e pela igualdade de gêneros contra o machismo; discutir a importância do debate de gênero e contribuir para o respeito à diversidade na educação formal e informal; garantir mecanismos de ingresso e permanência de mulheres nos espaços de poder e decisão; debater as reformas legislativas, o retrocesso nas políticas públicas e os impactos na vida das mulheres; e comprometer a ALMG com a defesa e a promoção dos direitos das mulheres.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Macaé Evaristo, secretária de Estado de Educação; desembargadora Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, representando o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Herbert Carneiro; Patrícia Habkhouk Ferreira, promotora de justiça da Promotoria da Mulher, representando o Ministério Público do Estado; Cibele Cristina Maffia Lopes, defensora pública e assessora institucional, representando o defensor público-geral do Estado, Wagner Geraldo Ramalho Lima; deputada federal Jô Moraes; Larissa Amorim Borges, presidente do Conselho Estadual da Mulher e subsecretária de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Maria Izabel Ramos de Siqueira, Bebela, representante da comissão organizadora desta solenidade; e deputadas Ione Pinheiro, Marília Campos e Rosângela Reis.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença nesta solenidade das Sras. Naila Garcia Mourthé, assessora do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Tânia Storck, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Governador Valadares; e Danúbia Helena Soares Quadros, chefe da Delegacia de Mulheres de Minas Gerais; do Sr. Aurívio Lúcio Veiga, vice-presidente do Conselho Estadual do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental – Fundeb; da Sra. Maria Tereza Lara, presidente da Fundação Caio Martins – Fucam – e ex-deputada desta Assembleia Legislativa.

Registramos também que a Exma. Sra. Rosilene Rocha, secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, esteve conosco nestes momentos iniciais, mas precisou se retirar, a fim de dar cumprimento aos demais compromissos de agenda e solicita ao distinto público escusas.

Gostaríamos de registrar, ainda, a pedido da deputada Geisa Teixeira, que a sua ausência neste encontro se deve também a compromissos que foram agendados anteriormente. Mas deseja, naturalmente, sucesso na realização do encontro.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir a execução do Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor – Com a palavra, para o seu pronunciamento, a Exma. Sra. deputada Celise Laviola, presidente da Comissão de Educação desta Casa, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes.

Palavras da Presidente

Senhoras e senhores, Exmas. Sras. deputadas Ione Pinheiro, Marília Campos e Rosângela Reis; desembargadora Kárin Emmerich, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, que aqui representa o desembargador Herbert Carneiro, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Exmas. Sras. Patrícia Habkhouk, promotora de Justiça da Promotoria da Mulher, representando o Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Cibele Maffia, defensora e assessora institucional, representando o Sr. Wagner Geraldo Ramalho Lima, defensor público-geral do Estado de Minas Gerais em exercício; deputada federal Jô Moraes; Larissa Amorim Borges, presidente do Conselho Estadual das Mulheres e subsecretária de políticas para as mulheres da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Maria Izabel Ramos de Siqueira, Bebela, representante da comissão organizadora; a cada ano, o Dia Internacional da Mulher reforça em nós o compromisso de lutar permanentemente pela garantia dos direitos do gênero feminino, em busca de uma sociedade mais justa e fraterna. Esse é um tema que está entre as maiores preocupações da Assembleia de Minas, razão pela qual temos promovido discussões em diversos eventos, como os ciclos de debates Mulheres contra a Violência: Autonomia, Reconhecimento e Participação, em 2016; e Reforma Política, Igualdade de Gênero e Participação: O Que Querem as Mulheres de Minas, em 2015.

Essas iniciativas estão ligadas à bancada de deputadas do Parlamento mineiro, de cujo empenho nasceu a Comissão Extraordinária das Mulheres, que funcionou entre 2015 e 2016.

Por esses motivos, enfatizamos o comprometimento desta Casa com a defesa e a promoção dos direitos das mulheres. Com esse novo ciclo de debates, voltamo-nos para os efeitos da cultura machista em nossa vida. Precisamos direcionar os esforços para substituir o machismo pelo respeito, sempre contra a violência.

A mobilização e a luta devem ser travadas nas mais diversas áreas, sobretudo no imprescindível campo da educação. O investimento em educação pode gerar uma mudança cultural, conscientizando toda a sociedade sobre o respeito às mulheres. Além disso, é oportuno discutirmos os impactos negativos que as reformas trabalhista e previdenciária poderão trazer para a vida das mineiras.

Desejamos que este ciclo de debates traga bons frutos, lembrando que a mulher deve estar presente nos espaços de poder. O lugar da mulher é onde ela quiser, longe da violência e perto da vida. Muito obrigada.

Palavras da Deputada Ione Pinheiro

Boa tarde. Boa tarde, mulheres de Minas, mulheres guerreiras, mulheres trabalhadoras, mulheres amigas, mulheres fortes. Quero cumprimentar a nossa colega deputada Celise Laviola e toda a Mesa. Não posso deixar de registrar aqui a presença da nossa ex-deputada Maria do Carmo, que também está conosco nessa luta. Seja bem-vinda, Maria do Carmo.

Hoje é um dia especial, mas parece que todo dia é dia da mulher. É dia, sim, e queremos reafirmar o nosso compromisso de luta pelos direitos das mulheres. O que não podemos aceitar é essa violência. Chega de violência! Chega de machismo! Não podemos aceitar que, a cada 1 hora, 15 mulheres sejam agredidas em Minas Gerais. Isso é um absurdo! É preciso denunciar, é preciso ligar para o 180.

Tenho a certeza de que juntas somos mais fortes, juntas podemos construir um mundo com mais igualdade, mais positivo. Somos minoria, somos poucas mulheres nesta Casa, mas podem ter a certeza de que somos mulheres de raça, de garra, lutadoras. Estamos com vocês nessa luta.

Obrigada a todas. Sejam bem-vindas. Vamos ao debate. Obrigada. Boa tarde.

Palavras da Deputada Rosângela Reis

Boa tarde. Na pessoa da deputada Celise Laviola, nossa presidenta, quero saudar os componentes da Mesa, cada representante dos movimentos feministas e sociais aqui presentes e as autoridades.

É uma alegria muito grande poder participar, mais uma vez, de um momento como este na Assembleia Legislativa de Minas para discutir o enfrentamento da violência, para discutir o machismo, para discutir também a história das mulheres e a luta que elas vêm vivenciando ao longo dos anos. Queremos lembrar das diversas mulheres mineiras que lutaram para que estivéssemos neste Parlamento, lugar de tão difícil ingresso pelas mulheres. Temos de travar uma disputa mais pesada, uma disputa mais difícil; temos de nos desdobrar. São 77 vagas nesta Casa e somente 6 mulheres ocupam o cargo de parlamentar. Os espaços ainda são muitos masculinos, mas estamos aqui com a bancada feminina fazendo a diferença.

Também queremos ressaltar as várias áreas que as mulheres já ocuparam.

Estamos vendo tantos espaços que as mulheres já ocuparam na área jurídica, na área administrativa, no setor da educação, da saúde, nas empresas. Como as mulheres já evoluíram por esse lado. Mas, infelizmente, nas relações sociais, como foi dito aqui pela nossa querida deputada Ione Pinheiro, ainda existem os diversos tipos de violência que rondam essas mulheres. Rondam a nós, mulheres, porque me incluo também nessas mulheres. E às vezes nos totem, nos inibem de avançar mais.

É com este intuito que estamos aqui para debater temas que foram construídos. E quero parabenizar todas vocês, que participaram daquelas reuniões preparatórias que ocorreram desde o mês de novembro, dezembro. Não é isso, deputada Marília Campos? Ocorreram diversas reuniões.

Quero também agradecer à equipe técnica da Casa, que construiu um brilhante trabalho no momento em que não pudemos participar de todas essas reuniões. Mas saúdo vocês. Parabenizo pela sugestão aos temas aqui trazidos, que são pertinentes a este momento, e que temos de trazer, enfrentar, discutir, para que possamos romper as barreiras e os paradigmas que, cada vez mais, existem numa sociedade cultural, numa sociedade machista, numa sociedade que vivemos hoje, “democrática”, em que já avançamos. Mas há muito ainda que exercer, deputada Jô Moraes, essa democracia na sociedade.

Então é pela busca da justiça, pela busca da dignidade das mulheres, pela busca da igualdade que estamos aqui com esta participação. O meu abraço a cada uma de vocês. E que tenhamos um excelente trabalho e um excelente evento. O meu muito-obrigada.

Palavras da Deputada Marília Campos

Boa tarde, mulheres, companheiras de luta. Faço questão de cumprimentar todas que compõem esta Mesa, especialmente as deputadas Celise Laviola, Rosângela Reis, Ione Pinheiro. Também cumprimento a deputada Arlete Magalhães, que não pôde estar presente neste encontro; e a deputada Geisa Teixeira, que teve um compromisso em Varginha. E faço questão de cumprimentar para sempre lembrar a nossa sub-representação aqui na Assembleia Legislativa. Somos 77 deputadas e deputados, e apenas 6 mulheres.

Também faço questão de cumprimentar, especialmente, a deputada Celise Laviola, que preside a Mesa, e todas as deputadas que estão aqui – deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro –, para denunciar que não há nenhuma mulher na Mesa da Assembleia. Lutamos muito para que a PEC nº 16 seja aprovada para garantir que as mulheres tenham visibilidade nesta Casa, ocupando o principal posto de comando, que é a Mesa da Assembleia. Então, a nossa luta aqui dentro é pela aprovação também da PEC nº 16.

Queria dizer a vocês que, hoje, pela manhã, dei uma entrevista à TV Minas, e a Raquel, entrevistadora, perguntou-me como era atuar na Assembleia Legislativa. Disse a ela que, todos os dias, faço um esforço muito grande para que este ambiente não me intimide. Essa é a minha principal luta, porque, se eu me intimidar aqui, não consigo andar, não consigo falar e nem consigo interagir com os movimentos sociais. É um ambiente muito masculino, que quer, o tempo todo, nos intimidar. Então, a minha luta diária é para que este ambiente não me intimide.

Hoje é um dia muito especial, porque estou me sentindo muito à vontade para falar. Não quero me silenciar, porque, hoje me sinto à vontade com esse tanto de mulheres ocupando as cadeiras da Assembleia Legislativa. Mas é importante dizer que é por

essa razão que lutamos para que tenhamos mais mulheres na política. Pela reforma política, Jô Moraes, é que a gente tanto luta. Lutamos para que ela aconteça e a gente tenha lista, para que haja cota alternada de homens e mulheres e que tenhamos mais representantes femininas no parlamento brasileiro. É por essa razão que temos de lutar no movimento social, para que a gente eleja mais mulheres na política. Lutamos para que a reforma política tenha critérios que estimulem a nossa participação e garantam que mulheres sejam eleitas, para democratizar a política em nosso país.

Quero dizer a vocês que começamos a nossa atividade hoje com algumas mulheres lavando a escadaria da Assembleia. Cumprimento todas que estão aqui. Acho que é um dia muito importante, concorrido. Tivemos muitos debates em março e iniciamos, hoje, lavando a escadaria. Lavamos o quê? Lavamos o machismo. Sabemos que isso foi apenas um ato simbólico, porque, para lavar o machismo, precisamos fazer muito mais. Não podemos permitir que a escola não tenha posicionamento, não podemos permitir que seja aprovado o projeto Escola sem Partido, não podemos permitir que, nas escolas públicas estaduais e municipais, não haja discussão de gênero, porque, para enfrentar o machismo, além de ter mais mulheres na política, precisamos construir uma cultura de respeito, uma cultura que lute pela igualdade e que se contraponha, sim, ao machismo.

Então, Macaé, é fundamental fazer o debate na educação por uma nova educação, mais aberta e que forme novos cidadãos e cidadãs em nosso país. Para enfrentar o machismo, o ato simbólico; para enfrentar o machismo, mais mulheres na política; para enfrentar o machismo, uma vigilância permanente, não somente aqui, mas em todos os lugares, porque o machismo está nas ruas, no mercado de trabalho, na escola, neste espaço, enfim, está em todos os lugares. Por essa razão, no processo de preparação deste ciclo de debates, estamos discutindo a questão do machismo, de que muita gente insiste em dizer: “Não sou machista”. Mas é. É machista, porque alimenta sempre o preconceito, como vimos aqui hoje. Havíamos acordado com a Mesa da Assembleia, particularmente, com o presidente, que a reunião plenária iria abrir e, imediatamente, encerrariam os trabalhos. Mas abriram a reunião e houve intervenções de deputados. Isso atrasou, portanto, o nosso evento, o que considero um profundo desrespeito com o debate que se trava hoje, na Assembleia, enfrentando, também, o machismo.

Deputado Rogério, que faz parte da Mesa, por favor, leve os meus protestos à Mesa da Assembleia. Segundo o deputado Dalmo, que presidiu os trabalhos, ele não foi devidamente avisado sobre o ciclo de debates, embora o Plenário estivesse lotado de faixas que falavam do evento que faríamos aqui hoje.

Encerrando, queria dizer a todos que neste encontro debateremos o machismo, os nossos direitos, que estão sendo ameaçados permanentemente agora com a reforma da previdência, com a reforma trabalhista, por este governo ilegítimo que aí está. Temos de manter uma vigilância permanente da Assembleia Legislativa, articulada com os movimentos sociais e políticos.

É por essa razão que o nosso encontro preparatório deste encontro decidiu propor uma moção para ser levada ao presidente e à Mesa da Assembleia pela instauração de uma frente parlamentar aqui nesta Casa que lute em defesa dos direitos da mulher. Vamos rodar essa moção, e gostaria de contar com o apoio de todas as que estão aqui, para sensibilizarmos a Mesa da Assembleia para criar essa frente, e para que possamos estabelecer a relação com o movimento social e a vigilância permanente contra a violência e pela igualdade das mulheres.

Por fim, aprendi lá fora uma palavra de ordem que é muito bacana: “Se cuida, se cuida, se cuida, seu machista. A América Latina vai ser toda feminista”. Vamos nos levantar? Obrigada.

Palavras da Secretária Macaé Evaristo

Boa tarde. Quero cumprimentar a deputada Celise Laviola, que aqui representa o presidente da Assembleia Legislativa. Cumprimentando a Celise, quero cumprimentar todas as mulheres de luta que estão aqui neste Plenário; e a deputada Marília Campos, que me antecedeu e com quem compartilho as palavras. Queria também saudar as deputadas Ione Pinheiro, Rosângela Reis, também professora – não é, Rosângela Reis? –, e a deputada federal Jô Moraes. Essas mulheres são exemplo para todas nós, porque estão rompendo com o paradigma e ocuparam lugar neste espaço da vida política, que é tão difícil para a inserção das mulheres.

Quero cumprimentar a desembargadora Kárin Emmerich, a promotora Patrícia Habkoux, a Cibele Maffia, representante do defensor público-geral; Larissa Amorim Borges, presidente do Conselho da Mulher e subsecretária da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; e Maria Izabel Ramos de Siqueira, Bebela, representante da comissão organizadora. Tenho de dizer que a Bebela foi professora de minha irmã, ensinou-nos muito ao longo da vida e sobre feminismo. Então fico muito feliz em compartilhar uma Mesa com você, Bebela. Acho que é um exemplo para todas nós, assim como outras colegas que estão aqui nesta plenária.

E só recentemente começamos a alterar os indicadores de modo que as mulheres começam a ter uma trajetória escolar sem interrupções e uma trajetória escolar de mais sucesso. Mas, no cotidiano das nossas escolas, recebemos milhares de meninas e mulheres que todos os dias passam por situações de violência. Quem é professor lida cotidianamente com situações de meninas que são colocadas muito cedo no mercado de trabalho, no trabalho infantil, que passam por situações de violência doméstica, que sofrem violência dos seus companheiros, namorados, e a escola tem o papel fundamental de trabalhar a convivência, de trabalhar com o conceito de sociedade ou de projeto de mundo em que homens e mulheres, independentemente da orientação sexual, possam ter uma convivência democrática. Acho que este seminário é um espaço importante na nossa luta por uma escola democrática.

Como a Marília disse aqui, é a luta contra uma escola que sequer tem partido, mas, quando se autodenomina sem partido, é porque ela já tomou o partido da repressão, tomou o partido da violência contra a mulher, tomou o partido de setores da sociedade que não querem a autonomia nem a emancipação feminina. Temos lutado bravamente pela construção do direito à educação. E foram esses setores que apoiaram a aprovação da PEC nº 55, que vai deixar a política educacional com investimentos congelados durante os próximos 20 anos. Hoje eles não querem mais nem discutir o Plano Nacional de Educação, uma lei que foi aprovada e garante direitos. Esse plano garante o direito à educação a meninas e meninos desde a mais tenra infância até o acesso à educação superior.

Esse povo que vota agora a PEC nº 55 também quer votar a reforma da previdência? Para as mulheres, essa é uma política de extermínio. Nós que somos, muitas vezes, obrigadas a começar a trabalhar ainda na adolescência, agora não teremos condições de nos aposentar. Acabaram com a CLT, porque votaram a terceirização, portanto não teremos vínculo empregatício. Então, é muito pertinente o momento em que fazemos este seminário. Sinto-me coparticipante deste seminário, para que possamos debater, sim, os direitos das mulheres. Pensar o direito das mulheres é pensar na construção de uma sociedade mais justa e que respeite os direitos humanos, é pensar na construção de uma sociedade democrática. Espero obtermos bastante sucesso ao longo desta atividade e quero destacar a nossa necessidade de organização.

Falamos que a América Latina vai ser toda feminista e podemos começar por Minas Gerais. Então estimo que este seminário nos proporcione o debate do feminismo e do respeito às mulheres no lugar onde trabalhamos, dentro da nossa casa, nos lugares de diversão que frequentamos, porque precisamos começar a construir a América Latina feminista ontem. É por isso que estamos aqui firmes e fortes.

Obrigada e parabéns às mulheres que estão organizando esta agenda.

Palavras da Desembargadora Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça

Boa tarde. É uma alegria muito grande ver um Plenário tão cheio, uma sociedade tão participativa de homens e mulheres. A mudança se faz nesse caminhar, independentemente de gêneros. Temos de acabar com o machismo de homens e infelizmente de mulheres. Em meu nome e em nome do Exmo. Sr. presidente Herbert Carneiro, agradeço à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais o convite. Não posso deixar de citar as deputadas estaduais Arlete Magalhães, Celise Laviola, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro, Marília Campos e Rosângela Reis, que num universo de 77 parlamentares compõem um número reduzido de deputadas. A nossa Assembleia está muito bem representada. É uma alegria, uma honra e um prazer muito grande participar deste evento. Cumprimento todos os membros da Mesa na pessoa da deputada Celise Laviola, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa.

É importante debater a violência contra a mulher, a vida da mulher. Só é possível mudar com a conscientização, com o perceber que sozinhas não podemos fazer nada e que juntas somos mais. O ponto de partida que é fundamental e está apresentado neste ciclo de debates é a educação. Fico muito feliz por estar ladeada de deputadas e da secretária de Educação. Gostaria de fazer uma sugestão. No Rio de Janeiro existe uma lei que obriga constar nos currículos escolares a violência doméstica e a Lei Maria da Penha. Que isso também possa ser incluído nas escolas de Minas.

Temos um projeto, o Justiça Vai à Escola, que trabalha com a conscientização de adolescentes quanto ao enfrentamento da violência. A secretária disse que nas escolas há muitos casos, muitas adolescentes que vivem em situação de violência. Somente trabalhando com elas é que podemos pensar num futuro melhor. Segundo a Profa. Alice Bianchini, se continuarmos nesse caminho, levaremos 200 anos para conseguir uma mudança. Mas, se cada um fizer a sua parte, como todos nós, homens e mulheres aqui presentes, poderemos reduzir esse tempo e conseguir viver numa sociedade livre e sem violência.

O nosso projeto vai continuar neste ano de 2017. Estamos incluindo nele a parte da psicologia. A Dra. Santuza, aqui presente, é nossa parceira, assim como o programa Polos de Cidadania, da UFMG, que é um teatro. Nós acreditamos na educação, tema número um deste debate. Só a educação é capaz de mudar as coisas. Nós vivemos numa sociedade patriarcal e machista. Como podemos mudar isso? Por meio da educação. Não há outra forma. Nossos pais foram criados de uma maneira. Agora cabe a nós fazer a mudança, enfrentar o machismo de homens e mulheres.

É muito ruim dizer que há mulheres machistas, mas infelizmente isso existe. No meu meio familiar e de amigos escuto pessoas dizendo: “Chegou aquela mulher que gosta de apanhar. Ela não sai dessa relação”. E eu escuto isso de mulheres, não de homens. Portanto, nós temos de pensar também que há mulheres machistas, lamentavelmente. Quando falamos em educação, temos de pensar em todo esse universo.

Temos poucas deputadas. Às vezes eu vejo no tribunal, que represento, a dificuldade de mulher votar em mulher. Se você procura um profissional para fazer uma cirurgia grave, pode pensar: “Nossa! Será que vou aceitar ser operada por uma mulher? Vou confiar mais num médico”. O tempo todo, nós vemos pensamentos machistas. Precisamos começar a refletir sobre isso e colocar um ponto final nessa situação.

Por fim, dentro desse ciclo de debates, acho importante registrar a questão da garantia de direitos, como está ali: “Lugar de mulher é onde ela quiser”. É isso mesmo, o nosso lugar é onde quisermos e onde lutamos muito para conquistar, e temos lutado muito.

As feministas que nos antecederam fizeram história, desde àquela época, antes do incêndio daquela fábrica. De lá para cá, quantas feministas, quantas pessoas lutaram? Então, agora cabe a cada um de nós dar prosseguimento àquilo tudo que começou com muito sofrimento, com muita luta há muitos anos.

O Tribunal de Justiça, por intermédio da Comsiv, está nessa luta. Podem contar conosco. Muito obrigada.

O locutor – Para o seu pronunciamento, com a palavra, a Exma. Sra. promotora de justiça da Promotoria da Mulher, Patrícia Habkoug Ferreira, representando o Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Palavras da Sra. Patrícia Habkoug Ferreira

Cumprimento a deputada Celise Laviola, em cuja pessoa saúdo todos os integrantes desta Mesa.

Senhoras e senhores, em meu nome, em nome da 18ª Promotoria de Justiça e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, parabeno a Assembleia Legislativa por esta iniciativa, bem como as deputadas presentes. Entendo que este ciclo de debates é extremamente pertinente. Como todas já salientaram, os nossos desafios são muito grandes. Unidas somos mais fortes. Contem comigo. Muito obrigada.

O locutor – Com a palavra, para o seu pronunciamento, a Exma. Sra. deputada federal Jô Moraes.

Palavras da Deputada Federal Jô Moraes

Boa tarde, gente. É difícil cumprimentarmos todos os participantes, mas temos de dar visibilidade às deputadas aqui presentes: a nossa querida Celise, que preside a reunião; as deputadas Marília Campos, Rosângela Reis, Geisa, que não está presente, mas gostaria de aqui estar, Ione Pinheiro e Arlete Magalhães. Queremos também saudar a nossa querida desembargadora Kárin; a nossa querida secretária de Estado, Macaé; a nossa querida secretária da Mulher, Larissa; a nossa promotora, Patrícia; e a nossa defensora, Cibele. Aqui na plateia só há autoridades também, deputada Celise: autoridades da luta, da resistência, da esperança. Cumprimento os nossos parceiros: deputados Geraldo Pimenta, Rogério Correia e André Quintão. Cumprimento ainda a Maria Tereza, a Dirlene e a nossa sindicalista do Sindicato dos Vigilantes, Vera, que representa a luta de todos.

Gostaria de registrar apenas duas coisas. Estamos, nesta tarde, celebrando a santa teimosia das mulheres na busca de um mundo novo. Não adianta, ninguém parará a nossa capacidade de resistir e de lutar para que tenhamos um futuro melhor.

Ao final, quero dizer-lhes que estamos tendo muitas perdas. Há 10 anos, realizávamos a 2ª Conferência Nacional das Mulheres, com 600 municípios, 2.500 delegados, oportunidade em que aprovamos o nosso plano nacional de enfrentamento da violência, que hoje teve seus recursos rebaixados. Acabou, já não existe a Secretaria Nacional da Mulher. Estamos tendo perdas graves com o projeto de terceirização e, sobretudo, com esse cruel e nefasto projeto de reforma da previdência. Querem retirar das mulheres 10 anos! Aposentamo-nos hoje com 55 anos, e eles querem passar para 65 anos, querem destruir algo que é da nossa vida. Nós parimos, nós cuidamos, nós criamos a humanidade, e não vão nos roubar o direito de cuidar do futuro. Parabéns pela resistência! Não à reforma da previdência!

Palavras da Sra. Cibele Cristina Maffia Lopes

Bom dia. Cumprimento todos os integrantes da Mesa na pessoa da deputada Celise Laviola. Também cumprimento a Dra. Maria Cecília, nossa defensora pública titular da Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência.

É gratificante retornar à Casa do Povo e encontrá-la repleta de mulheres dispostas a renovar nosso compromisso de luta, compromisso de avançar, de resistir aos retrocessos, de ocupar efetivamente nossos espaços, de mostrar nosso devido valor. A defensoria pública está presente para renovar também esses compromissos e se unir às mulheres para construir soluções para nossas batalhas diárias. Tenho a certeza de que esse ciclo de debates será muito engrandecedor para todas nós, para passar nosso recado, nossa exigência de respeito. Lugar de mulher, deputada Marília Campos, é onde ela quiser. Que fique também nosso recado: “Se cuida seu machista, a América Latina será toda feminista”.

Palavras da Sra. Larissa Amorim Borges

Boa tarde. Gostaria de cumprimentar todas as autoridades presentes na Mesa e no Plenário na figura das companheiras Madu Santos e Vanessa Beco. Elas são mulheres negras, de periferia e têm vivido uma violência institucional bastante complexa, que tem a ver com o machismo, com o racismo, ainda tão presentes nas instituições em que atuamos e que precisamos aprimorar. Fazendo essa saudação, convoco todas as mulheres e homens presentes a se engajarem, conhecendo um pouco da situação que envolve essas duas mulheres, e nos ajudar a pleitar justiça para os dois casos.

Hoje estou muito feliz de estar aqui. Acredito que este momento do ciclo de debates marca um processo constante de trabalho e de luta. Começamos as reuniões em novembro. Durante o ano passado inteiro tivemos reuniões, audiências públicas e vários processos de trabalho e de luta nesta Casa, que, sendo a Casa do povo, precisa ser a Casa das mulheres. Nesta Casa, com as deputadas que tão bem têm nos representado, temos pleiteado a presença das mulheres na Mesa, enquanto o governo do Estado reforça a importância da presença delas na Mesa. Isso evidencia a participação efetiva das mulheres na tomada de decisão neste espaço.

Considero que este momento do ciclo de debates – porque nosso trabalho é cíclico, é constante, é permanente – evidencia também a importância de transformar todos os espaços em espaços educativos, em espaços feministas, em espaços que reconheçam e respeitem as diversidades das mulheres.

Como as companheiras que me precederam, gostaria de evidenciar que a reforma da previdência e a aprovação da terceirização são políticas extremamente machistas, misóginas, além de ter um cunho racista em sua configuração e desenvolvimento. A população negra e as mulheres serão as mais atingidas e as mais prejudicadas por essas medidas. Devemos seguir combatendo tais medidas.

Em relação às políticas para as mulheres, vivemos um processo de crescente amadurecimento. As lutas dos movimentos sociais começaram a fazer as primeiras iniciativas na década de 1970. Depois o Estado assumiu esse trabalho, essa bandeira, esse enfrentamento e vem amadurecendo e desenvolvendo as políticas desde então.

Com o golpe, que considero, assim como outras intelectuais, um estupro político a todas as mulheres brasileiras, não só à presidenta Dilma, temos um grande retrocesso não apenas na política para as mulheres, mas também em todos os direitos humanos e sociais. Diante desse processo de extrema violência com cada uma de nós, estamos apresentando uma profunda e forte resistência. O trabalho da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Estado tem demonstrado isso; a força, a união das mulheres da marcha de oito de março tem demonstrado isso; a participação e a incidência das mulheres em todos os espaços de debate contra o golpe e a favor da construção de políticas públicas no Estado e fora dele também têm demonstrado isso. Nossa força feminina e feminista tem construído perspectivas de superação do golpe e de transformação da realidade de brasileiras e brasileiros.

O País hoje vive este momento tão assustador e entristecedor, de tanta violência, mas isso não ocorre pelas mãos das mulheres. Temos feito a nossa parte. Além de parir metade da população e de ser a outra metade, temos contribuído positiva e afirmativamente para todos os processos educativos, para as políticas públicas, para o desenvolvimento de todos os espaços. Onde há construções positivas, há a participação das mulheres. O que precisamos é reconhecer o nosso poder, reconhecer o nosso valor no processo de luta e nos unirmos ainda mais para avançar, apesar de todo este contexto desafiador e violentador.

O Estado de Minas Gerais pode, a partir do trabalho que envolve o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, garantir o direito das mulheres. É por isso que o Estado, neste mês, reafirma o seu compromisso com as mulheres de Minas, que são diversas, e com os seus direitos; todos os direitos para todas as mulheres. Quando o governador Fernando Pimentel assume o compromisso de levar adiante essa bandeira da gestão com as mulheres e com as mulheres do movimento, ele está se comprometendo a construir conosco um horizonte de direitos, de respeito, de diversidade e de democracia, que cada uma de nós tanto prezamos e temos construído em nosso dia a dia.

Que sigamos, com essa força, em luta, juntas, trabalhando para que todos os direitos sejam garantidos para todas as mulheres. Fora, Temer!

Palavras da Sra. Maria Izabel Ramos de Siqueira

Boa tarde. Cumprimento a deputada federal Jô Moraes, que está dando uma entrevista aqui atrás, na pessoa da qual cumprimento a Mesa. A Jô Moraes é militante da primeira hora, muito antes de ser deputada federal, e é reconhecida nacionalmente por sua militância feminista. Quero cumprimentar também cada uma das deputadas pelo nome e faço questão disso. Falei com a moça da organização que faria isso rapidamente, porque não posso deixar de nomear as deputadas – temos uma visibilidade pequeníssima, e não vou abrir mão dela: queridas Ione Pinheiro, Rosângela Reis, Celise Laviola, Marília Campos e, ainda, Geisa Teixeira e Arlete Magalhães, que não estão presentes. Quero cumprimentar todas as autoridades representadas por elas.

Outro agradecimento faço questão de fazer, apesar de ele já ter sido feito – acho que foi a Marília que o fez: em nome da comissão organizadora deste evento, agradeço à GPI, uma gerência desta Casa, que nos respeitou acima de tudo, que respeitou nossas

controvertidas ideias e encaminhou, com muito profissionalismo, toda a sequência de atuação, toda a ajuda à organização deste ciclo de debates.

Quero agradecer à comissão, que me escolheu para falar em seu nome.

Há três anos, fazemos conjuntamente, deputadas, instituições públicas de apoio à mulher e a sociedade civil, esta comemoração do 8 de março, que foi inaugurada em 2015 e teve uma grande importância para nós, feministas, que agora estamos num outro patamar na Assembleia Legislativa, porque a sociedade civil é escutada periodicamente pelas deputadas da Casa.

Quero saudar também – não posso me esquecer – os deputados Geraldo Pimenta, André Quintão e Rogério Correia. Este último faz parte da Mesa. É muito boa e positiva a presença de vocês três – não sei se há mais algum deputado que nos prestigia –, porque, por enquanto, a nossa força ainda fica refém do número de deputadas que compõem a Assembleia. Isso pode parecer pouco, mas não é não. Então, estamos aqui para falar que não é. A Comissão Extraordinária de Mulheres vem se esforçando para fortalecer o 8 de março de uma maneira diferenciada, debatendo com a sociedade civil para homenagear a mulher mineira e contribuir para o fim da desigualdade de gêneros.

Este ciclo é marcado, neste momento, pela presença da sua comissão organizadora – estou falando em nome da comissão. Este patamar alcançado, agora, tanto pela Assembleia quanto pela sociedade civil, não pode retroceder. Então, faço coro com a deputada Marília Campos, que falou a respeito da criação de uma Frente Parlamentar das Mulheres. Essa é uma das reivindicações que trazemos aqui hoje. Mas, antes disso, o mais importante é a PEC nº 16, também referida pela deputada Marília Campos, que trata do lugar da mulher na Mesa da Assembleia. O não encaminhamento dessa reivindicação, apresentada desde 2015, é machismo. A nossa primeira reivindicação e a maior delas é que seja estabelecido, cumprido, o reconhecimento da PEC nº 16 e que ela seja votada.

A segunda reivindicação que trazemos é a constituição da Frente Parlamentar de Mulheres aqui na Casa, que é a antiga Comissão Extraordinária de Mulheres. Ela tem vigência anual e até hoje não conseguimos a sua aprovação. Então, queremos que criem uma Frente Parlamentar das Mulheres com a participação, evidentemente, das instituições públicas de apoio à mulher e da sociedade civil.

A terceira reivindicação é que multipliquemos este ciclo de debates em Minas Gerais, porque a Assembleia Legislativa de Minas é de Minas, não somente de Belo Horizonte. Muito obrigada.

A presidente – A Assembleia Legislativa manifesta seus agradecimentos às autoridades que participaram da Mesa de abertura deste ciclo de debates. Faremos agora a recomposição da Mesa e, em seguida, daremos prosseguimento à programação do evento. Neste momento, passo a presidência para a deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

A presidente (deputada Marília Campos) – Iniciaremos o painel “A importância das discussões relativas a gênero e do enfrentamento da cultura do machismo na educação”.

1º Painel

Composição da Mesa

A presidente – A presidência convida a tomar assento à Mesa para o 1º Painel as Exmas. Sras. Iara Pires Viana, superintendente de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino da Secretaria de Estado de Educação; e Valéria Peres Morato Gonçalves, presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinpro-MG.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

A presidente – Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de perguntas às participantes da Mesa, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário disponível no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito, no formulário próprio que foi distribuído dentro da pasta entregue no momento do credenciamento. Caso alguém necessite de mais formulários, basta solicitar à equipe técnica,

que se encontra na mesa da assessoria, próximo à tribuna, do lado direito do Plenário. Os formulários preenchidos devem ser entregues para essa mesma equipe. As pessoas que desejarem fazer sua intervenção oralmente deverão especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia www.almg.gov.br, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar sua contribuição. O evento também está sendo transmitido ao vivo pelo canal da Assembleia Legislativa no YouTube.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais está conduzindo o processo de licitação para a contratação de produtora de tradução de língua brasileira de sinais – Libras. O processo ainda não foi concluído, e, por esse motivo, este evento está sendo realizado sem esse serviço. Informamos ainda que essa licitação tem como objeto a contratação de tradução de Libras para todos os eventos de Plenário e também os da Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência.

Com a palavra, a Sra. Iara Pires Viana.

Palavras da Sra. Iara Pires Viana

Bom dia. Gostaria de cumprimentar a deputada Marília Campos e agradecer imensamente o convite. Como pessoa pública, como superintendente, estou representando a secretária Macaé Evaristo, que não pôde continuar conosco neste ato. É uma tarefa difícil, que me implica também como gestora, mulher e com um recorte importante, que é o recorte étnico, de mulher negra.

Mas acho importante iniciar esta fala com algumas saudações. Para esta saudação, que também está embutida na fala, quero convidar Elzelina Dóris dos Santos, que hoje está na secretaria como analista educacional e que vai nos motivar ainda mais para o debate que vamos iniciar. Ela, então, vai iniciar a nossa fala cantando para nós.

A Sra. Elzelina Dóris dos Santos – (– Canta:) “Não, não te quero mais/ Agora eu que decido aonde vou/ Não, não, não suporto mais/ Prefiro andar sozinha como sou/ Andar de madrugada feito traça/ Feito barata/ Feito cupim/ Dizer pra mim que eu gosto mais de mim/ Que eu sou assim, e não tem jeito/ Vai sair da minha vida, você vai ter que mudar/ Da minha casa, de atitude. Chega!/ Ainda mais agora que eu vou viajar pra me livrar de você/ Não quero mais ser seu amigo nem inimigo, nada!/ Pra você é o fim da estrada/ Com você fechei a tampa/ Da minha casa, dos meus amigos, chega!/ Ainda mais agora que eu já viajei e me livre de você/ Não quero mais ser seu amigo, nem inimigo, nada!”

Obrigada. Essa canção é de Mart'nália. A letra é um apelo em favor da vida das mulheres, da não violência contra as mulheres. Chega!

A Sra. Iara Pires Viana – Obrigada, Dóris. No cenário educacional não seria diferente. Também traçaríamos algumas metodologias para este ciclo de debates, e essa, na verdade, foi uma das que escolhemos para iniciar esta tarde de trabalho.

Seria impossível iniciar esta conversa e tratar das mulheres – no cenário educacional, das meninas, das jovens mulheres – sem falar de um tema que discutimos nesta Casa por três dias consecutivos: o Plano Estadual de Educação. Foi exatamente nesta Casa que um número expressivo de educadoras e educadores lutou bravamente para que a temática de gênero estivesse presente nesse plano. Sabemos que ele ainda não foi votado, mas o histórico de formatação e construção desse plano, que hoje está indicado como um documento normativo a ser votado, diz muito da diversidade posta para o nosso estado. Em função dessa diversidade, o tratamento de uma cultura não machista no Norte de Minas será um; no Sul de Minas, outro; na região Central, outro; e assim por diante. É impossível pensar em políticas públicas de cima para baixo, principalmente no cenário educacional, com suas 3.664 escolas públicas e com toda a sua diversidade: escolas quilombolas, indígenas, especiais, na perspectiva de inclusivas, e escolas da nossa periferia. Pensar em políticas públicas de cima para baixo não funciona mais para conversarmos com os nossos jovens, principalmente com as nossas jovens.

Temos dados alarmantes, mas não contabilizados em documentos. Falava hoje numa reunião anterior a esse ciclo de debates, assim como numa entrevista que dei hoje um pouco mais cedo, sobre a necessidade de pesquisas que, numericamente, num

formato qualitativo, nos demonstrem e nos comprovem as diversas violências sofridas no cenário educacional. Mais do que isso, o que preciso demarcar aqui é que a violência que muitos dizem que acontece na escola nada mais é do que reflexo da nossa sociedade ali, naquele espaço educativo. Se consideramos todos os outros espaços também como educativos, é importante que, neste ciclo de debates, em que a educação é a chamada para a linha de frente, todos os outros segmentos se responsabilizem também por uma educação não sexista, não homofóbica e não machista.

Diante disso, há alguns enfrentamentos e desafios, mas temos conseguido delinear algumas políticas públicas e ações que, de fato, têm surtido alguns efeitos. Quero apresentar para vocês um pouco dessas ações no âmbito da educação básica. Mas antes disso, falando dessa possível rede de enfrentamento e proteção que precisamos construir para as nossas meninas jovens nas escolas, quero mostrar alguns mitos que selecionei, os quais aparecem fortemente dentro do ambiente escolar e dizem respeito exatamente ao que está escrito aqui. “A violência familiar é rara”. As estatísticas nos mostram o contrário. “A violência familiar é restrita a pessoas com distúrbios mentais ou doentes”. Não. Não há um fator responsável. São fatores familiares, sociais e culturais.

Outro mito muito forte é o seguinte: “As pessoas que sofrem violência às vezes a buscam ou fazem algo para provocá-la.” Quantas de nós, mulheres, fomos agredidas e, na verdade, depois nos dizem assim: “Você provocou a violência do seu companheiro, da sua companheira”. As pessoas que praticam violência no lar justificam a sua conduta alegando provocações e tentando afastar sua responsabilidade. A mulher, por achar que deve servir ao marido, assume uma culpa pela violência que sofreu. Essa culpabilização que nós, mulheres, carregamos tem todo um cenário histórico-cultural posto para a Nação.

Como foi dito aqui anteriormente, muitas de nós, mulheres, carregamos um recorte do machismo ainda muito impregnado. Temos de lutar, muitas vezes, para fazer sempre um exercício contrário a esse desenho. Não é tão simples assim. Imaginem vocês que o nosso magistério em Minas Gerais é basicamente feminino e, mesmo assim, temos vários momentos machistas no cenário educacional. Diante disso, comprova-se, então, o dado de que muitas de nós, mulheres, ainda carregamos culturalmente essa carga. Para essa educação ser, de fato, alterada, nas escolas públicas de Minas Gerais principalmente, é necessário iniciarmos uma conversa nas universidades, nas licenciaturas. Por quê? Porque o que recebemos nas escolas públicas são professores e professoras com suas licenciaturas nas suas caixinhas. Agora, os recortes, que são transdisciplinares, ou a multidisciplinaridade necessária muitas vezes não é trabalhada nas licenciaturas. Aí, cabe ao Estado mais uma responsabilidade: fazer cursos de formação para que esses professores e essas professoras consigam, de fato, lidar com esses temas ditos transversais.

Só que as emergências estão postas. Temos um cenário onde os números aumentam. Para modificá-lo numericamente, é necessário haver políticas públicas acontecendo lá na ponta. Todos sabemos que, às vezes, se demora muito mais tempo do que desejamos para que uma política pública aconteça lá na ponta e, de fato, tenha um resultado. Mas temos urgências diante disso. Para isso, trouxe o Plano Estadual de Educação. Quero falar um pouco sobre ele, porque creio que, de fato, seria uma ferramenta importantíssima para alinhar o discurso de uma educação para todos e todas.

Sabemos que, quando se fala da grande polêmica, principalmente da polêmica de se trabalhar a questão de gênero, está posto dentro desse guarda-chuva um leque de possibilidades que todos nós, professores e professoras, já trabalhávamos nas escolas. Na verdade, o que a gente quer com esse Plano Estadual de Educação é que ele também seja autoafirmativo, que ele tenha uma ação afirmativa. Diante disso, os sujeitos precisam aparecer, os sujeitos precisam ser nomeados, do mesmo jeito que a gente não gostaria que todas as violências no ambiente escolar fossem resumidas na palavra *bulling*. Vamos dar nome às violências que sofremos: o que é racismo é racismo, o que é homofobia é homofobia, o que é machismo é machismo. Precisamos ter um tratamento para cada uma dessas violências.

Na Secretaria de Estado de Educação temos o Programa de Convivência Democrática nas Escolas. Inclusive, estamos aqui hoje com a coordenadora do programa, Kessiane Goulart. Na verdade, é um programa que há muito tempo tem sido cobrado na gestão, pois conversa com todos os segmentos para realizar uma educação no âmbito coletivo, uma vez que a escola sozinha, bem

como os gestores e professores no território não conseguem atuar para uma educação única e inclusiva. Precisam de um Cras, de um Creas, de um conselho tutelar atuando naquela escola. Essa formação de rede que, ao mesmo tempo, ensina os meninos e meninas a dizer quais violências sofrem, faz-se necessária. Eles precisam nomear.

Muitas vezes nós, em nossa “adulterez”, inclusive considerando os nossos jovens como seres da incompletude, erramos muito. Eles são seres completos na sua idade, na sua essência, e precisamos respeitar isso. E, quando respeitamos isso, abrimos a escuta. Ao abrir a escuta, percebemos, de fato, que esses jovens e essas jovens têm muito a nos ensinar.

Então, gestores e professores, muitas vezes precisamos trocar de lugar, assumir o lugar de troca na formação e informação com os nossos jovens. Só assim, de fato, acho que seja possível que eles entendam o que a gente está falando que é machismo, e a gente entender o que elas estão dizendo que é machismo. Caso contrário, a gente vai ficar trabalhando no rol dos conceitos acadêmicos e não vai vivenciar a realidade, o “chão da escola” – que é como costume dizer.

Não sei se é do conhecimento de todos, mas acho importante lembrar que o Plano Estadual de Educação tem uma normativa e encaminhou 15 artigos, que, na verdade, tratam de várias estratégias. E, para, de fato, as estratégias serem concluídas e executadas, é necessária a aprovação desse plano nesta Casa.

Lembro-me muito bem – e fiz questão de trazer de volta – da fala da nossa secretária de Educação sobre o Plano Estadual de Educação, aqui. Ela defendeu a construção de um plano forte baseado em nossos valores, que respeitam os direitos das pessoas, independente de sua cor de pele, condição física, sensorial, motora e orientação sexual. Um plano em que mulheres e homens tenham total direito à educação pública gratuita, laica e de qualidade. Faço minhas as palavras da secretária de Educação.

A metodologia utilizada foi a de realizar diversas reuniões, como vocês estão vendo na tela. Mais do que isso, acho que esse documento merece total respeito de toda comunidade mineira, mesmo porque foi um documento construído a milhares de mãos, e não um documento escrito em um gabinete, de cima para baixo. Foram muitas reuniões, muitas assembleias em que o público, o movimento social estavam sempre juntos para construir e escrever essas propostas. Então, diante disso, acho que ele merece respeito, porque há uma maioria aí que fala das necessidades dos temas e pautas importantes que devem constar nesse Plano Estadual de Educação.

A Meta 8, na verdade, foi a mais polemizada. Grifo aqui o termo “mulheres” e quero repetir que ele aparece no Plano Estadual de Educação 15 vezes, tamanha a importância de se nomear o lugar das meninas e das mulheres nesse plano estadual. Porque, querendo ou não, historicamente, somos nós, sim, mulheres que estamos na gestão da escola pública, na secretaria da escola pública, na sala de aula com os estudantes. O magistério em Minas é basicamente feminino. Não há como não dizer dos direitos desses sujeitos nesse espaço, que também é um espaço de educação social.

Vou saltar a Meta nº 21, que é desnecessária – já falei dela –, e quero voltar ao tema do ciclo de debates: qual é a importância das discussões relativas a gênero e do enfrentamento da cultura do machismo na educação? Para desencadear, executar, avaliar o processo de uma educação não machista é preciso que se compreenda como processos de aprender e de ensinar têm se constituído, entre nós, ao longo dos 517 anos de história de formação da nossa nação. Como eu disse anteriormente, só a escola não dá conta desse processo de desconstrução. Então todos estão convocados. Quais, então, as ações importantes que demarcam o tema que estamos discutindo hoje?

Desenvolvemos este ano e fizemos o lançamento, no dia 8 de março, do *Educa e Empodera as Minas*. Foi uma ação extremamente importante, em que, na verdade, colocamos as jovens meninas no cenário, como protagonistas da discussão. Eram as jovens, olho no olho da secretária, dizendo quais os tipos de violência que sofriam no ambiente escolar e que, na verdade, estavam construindo estratégias de empoderamento para sair desse lugar da violência. Então foi um dia muito importante para nós.

Mais do que isso, para além do *Educa e Empodera as Minas*, desenvolvemos dois grandes eixos, que encaminhamos para todas as escolas do Estado. São: Eixo nº 1, Jovens Meninos pelo Fim da Violência – e aí, no cenário educacional, os meninos

precisam estar muito presentes nessa pauta, para que essa conversa entre os dois seja de fato realizada; e Eixo nº 2, Empoderamento de Jovens Meninas. Como monitoramos esse trabalho? Nas redes sociais. Descobrimos recentemente que o Facebook, na verdade, é uma megaferramenta para as escolas, porque, na verdade, faz com que os jovens se manifestem com maior tranquilidade e em tempo real. Então criamos um evento para que as escolas, após receber as orientações desses dois eixos, pudessem encaminhar pelo Facebook fotografias, vídeos, relatos de como o tema estava sendo desenvolvido nas escolas – e isso tudo em tempo real. Então a página é muito acessada. Há mais de 300 mil acessos na página desse evento, na qual as escolas já postaram e vêm postando cotidianamente todas as ações desenvolvidas acerca do tema. Para nós é um termômetro, porque conseguimos perceber a qualidade com que o tema está sendo trabalhado. Percebemos que, em alguns momentos, em algumas escolas, em alguns territórios, ainda há o trabalho acerca do tema da mulher, mas colocando-a naquele lugar de cuidado, de frágil, das flores, etc. Em outros lugares algumas universidades são parceiras. Percebemos um avanço maior acerca da discussão e um aprofundamento maior acerca desse tema. Então o Facebook e esse evento têm sido um lugar de monitoramento e de grandes discussões para a temática.

Pretendemos encerrar essa atividade no final do ano letivo. Ou seja, foi iniciada em 8 de março, mas a proposta é que percorra todo o ano letivo – todo o currículo da escola –, terminando na Semana de Educação para a Vida, que acontece em novembro.

O outro eixo que temos trabalhado, que na verdade se transformou num programa, é o que temos chamado de Afroconsciência. A campanha Afroconsciência, na verdade, é um recorte étnico. Nesse caso, coloca em pauta as jovens meninas negras. Nessa perspectiva, por que esse programa? Larissa já bem disse hoje, mais cedo, e vou reforçar os números. Quando olhamos para a defasagem de série nas escolas públicas, vemos que ela tem recorte de classe social e cor: o maior número de defasagem, idade e série são de estudantes negros e negras. O maior número de estudantes que se evadem das escolas públicas também são negros e negras e moradores de periferia. Quando vamos para o recorte das maiores violências, também há o recorte étnico e socioeconômico: negros e negras. Ou seja, essa campanha Afroconsciência traz à tona esse recorte e faz com que as escolas olhem para esses sujeitos.

Sabemos que, durante muitos e muitos anos, esses sujeitos, na verdade, tinham um espaço garantido na sala de aula, lá no fundo, na educação de jovens e adultos, à noite, ou fora da escola. Então, diante disso, essa é uma campanha de extrema importância, que coloca, na verdade, em cima da mesa, os nossos desafios.

Por fim, os Núcleos de Pesquisas e Estudos Africanos e Afro-brasileiros e da Diáspora – Nupeaas. Em maio, será o lançamento, vamos inaugurar o núcleo, e há a perspectiva do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica nas escolas de ensino médio. Cada escola terá um núcleo de pesquisa e iniciação. Esses núcleos terão uma parceria com as universidades, o que chamamos de Núcleo de Estudos Afro-brasileiros – Neab. Teremos um professor-tutor na universidade, que orientará o nosso professor, e o professor orientará os estudantes. Então teremos jovens cientistas nas escolas da rede pública de Minas Gerais. A intenção, com esses núcleos, é reverter os números que mencionei anteriormente. Muitas das nossas jovens evadem-se das escolas em virtude de gravidez não planejada, indesejada. Muitas das nossas jovens são preteridas em relação aos seus irmãos homens, porque eles podem estar nas escolas, têm um tempo maior para isso. Além de estudarem, elas têm outros afazeres em casa. Tudo isso é machismo, não é, gente? A gente sabe disso. Então, quando olhamos para os números educacionais, nesse recorte de gênero, meninos e meninas, percebemos, grandemente, quando as meninas deixam de estudar: por volta dos 13, 14 anos. Quando olhamos os dados do Conselho Tutelar, do Cras e do Creas, percebemos que grande parcela delas engravidou nesse período, e por isso elas são obrigadas a abrir mão da escola. O pai dessa criança continua sua vida, estudando normalmente. Mas elas, nesse momento, rompem o seu ciclo com a educação básica. Raramente, a gente se encontra com essa menina de novo. Podemos contar nos dedos as vezes que essas meninas conseguem retornar. Quando elas retornam, é numa situação de desigualdade, de subjugação, porque cabe a elas apenas uma turma, no noturno, ou numa educação de jovens e adultos, porque ela já escapuliu na sua defasagem idade-série. Isso é muito sério. Quando uma menina como essa engravidar, aos 14 anos, e conseguir dizer ao pai da criança “vamos dividir essa responsabilidade”, vai ser muito bom para a

gente. Só vamos conseguir fazer isso quando os nossos educadores e educadoras conseguirem conversar com essa juventude olho no olho, entendendo as linguagens, entendendo como isso se manifesta no ambiente escolar. Isso não é tão simples assim. Uma jovem não chega à escola e diz: “Estou grávida.” O professor que está ali na ponta, no chão da escola, precisa ter outras leituras. Para ter outras leituras, ele precisa estar próximo dessa juventude. Na verdade, ele precisa se apropriar dessa linguagem que está aí, porque ela pode dizer isso de várias formas. Assim também ela pode dizer que está sofrendo abuso em casa de várias maneiras. Ela não vai dizer: “Estou sendo abusada pelo meu pai.” Ela não vai dizer isso claramente. Mas é na escola, muitas vezes, que isso se manifesta comportamentalmente, de outras formas.

Também destaco o olhar atento e amoroso. Aí digo que gostaria de que 100% dos nossos professores tivessem o amor que tenho pela educação. Muitos têm, muitos dos nossos professores têm. Mas muitos ainda precisam trabalhar essa emoção do amor pela educação, porque, através disso, você consegue ver que educação é gente. Se a educação é gente, quero o melhor para essa gente. Se quero o melhor para essa gente, vou olhar para essas pessoas e tentar descobrir os desejos, as necessidades e os riscos que elas vêm sentindo.

Esta é a foto do Educa e Empodera. Estavam lá conosco a ex-ministra Nilma Lino Gomes e outras figuras pesquisadoras de outras áreas, que responderam a várias perguntas das nossas jovens.

Essa é a página do Facebook. Ali é só o exemplo do eixo que trabalhamos: Jovens Meninos pelo fim da Violência. Na verdade, são eles dizendo para as meninas como eles podem melhorar a postura.

Vou relatar para vocês um fato interessante que aconteceu numa escola e chegou para nós por meio das redes sociais. Uma menina diz: “Eu não sabia que era violência. Eu estava na fila da merenda, ele chegou e me abraçou forte por trás. Não gostando daquilo, dei-lhe uma cotovelada, que acertou o rosto dele. Fomos para a diretoria, e eu assinei uma ocorrência”. Então, ela ficou no cenário como a violenta, quando, na verdade, o ciclo da violência se iniciou anteriormente. Ela descobriu que aquilo era violência só depois que a professora discutiu as cenas do machismo, e como ele se manifesta. Então, ela diz: “Poxa, não tinha que assinar aquela ocorrência”. Então volta à diretoria da escola e fala: “Não quero assinar aquela ocorrência, porque não fui eu que comecei”. Aí ela narra e mostra quais são os seus direitos naquele momento. A diretora entende esse processo e reverte a situação nesse caso. São situações importantes que temos percebido que, mesmo que a conta-gotas, vão fazendo a diferença. Falta de informações. Exatamente.

Mais uma vez reforçando a importância do Plano Estadual de Educação e as ações com o recorte transversal dessas temáticas de extrema importância para as escolas, trago aqui alguns dados. Por que falar de gênero e diversidade nas escolas? Porque 40% de todos os homicídios de mulheres no mundo são cometidos por um parceiro íntimo, e as nossas meninas precisam saber disso. Não é porque estão no seio familiar que estão seguras. Elas não estão seguras, precisam saber disso e falar sobre isso.

De 2001 a 2011, ocorreram mais de 50 mil feminicídios, cerca de 5 mil mortes por ano, 144 casos de homicídios de travestis e mulheres transexuais em 2016, mais de 4.700 vítimas de mortes por agressão. Segundo a Organização de Mulheres, mulheres lésbicas ou identificadas dessa forma foram vítimas de estupro corretivo; há 5 espancamentos a cada 2 minutos, 1 estupro a cada 11 minutos, 1 feminicídio a cada 90 minutos.

Esse dado em vermelho embaixo diz o seguinte: se duplicarmos os valores para todos esses casos acima, o recorte que aqui represento, de mulher, mulher negra e mulher de periferia, de fato, é duplicado. A mulher negra vai sofrer isso muito mais vezes, com muito mais força do que qualquer outra mulher, mas a nossa luta é coletiva. Acho que, onde há uma mulher clamando pelo direito da outra, todas as mulheres são colocadas nesse bojo. E isso é mais importante, mas não posso deixar de dizer e de demarcar o lugar de mulher e mulher negra, que, na verdade, tem tido preterido o seu direito historicamente por muitos e muitos anos.

Temos alguns desafios, mas estamos muito dispostas a trabalhar em prol de rompê-los. Então temos posto para a educação uma discussão do fundamentalismo religioso, do movimento escola sem partido, da ausência da laicidade do Estado; e de fato

queremos combater o machismo, o sexismo, o patriarcado, a “lgbtfobia” e suas formas de opressão, e a religião escolar; não o ensino religioso, mas a religião escolar. Então, está posto.

Para esses desafios, quero terminar com algumas frases importantes, que estão aqui demarcadas pelas cores. Não é preciso ser mulher para lutar contra o machismo. Vocês, homens presentes nesta Casa, estão convidados e convocados a estar nessa luta conosco e são muito bem-vindos. Não é preciso ser *gay* para lutar contra a homofobia. Não é preciso ser negra para lutar contra o racismo. Não é preciso ser trans para lutar contra a transfobia. Só é preciso ser humano. E é nesse sentido que conto muito com a ajuda de vocês para que todos os segmentos se tornem educadores, para que todo mundo se responsabilize com uma educação de fato não machista. É isso. Obrigada.

A presidente – Muito bem. Belíssima posição. Parabéns. É muito bom saber desses vários programas que a Secretaria de Estado de Educação está implementando, embora a evolução dessa cultura a gente não vá ter em curtíssimo prazo. Certamente, a gente está preparando a terra, semeando, porque já foi plantada a semente, e vamos colher os frutos de uma nova cultura mais tolerante, mais respeitosa. Parabéns, adorei ouvi-la.

Vou convidar agora a Valéria para fazer sua exposição, lembrando que, posteriormente, vamos fazer o debate, e as pessoas podem se inscrever fazendo perguntas por escrito e depois entregá-las à Mesa. Aquele que quiser fazer uso do microfone deve especificar isso no bilhete que vai ser entregue à consultoria.

Palavras da Sra. Valéria Peres Morato Gonçalves

Boa tarde a todas. Como a tarde é nossa, que os homens se sintam contemplados neste meu cumprimento. Quero agradecer e cumprimentar as deputadas que estão aqui. Agradeço à deputada Jô Moraes, que continua conosco, a quem quero também dirigir um cumprimento especial.

Fui chamada a discutir com vocês hoje o tema gênero e educação. Sou Valéria Morato, estou na presidência do Sinpro-MG, que é o sindicato dos professores e professoras da rede privada do Estado de Minas Gerais. Sou professora da educação básica. Minha formação é pedagogia. Sou professora da rede pública e da rede privada e sou mãe do Túlio e da Letícia. Por que estou destacando isso? Vivenciei as duas realidades nos dois setores na escola e vivenciei a escola também através dos meus filhos, enquanto professora e mãe. Isso faz muita diferença. Nesse contexto que estamos vivendo, é muito importante destacar que a escola é o reflexo da sociedade. Sempre a escola reflete a sociedade; no entanto, a escola precisa, e é o papel dela, alterar a sociedade também. Por que a cultura do machismo ainda é tão arraigada na nossa sociedade, mesmo com o crescimento das mulheres empoderadas e mais conscientes da opressão? Na minha avaliação é porque a voz contra o machismo ainda está sendo calada. O agressor continua empoderado. A vítima tem medo, se sente culpada, e a sociedade reforça esse sentimento de culpa, condenando o comportamento da mulher. Muitas vezes, a vítima não sabe quem vai ouvi-la e, muitas vezes, se silencia. A sociedade precisa se mostrar contra quem reprime, precisa ter vergonha do machismo e torná-lo obsoleto. É diante desse cenário atual de retirada de direito histórico, que discutimos gênero e raça na educação. O País atravessa uma onda de retrocessos na qual as mulheres são as mais prejudicadas.

A deputada Jô Moraes, na sua saudação, chamou a atenção contra a proposta de reforma da Previdência, que ataca diretamente, mais violentamente, as mulheres, em especial as professoras da educação básica e da escola privada. Quero destacar: qual professora terá emprego numa escola privada, a partir dos 50, 55 anos, para trabalhar com criança de 4, 5, 6 até os 10 anos? Essa professora não terá emprego e essa professora não se aposentará.

O PL nº 4.302/98, aprovado covardemente por esse governo, amplia a possibilidade de contratação temporária. Se a mulher é contratada temporariamente e engravida, acaba perdendo o direito à licença-maternidade. Temos de discutir isso, ou seja, o ataque às mulheres quanto à retirada de seus direitos históricos.

Esse assunto tem gerado polêmica no Plano Nacional de Educação, como mencionado por minha antecessora. Foi retirado o termo “gênero”, porque até isso incomodava a bancada religiosa, que nós chamamos de Bancada da Bíblia. Esqueceram da laicidade

da escola pública, esqueceram que o Plano Nacional de Educação foi feito para a escola pública e que a educação precisa ser regulamentada pelo Estado. O projeto Escola sem Partido deturpa todo o conceito e a discussão sobre gênero.

É necessária uma discussão mais profunda nas escolas públicas e privadas, no âmbito religioso em geral, não sobre o que cada uma representa, com a tolerância, o respeito e a fé de cada um, sem imposições. No geral, a mulher é colocada em situações de pouca autonomia. O desrespeito a essa forma de discussão faz com que a cultura machista se replique, se naturalize, perpetuando o lugar de invisibilidade em que as mulheres foram colocadas. Nós, mulheres, que compomos 90% do quadro da educação básica, precisamos repensar o nosso papel. Que tipo de texto temos levado às salas de aula para serem discutidos com nossos alunos? Que tipo de filmes temos levado para apresentar e discutir com nossos alunos? Que tipo de tarefa damos aos nossos alunos? Estamos reproduzindo uma cultura machista ou fazendo com que haja uma reflexão, transformando os cidadãos que estão na nossa frente?

Esses dados estatísticos mostram que as mulheres realizam seis vezes mais os afazeres domésticos do que os homens e que, no mercado de trabalho, o seu salário é 30% menor. Isso nos assusta. Todas nós ainda nos deparamos com o seguinte pensamento: “Ah, o seu companheiro ajuda você?” Isso me irrita profundamente. É como se a tarefa doméstica fosse determinada, cabalmente, apenas à mulher. Ela trabalha fora, também é responsável pelo sustento doméstico, e ainda assim, na divisão das tarefas de casa, a parte que cabe ao homem é considerada ajuda. E ele é considerado bonzinho. Na maioria das vezes nós reproduzimos isso.

Então, o que trago hoje são muitas reflexões para que possamos repensar o nosso fazer cotidiano no sentido de transformarmos mesmo, não só nas escolas, mas também nas nossas casas a reprodução da cultura machista. Esses dados que eu trouxe anteriormente, por si só seriam suficientes para que as questões de gênero fossem discutidas em todos os lugares, sobretudo em salas de aula.

Pela questão da intolerância, do preconceito, da reprodução de uma cultura machista, o medo da discussão, o medo da inserção nos currículos, segundo os professores, é que se promova uma ideologia de gênero que defende a liberdade sexual dos estudantes e deturpa um conceito de homem e mulher e o modelo tradicional de família. Isso reproduz a intolerância às diferenças, e intolerância às diferenças e o preconceito gera o que temos percebido: uma sociedade cada vez mais desumana, cada vez mais injusta e que, numérica e estatisticamente, como apresentado pela minha antecessora, aumenta os números de violência contra a mulher e contra os homossexuais.

Como o debate de gênero pode agir nessa transformação social da educação? Por meio da informação. Volto a dizer que o que precisamos, como educadores e professores, além de nos colocarmos no lugar das mulheres, no lugar de cada um que está ali na nossa frente, aquele aluno ou aquela mãe do nosso aluno que está sofrendo violência doméstica, sendo vítima de crime mais violento; além de nos colocarmos abertos para o debate e tratarmos o tema para que haja uma responsabilização das pessoas envolvidas, precisamos também nos indagar que sociedade queremos. Estamos dentro das escolas, como professores e professoras, para fazer que papel, para transformar e construir que sociedade, para ajudar na formação de quais cidadãos? Esse assunto deve ser tratado nas diversas disciplinas, pois a violência contra a mulher é um problema social e de saúde pública, que atinge todas as raças, todas as etnias, todas as religiões, escolaridade e classe social. Ela não é específica de uma classe social e é uma violação de direitos humanos e de liberdades fundamentais; por isso esse tipo de violência doméstica não pode ser ignorado nem disfarçado. Precisa ser denunciado por todos nós e por toda a sociedade. Hoje, a cada dia mais no Brasil, vivemos a repressão doméstica e a violência contra a mulher precisa ser uma das grandes preocupações da sociedade e da sociedade educacional. A escola é o espaço por excelência de debates, de discussão e de formação.

Como já dissemos, a pressão dos grupos conservadores sobre a discussão em torno do assunto, dentro ou fora da escola, é inevitável.

O caminho para nós, educadores, professores e professoras, é o de nos colocarmos no lugar das pessoas vítimas de violência doméstica e no lugar das pessoas que sofrem intolerância de qualquer tipo, de qualquer espécie. Em que momento estamos

rompendo ou reforçando padrões de comportamento machista? Um dos debates levantado é o de que a mulher não pode ser culpabilizada pela situação de violência. Rompemos ou reforçamos padrões de comportamento machista à medida que nos omitimos ou enfrentamos o debate. À medida que nós, professores e professoras, ouvimos do nosso aluno uma queixa ou reforçamos o ato, como foi o caso da aluna que tentou se livrar de um assédio e foi culpabilizada... O aluno que a assediou e a violentou ficou livre, mas ela, mesmo em legítima defesa, foi culpabilizada. Reforço que trago reflexões para o nosso dia a dia.

Quanto à qualificação para os atendimentos das mulheres, que precisa ser universalizada, precisamos entender também que é necessário ampliar o amparo às vítimas e melhor equipar as delegacias com espaços adequados para atender os casos. Muitas vezes a vítima e o agressor chegam juntos e dividem até o espaço, até a mesa, havendo troca de ameaças, e a autoridade precisa intervir. É necessário o Estado intervir nessa questão para entender quem é a vítima naquele momento e quem está em situação de vulnerabilidade. Isso faz toda a diferença. Muitas vezes a mulher, que é vítima, prefere se omitir, prefere se calar a passar por mais esse constrangimento. Ela não sabe quem vai acolhê-la, quem vai recebê-la e que tipo de situação enfrentará no órgão que receberá a denúncia.

Sabemos que violência contra a mulher pode acontecer com qualquer uma, em qualquer território. A educação tem papel importantíssimo, como já disse, na formação para romper esse estado de opressão e violência. A escola não pode continuar reforçando certos papéis de dominação. Aí eu estaria com a tarja: isso é machismo.

A violência doméstica e a violência sexual não escolhem classe social. Vamos enfrentar e receber as queixas na escola pública e na privada. Por isso disse, no início, que vivenciei essas duas falas. Ela trouxe para mim a *hashtag*. Reafirmo que é necessário humanizar as delegacias da mulher, a fim de atender melhor as vítimas e ampliar as parcerias para a criação de políticas públicas e de medidas preventivas.

É imprescindível que nós, escolas, façamos o trabalho de conscientização para mostrar para as crianças o papel da mulher e o respeito que elas devem ter. Concordo e reafirmo o que disse – esqueci o seu nome – à Iara, com relação à nossa formação acadêmica: é preciso capacitação profissional para nos prepararmos para o mercado de trabalho, para nos prepararmos como professoras para enfrentarmos essa cultura que ainda permeia os bancos e os currículos escolares, para enfrentar e fazer essa transformação.

Aí está um dado só para vocês verem que existe, no mundo inteiro... É um estudo de uma pesquisadora da UFMG, que diz que os homens são mais aptos, vamos dizer assim, para as ciências exatas, e as mulheres para as ciências humanas. Esse vou ler: “Existe uma socialização que joga meninos e meninas para áreas específicas”. Ou seja, desde a criação, preparamos os meninos para certas áreas, e as meninas, para outras. “É visto como algo da natureza do homem e da mulher. Não existe isso, e todos somos fruto dessa discriminação. Há várias perdas para a sociedade, desde perdas físicas até de cérebros brilhantes. Há um impacto social enorme.” Essa é a tese da Adla, que é professora e pesquisadora da Faculdade de Educação da UFMG. Ela conclui – não vou ler isso tudo – dizendo o seguinte: “Nos exames das áreas de ciências humanas e de ciências exatas, quando os pesquisadores corrigiram os testes sabendo quem eram os meninos, eles deram nota maior para os meninos nas ciências exatas e, quando não sabiam os nomes, as meninas tiveram nota maior.” Isso é para ver como o preconceito está bem arraigado na sociedade. É um estudo interessante, se depois vocês quiserem pesquisar, pois reforça o que está implícito na sociedade não só brasileira, mas também no mundo como um todo.

A educação de gênero pode ajudar a combater o machismo e outras opressões? Não há outro caminho que não o de incluir essa discussão na escola, porque a família sozinha simplesmente não dá conta. Vale lembrar que as discussões promovidas na escola costumam atingir as famílias das alunas e dos alunos.

Por fim, a Associação Brasileira de Antropologia publicou um manifesto, assinado por 113 pesquisadores e grupos de estudos, que aponta que o conceito de gênero está baseado em parâmetros científicos de produção de saberes sobre o mundo. E diz:

“Uma identidade masculina baseada na agressividade e na indisciplina tem, cada vez mais, afastado os meninos dos bancos escolares, negando-lhes seu direito a educação e reproduzindo uma cultura da violência. Professoras são vítimas de agressões em sala de aula, meninas são estupradas por seus colegas de turma e meninos são afastados das escolas nesse ciclo de desigualdade perpetuado por noções hierarquizadas do que é ser homem ou mulher.

Também são notáveis, por outro lado, as pesquisas que mostram o quanto a discriminação de gênero contra as pessoas que fogem dos padrões socialmente estabelecidos de identidade ou sexualidade tem desencadeado processos institucionalizados de discriminação, agressões e exclusão escolar.” Diz o manifesto.

É preciso refletir sobre o que está acontecendo. A sociedade é muito intolerante, e nossa cultura ainda é muito influenciada por valores religiosos. Por essa razão, algumas pautas não são discutidas. A educação começa dentro de casa e não pode ser terceirizada. Não basta tratar apenas a mulher vítima de violência, deve-se tratar o homem também, senão o ciclo de violência não cessará. O sistema deve reconhecer e punir quem agride.

Peço desculpas a vocês, porque, na hora em que estava chegando, fui informada da perda de uma amiga, vítima de intolerância e preconceito. Muito obrigada.

A presidente – Valéria, foi muito boa a sua intervenção, porque reforça o papel da educação na formação de novas atitudes e de uma cultura de respeito, considerando-se a necessidade que temos de enfrentamento ao machismo. Você também valorizou muito o desenvolvimento de uma atitude diante da vida, o que começa nas nossas casas. Como disse a Bebelá, não só na América Latina, em toda ela, mas tem que começar nos lares, na nossa casa, em todos os lugares. Também é importante essa questão da atitude, que será desenvolvida, obviamente, e amparada por um novo projeto educacional que nos empodere e dê essa capacidade de enfrentamento.

Eu cochichava com a Iara dizendo que está faltando, neste debate, o papel da saúde, que cuida das nossas mães no pré-natal. Então, fica registrada uma falha nossa. É preciso refletirmos sobre o tanto que é importante, além da educação, o papel da saúde no pré-natal. Esse trabalho é importante também com as vítimas de violência, mas, como é a mãe que cuida do filho no ventre e desenvolve todo um relacionamento pós-parto, é importante essa formação, para termos mais cuidado com os milhares de meninas grávidas precocemente. Às vezes, achamos que são irmãs, mas são mãe e filha. Muito legal a sua intervenção, Valéria.

Apresentação Musical

A presidente – Vamos fazer uma pequena alteração, porque está previsto, logo após as exposições da Iara e da Valéria, um debate pelas pessoas que se inscreveram. Mas haverá uma homenagem à Dona Jandira, uma pessoa muito especial, que fará um *show* para nós. Para quem não a conhece, vai ser uma oportunidade de conhecer essa belíssima senhora. Precisaremos adiar um pouquinho o debate e antecipar um pouco a participação da Dona Jandira. Peço permissão ao Plenário para fazermos a apresentação.

Antes da homenagem, gostaria de fazer uma leitura, porque não são todos que conhecem a Dona Jandira. Quando discutimos o processo preparatório, essa homenagem foi consensual. Então, faremos uma apresentação para as pessoas que não a conhecem e para aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia. Quem é a Dona Jandira?

A nossa homenageada é uma pessoa simples, de sorriso largo e de voz inconfundível. Se ela estiver falando, preste a devida atenção. As palavras são sábias. Se estiver cantando, faça silêncio. E deixe a emoção falar por você. Deixe que ela conduza os seus pensamentos, naquela forma mágica, como a música é capaz de fazê-lo.

A D. Jandira é uma pessoa que encanta e que traz esperança em seu canto e em sua história de vida. Para quem não sabe, ela nasceu em Maceió, é alagoana, mas é tão identificada com a nossa Minas Gerais que é perdoável pensar que ela é mineira, pois, de fato, sua alma é mineira, seu jeito é mineiro, natural que seja. Ela veio ainda jovem para cá e foi morar em Ouro Branco, a cidade onde eu nasci, permitam-me dizer, o que nos faz conterrâneas. Anos depois, mudou-se para o pequeno Distrito de Itatiaia e lá reside até hoje.

São 79 anos de vida e apenas 13 de uma bem-sucedida carreira. Foi em 2004, aos 66 anos de idade, que ela começou a cantar profissionalmente.

Ela é uma senhorinha, mas fazemos tudo o que ela quer. Ela chegou. Dona Jandira, veja se estou falando tudo certinho.

Embora tenha iniciado seus estudos musicais ainda criança, com a mãe, que era professora de piano e acordeom, devido aos preconceitos da época não teve incentivo para seguir em frente com a música. Foi preciso uma longa espera para que seu talento viesse a se tornar conhecido. E, quando isso aconteceu, foi com força e determinação que ela abraçou o desafio de ser intérprete. E não parou mais.

Após seu encontro com o músico e produtor José Dias, realizou, com sua banda composta por músicos de reconhecida qualidade, mais de trezentos shows, sendo considerada uma das grandes revelações da nossa música, com aceitação de público e crítica. Quando eu era prefeita, ela cantou na minha cidade duas ou três vezes. Bacana.

Quatro anos após iniciar oficialmente a sua trajetória, lançou seu primeiro CD – *Dona Jandira* –, em 2008, e o DVD *Dona Jandira ao Vivo*, em 2012, com participações especiais de Luiz Melodia, Marco Lobo e Paulinho Pedra Azul. E pegou a estrada em uma turnê de lançamento por importantes cidades do interior de Minas Gerais e capitais como Belo Horizonte, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Em 2016, realizou um sonho antigo e representou o Brasil no Festival Exib Música, em Évora, Portugal, com grande repercussão. No repertório, clássicos de grandes compositores da música brasileira, como Ary Barroso, Noel Rosa, Mário Lago, Ataulfo Alves, Lupicínio Rodrigues, e composições inéditas de Chico Amaral, Sérgio Moreira, Murilo Antunes e José Dias.

No pequeno povoado de Itatiaia, ela deu vida ao projeto Encontro de Compositores, que existe desde 2014 e acontece no Espaço Multicultural Dona Jandira – eu já prometi ir lá, mas não fui –, uma forma que encontrou para abrir espaço para desconhecidos talentos e levá-los a ser reconhecidos pelo grande público. Um trabalho persistente e dinâmico, marca registrada dessa senhora corajosa, que nos ensina que é preciso seguir acreditando e lutando por dias melhores. Sempre.

Um trabalho que tem ainda a virtude de mesclar o melhor de duas outras de suas qualificações: a de artesã e a de pedagoga. Dessa forma solidária, ela tem a oportunidade de ajudar a tramar caminhos para novos cantores e a ensinar que sim, o sucesso é possível em qualquer tempo. Se alguém duvida, basta observar atentamente o testemunho que ela escreve com sua história de vida.

Do alto de sua vitalidade, a Dona Jandira impressiona quando sobe ao palco e canta com sua voz singular e impregnada de emoção. Tive a oportunidade de conhecê-la em uma de suas apresentações em Contagem, quando eu era prefeita da cidade, e ela veio, por várias vezes, abrilhantar nossos eventos.

Por essas razões, ela foi escolhida por nosso mandato para estar aqui hoje, quando aproveitamos a realização deste evento para destacar a sua importância e seu exemplo para todas nós; para receber o nosso aplauso e o nosso reconhecimento; para nos arrebatarmos com a sua apresentação; para receber o nosso singelo mimo; para representar a luta das mulheres, a luta das mulheres negras, a luta de todas as mulheres que buscam e ocupam o seu lugar ao sol, que são símbolo de resistência, de coragem e de persistência, virtudes que Dona Jandira tão bem expressa.

Nós, que somos mulheres de raça, de fibra, de todos os lugares, queremos nos mirar em seu exemplo, Dona Jandira. Nós, que somos mães, filhas, esposas, trabalhadoras, femininas e feministas, que lutamos contra a retirada de direitos e contra os retrocessos, queremos dar a você o nosso abraço fraterno, o nosso afeto e o nosso muito obrigada por ser a pessoa que a senhora é.

Viva a Dona Jandira! Viva a mulher brasileira! Vivam as mulheres de todo o mundo!

Depois vou entregar a placa para a senhora, Dona Jandira. Quero dizer que o perfil da Assembleia no Facebook está transmitindo ao vivo as apresentações da nossa querida Dona Jandira. Também o registro de presença está sendo transmitido.

Dona Jandira – A emoção está tomando conta, mas vamos fazer parte da situação. Obrigada pelo convite. Vamos conversar pouco, para termos mais oportunidade de cantar. E vem mais mulherada aí para cantar.

Obrigada, gente. Agora vou chamar uma das convidadas. Quem está por perto? Ou nem chegaram ainda? Estão se perfilando? Vamos ouvir a Dona Elisa. Vocês conhecem, não é? Muita gente aqui conhece a Dona Elisa. Ela vai cantar conosco. Microfone para Dona Elisa, por favor. Não podemos perder tempo, temos de cantar a toda hora.

Ao vivo e em cores é assim. A Dona Elisa pode ficar aqui no centro? A parte técnica pode deixar a Dona Elisa junto conosco?

Já falou seu nome? Todo mundo quer conhecê-la.

Dona Elisa – Boa tarde, gente. Para quem não me conhece, meu nome é Dona Elisa. Sou cantora, compositora, residente aqui em Belo Horizonte há 45 anos, no Bairro Maria Goretti, e estou tendo o prazer e a honra de participar deste evento com a minha querida amiga Dona Jandira e mais convidadas. Espero que agrade a vocês.

– Procede-se à apresentação musical.

Dona Jandira – É uma música para cada um para ficar no gostinho, porque, se cantar mais de uma,..

Sra. Rita Silva – Sou Rita Silva, do Conjunto Santa maria.

Dona Jandira – Agora vamos convidar a Adriana. Veio mais gente aqui. A comemoração hoje vai ser boa. Outra igual não vai haver. Pode ter melhor ou um pouco menos. Gente, olha a humilhação dessa menina comigo, olha o tamanho dela. Vou lhe falar, viu!

Sra. Adriana Araújo – Boa tarde. Para quem não me conhece, meu nome é Adriana Araújo. Faço parte do Simplicidade Samba e do Raiz de Flor.

Dona Jandira – Não gosto de olhar muito para ela, porque o tamanho me...

Sra. Adriana Araújo – Sou recente adotada por essa senhora.

– Procede-se à apresentação musical.

Dona Jandira – Lindo. Obrigada. Gostaríamos de ficar mais, mas vocês sabem que o tempo é limitado. Íamos cantar outras músicas, mas quem sabe em outra oportunidade teremos mais tempo. Muito obrigada de verdade, de coração.

A presidente – D. Jandira.

Dona Jandira – Oi, minha flor, pode falar.

A presidente – Muita gente me perguntou: “Quem é essa mulher?”

Dona Jandira – Qual é a pergunta?

A presidente – Quem é essa mulher?

Dona Jandira – Ela está aqui, para todo mundo ver e conhecer.

A presidente – A senhora sabe que a gente se descobriu há um tempo, mas muita gente descobriu a senhora aqui hoje e gostou.

Dona Jandira – Que ótimo! Obrigada mesmo.

Entrega de Placa

A presidente – Dona Jandira, quero agradecer imensamente à senhora a presença. Hoje pude ver que a senhora não está sozinha, a senhora tem uma banda de meninas brilhantes que ajudaram a fazer deste evento um evento mais leve, com mais ternura. Porque a gente é assim, mulher é assim também. Agradecemos, e o que podemos fazer é uma singela homenagem. Fiz uma plaquinha: “Mulheres que lutam. Homenagem da deputada Marília Campos à Dona Jandira, artesã e pedagoga. Mulher de raça e fibra, nascida

em Alagoas e mineira de coração há 27 anos. Mulher persistente, que começou a se apresentar profissionalmente como cantora aos 66 anos e segue pela vida encantando e tecendo um exemplo de vida para as novas gerações”. Obrigada. Vida longa.

– Procede-se à entrega da placa.

Dona Jandira – Pegaram! Pegaram! Realmente, minha querida, muito obrigada. Que lindo, Marília. Muito obrigada, minha flor. A todos vocês aqui presentes, quero dizer que realmente sou uma senhora de muita coragem. Às vezes, falo que sou até atrevida. Mas se a gente não é assim não consegue fazer nada. Comecei realmente com a idade mais avançada, enfrentando tudo quanto é preconceito. Mas a gente também não trabalha só, há as pessoas que ficam junto – aqui hoje tínhamos uma série delas. Quem me descobriu foi o José Dias, e depois já vem outra, fazendo aquela corrente. Hoje já estou descobrindo mais. Vocês viram o clube que eu trouxe? Essas mulheres, se eu não tiver cuidado... Já sou pequenininha, então, elas vão me apertar. Mas estou firme, sou forte.

A presidente – Você está aceitando fazer *show* ainda em praça pública, Dona Jandira? A senhora faz *show* em praça pública ainda ou não?

Dona Jandira – Faço. Para 10 mil pessoas.

A presidente – Gente, quem quiser levar a Dona Jandira às praças, às ruas – viu, Jean? –, ao Jequitinhonha.

Dona Jandira – Que ótimo!

A presidente – Perguntaram-me: “Vamos levar a Dona Jandira a Valadares?” Vamos lá.

Dona Jandira – Isso, muito bom.

A presidente – Pode contar, Dona Jandira.

Dona Jandira – Tenho ido a algumas cidades de Minas e, graças a Deus, fui muito bem recepcionada e fiquei muito feliz e muito satisfeita.

Marília, não vamos conversar muito, porque há muita história, e isso vai atrapalhar um pouco. Mais uma vez, obrigada, minha flor. Muito obrigada, lindo, lindo, lindo. Meninas que convidei, sintam-se também privilegiadas. Tchau.

Esclarecimentos sobre os Debates

A presidente – Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos às pessoas que farão uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivas e sucintas, dispensando as saudações pessoais. Cada participante disporá de até 2 minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Como disse, a deputada Geisa não pôde estar presente porque está em um compromisso em Varginha, mas mandou uma saudação a todos, justificando a sua ausência. Vou ler uma frase que ela nos deixou. “Aproveito a ocasião para reafirmar a minha disposição e o meu compromisso com a luta das mulheres que se organizam em diversos segmentos e aqui, nesta Casa. Minhas companheiras parlamentares e eu temos desempenhado aqui um levante para que, cada vez mais, tenhamos voz, vez e lugar.”

Obrigada, Geisa, pela sua mensagem. Seguimos juntas defendendo os direitos de todas as mulheres. Ela deseja um bom encontro e deixa um abraço a todas nós.

Gostaria de agradecer a presença do deputado Doutor Jean Freire, que também nos apoia. Vamos contar com o seu apoio, deputado, para a formação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Mulheres.

Debates

A presidente – Gostaria de convidar todas a retornarem aos seus lugares. Convido o primeiro inscrito, Diego Hernandez, que terá 2 minutos para fazer a sua intervenção em Plenário. Diego está aí? Com a palavra, Caio Bellote, do Instituto BH de Ação Cidadã. Também não está presente. Dehonara de Almeida, da Marcha Mundial das Mulheres, terá 2 minutos.

A Sra. Dehonara de Almeida Silveira – Discutir a questão do gênero e da educação é importante, assim como todas as ações que a Secretaria de Estado de Educação está fazendo. Dialogar com as meninas é fundamental. A educação é o retrato da sociedade.

Precisamos também trabalhar na educação a mudança da linguagem, porque as mulheres são invisibilizadas em todos os processos da educação. A reunião é dos pais, mas, quando os meninos aprontam, chamam as mães, o bilhete vai para as mães. Agora, quando é para decidir algo, é o pai ou são os pais. A educação precisa mexer na linguagem. Os livros didáticos estão todos no masculino. As mulheres estão muito representadas nas profissões do cuidado. Mexer com isso é fundamental para criarmos nas mulheres a autonomia.

E penso que precisamos fazer uma campanha contra os livrinhos de histórias da Branca de Neve, da Cinderela, da Bela Adormecida, porque todos mostram as mulheres sofrendo e depois sendo salvas por um homem que aparece na vida delas. Temos de abolir esses livros das bibliotecas escolares e das livrarias.

A presidente – Obrigada Dehonara. Com a palavra, o Sr. Felipe Diehl, da Direita Gaúcha. Na sua ausência, com a palavra a Sra. Maria das Dores Nunes Lopes e Sousa – Profa. Dasdores –, da Associação de Prevenção do Câncer de Mama.

A Sra. Maria das Dores Nunes Lopes e Sousa – Boa tarde a todos. Dispensio os comentários pessoais, mas para isso deveria falar o mínimo. Sou professora há 40 anos, diretora, secretária municipal de Educação e secretária de Cultura. Mas como estamos falando da mulher, fui a primeira mulher candidata a prefeita em município do interior e a primeira vice-prefeita também no município. Mas estou aqui para representar o combate ao câncer de mama, embora trabalhe na Pastoral Carcerária no Presídio Feminino Estevão Pinto, como voluntária, com quase 500 mulheres. E trabalho também com a Pastoral da Saúde. E neste momento, como educadora, a minha pergunta seria para a Iara Viana, mas fica registrada. Diz respeito à inclusão no currículo, pontuando com clareza, a questão do enfrentamento do machismo dos homens e das mulheres. Isso é possível para o ano de 2018? Fica a minha pergunta para ela. Obrigada.

A presidente – Obrigada. As perguntas dirigidas à Sra. Iara serão respondidas por *e-mail*. Com a palavra, a Sra. Luciana Haas Leivas Laboissiere.

A Sra. Luciana Haas Leivas Laboissiere – Boa noite. Fiquei pensando se viria ao microfone falar, mas o que me motivou foi o título do evento, que é ciclo de debates. Penso que para haver debate não pode existir um lado só. Eu e algumas outras pessoas em alguns pontos discordamos de algumas palestras e falas, principalmente no que diz respeito à questão da inserção da ideologia de gênero nas escolas. Tomei a iniciativa de colocar esse posicionamento porque, se estamos em um espaço democrático de discussão, sinto que devo ter essa coragem e essa vontade de falar que existem pessoas que não acreditam nesse discurso de que a ideologia de gênero nas escolas resolverá a questão da violência. Que a violência existe é um fato. Existe violência contra as meninas, contra as mulheres, contra os meninos, contra os homens. Sou professora há muitos anos na rede municipal e também já trabalhei muitos anos na rede particular, mas quero deixar registrado que há muitas pessoas na sociedade que discordam disso, baseando-se não apenas na cabeça delas, mas também em muitos estudos e pesquisas. Argumenta-se muito que a questão de gênero deve ser trabalhada para evitar a violência. Mas vocês sabiam que os países em que é praticada a maior violência contra as mulheres – Holanda, Suécia, Finlândia, Dinamarca e Reino Unido – são aqueles que há mais de 20 anos têm inserção de ideologia de gênero na sua educação? Inclusive com políticas públicas e educação em todos os níveis. Então fica a reflexão para nós. Muito obrigada.

A presidente – Obrigada. Com a palavra, a Sra. Carmélia Viana, do Movimento Popular da Mulher. Na sua ausência, com a palavra, a Sra. Lucimar de Lourdes Gonçalves Martins, da Secretaria de Mulher da CUT.

Na sua ausência, com a palavra, Bernadete Monteiro, da Marcha Mundial das Mulheres. Na sua ausência, com a palavra, Cleide Hilda de Lima Souza, da Subsecretaria de Igualdade Racial. Na sua ausência, com a palavra, Maria Badet Souza, professora de comunicação e gênero da PUC-Minas. Na sua ausência, Shirley Vaz.

A Sra. Shirley Vaz – Boa noite a todos. Concordo com o que a Luciana disse sobre ideologia de gênero. Já estamos estudando a respeito desse assunto há bastante tempo. No Brasil, em Belo Horizonte, em Minas Gerais, as escolas não podem inserir a ideologia de gênero, porque não foi aprovado nos planos municipais de educação nem no PNE. Nos países onde há inserção desse tema de forma legal, percebemos o quanto as crianças pequenas vêm sofrendo com essa ideologia. Então, quanto a essa doutrinação de ideologia de gênero, estudos científicos têm dito que as crianças têm sofrido muito com esse tipo de educação. É isso que gostaria de dizer.

Nós, pais e mães, estamos muito preocupados com essa inserção. Tenho certeza de que a grande maioria dos pais de Belo Horizonte não sabem que alguns professores têm inserido esse tipo de doutrinação, primeiro, porque não foi aprovado. Então, se soubessem, com certeza, não iam gostar. Portanto, falo por mim e pela grande maioria dos pais de família de Belo Horizonte. Nós não aceitamos a ideologia de gênero na educação, nas escolas de Minas Gerais. Os professores que têm ensinado ideologia de gênero estão agindo ilegalmente. Vai contra a Constituição Federal, contra o Pacto de San José da Costa Rica. Não sei se as pessoas, aqui, sabem disso. Não é? Creio que não.

É só estudar a Constituição Federal, que diz que a orientação sexual dos filhos compete aos pais e não à escola e ao Estado.

A presidente – A próxima, Vanderléia Reis de Assis.

A Sra. Vanderléia Reis de Assis – Boa noite a todos. A minha fala é direcionada à Iara, mas ela precisou sair. Mas deixo essa provocação sobre o que a Iara comenta a respeito da questão da formação, da pesquisa. A Valéria também tocou nesse ponto. Sou professora da educação básica, da rede municipal de Belo Horizonte e Betim. Acho muito importante que nós, professores da educação básica, tenhamos a oportunidade de também estarmos investindo em nossas pesquisas. É muito sério o que, hoje, os gestores municipais fazem. Quem está na educação básica, como nós que atuamos há 5, 10, 20 anos, sabe que passamos, normalmente, no mestrado e somos obrigados a abrir mão dele, porque as prefeituras e as secretarias não conseguem aceitar a ideia de que o professor precisa, no seu período de trabalho, se retirar da escola e investir na pesquisa. Isso é muito sério.

Espero que, a partir do entendimento da Iara, da Macaé, nos próprios municípios, como em BH, com a Ângela, a gente consiga um avanço nesse sentido, porque não dá mais para discutirmos a questão de gênero, falar de nós mulheres e saber que apenas 1,3% dos professores de educação básica possuem mestrado, e 0,1% dos professores da educação básica têm doutorado.

Desses 1,3% e 0,1%, ainda temos de aceitar a ideia de que de 20% a 30% apenas são mulheres. Então, isso é muito sério.

Por último, tenho um filho de 5 anos e as minhas filhas também... É só para deixar um recado. Sou mãe e professora. É um absurdo uma pessoa vir aqui e dizer que, quando estamos discutindo gênero no interior das escolas, educando os nossos filhos e alunos para aceitarem a diferença, estamos querendo criar ideologizações em cima das pessoas. Isso é brincadeira. Sou mãe de alunos de escola pública, tenho um filho numa escola pública, filhas em universidades públicas e não aceito que algumas pessoas venham aqui falar em meu nome. Como disse, eu também sou mãe, tenho filhos e não admito isso. É preciso que se dê oportunidade a outra pessoa a fim de que ela venha aqui e fale sobre a questão de gênero. Além disso, para entendermos o que esse povo está chamando de ideologia de gênero, porque não entendi.

A presidente – Obrigada, Vanderléia. Passaremos a palavra para a Iara... Desculpem-me, mas a Iara precisou ausentar-se. Vejam que bacana: ela está adotando uma filha e o processo já está no final. Hoje é o primeiro encontro dela com a filha. Então, é muito justificável a sua ausência. Que Deus a acompanhe neste momento tão importante da vida dela e da filha.

Com a palavra, a Sra. Valéria, para suas considerações finais.

A Sra. Valéria Peres Morato Gonçalves – Primeiro quero agradecer aos heróis e às heroínas da resistência que estão aqui até agora. Não posso permanecer. Agradeço o espaço que me foi dado e o convite. O caminho é este. Estamos no momento de resistência aos retrocessos e no momento de unidade. Temos de estar cada vez mais unidas, ou melhor, toda a sociedade, principalmente nós, mulheres, que temos sofrido esse ataque mais incisivo a todas as nossas conquistas. Portanto este é um espaço que precisa ser

valorizado. Parabenizamos esta Assembleia e as deputadas por terem nos concedido isso, assim como todos e todas que estiveram presentes.

Não tivemos perguntas, mas, sim, algumas considerações. Concordo plenamente. Foi uma das minhas falas. Precisamos mudar a nossa linguagem dentro das escolas, pois é extremamente masculina. Além disso, precisamos ter cuidado com os textos que apresentamos que mostram a mulher nos afazeres domésticos e os homens nos postos de comando. Isso só reforça a sociedade que não queremos. O que queremos é uma sociedade igualitária e democrática e não o espaço de ninguém. Para isso, uma sociedade igualitária e democrática precisa ser construída por homens e mulheres num espaço de igualdade.

A professora que falou sobre a Pastoral Carcerária me lembrou de um fato sofrível que preciso trazer para vocês. Talvez vocês não tenham ciência de que o Estado não oferece absorvente para as detentas. As mulheres encarceradas são muito mais abandonadas pelas famílias do que os homens. Na realidade, as mulheres são muito mais solidárias.

Então, quando os homens são presos, elas ficam em permanente contato com eles, ao passo que, quando as mulheres são presas, são mais abandonadas pelas famílias. O sindicato dos professores tem uma publicação anual, todo ano a gente faz várias pesquisas. Essa pesquisa foi feita ano passado, com as mulheres encarceradas. Foi lá que descobrimos isto: quando as famílias as abandonam e elas não têm acesso a absorvente, usam miolo de pão. Então, quem puder oferecer à pastoral carcerária ou quem puder levar absorventes aos presídios, saibam que estarão fazendo um ato extremamente necessário, embora não pareça.

Com relação à fala sobre ideologia de gênero, como educadora, realmente estive em todas as etapas da Conferência Nacional de Educação. Participei como professora, como secretária municipal de Educação de Divinópolis, como sindicalista e não entendo de onde surgiu isso. Até o final brigamos para que discutíssemos gênero e o fizéssemos com respeito à liberdade de todos os gêneros, às suas religiosidades e às suas etnias, enfim, com respeito a todos os seres que estão dentro da escola. Foi isso que discutimos.

Concordo com a professora ao dizer que nós, educadoras e educadores, não interferimos na sexualidade de ninguém dentro da escola. Nós ensinamos ou dizemos... Ora, ensinamos e dizemos sobre o Dia da Árvore e nenhum aluno nosso se torna árvore. Então, se dizemos que existe homossexual, isso não significa que os nossos alunos serão homossexuais. Existe a diferença, o amadurecimento e o encaminhamento para que os homossexuais sejam respeitados, assim como as mulheres sejam respeitadas e os homens sejam respeitados. Qualquer ser humano deve ser respeitado: o índio, o negro e o branco. É com isso que trabalhamos. E, se não há respeito, não há combate a violência. Estaremos aqui brincando de fazer debate, mas não é isso que estamos fazendo aqui.

Também concordo com a professora que veio reivindicar o espaço da formação continuada. Precisamos dar possibilidade de formação continuada. O professor e a professora têm de trabalhar mais de um turno para sobreviver. A professora trabalha dois turnos, tem de planejar, tem de preparar aula e ainda tem de estar em constante formação continuada.

O piso nacional do magistério já determina um espaço para formação e valorização, que é 1/3 da carga horária. Então ele precisa ser cumprido. Temos de ter em todos os nossos estados e municípios um espaço para que o professor possa fazer a sua formação, seja de mestrado, seja de doutorado. Temos de elaborar isso dentro do plano de carreira não só no município e no Estado, como também nas escolas privadas, que cobram a formação do professor, mas não dão possibilidade para ele se formar.

Muito obrigada. Vamos à luta. Amanhã, dia 31, todas nós na rua, aqui, na Assembleia Legislativa, a partir das 17 horas, lutando contra esse governo que está querendo retirar os nossos direitos. Até lá!

A presidente – Valéria, quero lhe agradecer. Infelizmente você não pode ficar conosco, mas saiba que estamos juntas na defesa dos direitos das mulheres. Obrigada.

Ainda temos três perguntas que são dirigidas a mim: uma será feita oralmente e as outras, por escrito. Convido a Sra. Marina Perdigão Romano para se dirigir ao microfone e fazer a sua pergunta.

A Sra. Marina Perdigão Romano – Primeiramente eu queria me apresentar como feminista e dizer que acabar com o machismo está nas mãos de todos nós, inclusive mulheres, inclusive feministas. Desde que comecei a me declarar feminista, vi que essa construção era diária, pelo meu próprio machismo, por eu ter nascido nesta sociedade patriarcal e por eu ter que reeducar o meu olhar sobre as mulheres à minha volta. Eu não poderia mais julgar mulheres pelas suas roupas, pela maneira como elas cuidam de seus filhos, pela maneira como tratam umas às outras e descobri que eu precisava parar de competir com as minhas colegas, com as minhas amigas ou com as minhas familiares.

Então eu queria propor que parássemos de apontar o machismo no outro; no aluno, por exemplo, do sexo masculino; ou no professor, ou nos nossos pais, nos familiares. Eu queria que olhássemos para nós para vermos como tratamos a outra, a mulher que está ao nosso lado; se a tratamos com respeito, como gostaríamos de ser tratadas; e se não julgamos, se não diminuimos a mulher pelo fato de ela ser mulher e cobramos respeito só voltado para nós.

Eu queria ler um trechinho: “O feminismo me ensinou que devo às mulheres do passado o direito de estar aqui falando este texto para vocês, o direito de ter sido alfabetizada, o direito ao voto, de escolher uma carreira, de decidir por me casar ou não, de decidir o que visto, o que escuto, o que leio; o direito de escolher me posicionar sobre aquilo que acredito. E devo às mulheres do futuro o direito ao próprio corpo; o direito de serem igualmente representadas na política, na justiça, na ciência, nas artes e de receberem salários iguais aos dos homens; de dividirem igualmente a responsabilidade pelos filhos com os pais, de se sentirem seguras e respeitadas como pessoas em qualquer lugar. Sobretudo devo a elas o direito de nascerem livres, não condicionadas nem ao machismo, nem a nada”.

A presidente – Muito obrigada. Há duas outras perguntas. Uma é feita pela Luciana Haas para mim: “Se uma das funções do feminismo é defender o direito das mulheres, como fica o direito daquelas que não são feministas em falas do tipo 'levantem e aplaudam', 'cuide-se, seu machista', 'a América Latina será toda feminista'? Ou o feminismo defende apenas o direito das feministas?”.

Quem é Luciana? Luciana, eu queria dizer para você e para todas que eu não era feminista. Tive uma educação muito rigorosa e aprendi com a vida, tendo que trabalhar e indo para a militância, que era muito importante sermos donas de nosso destino. Eu não era feminista, apenas me transformei, num determinado momento da minha vida, numa lutadora contra a discriminação, contra a violência; contra, esse tempo todo, essa inferiorização pela qual as mulheres passam, que é também uma manifestação de violência; e descobri que era muito importante ser feminista. Por quê? Porque, primeiro, permite que nos assumamos nessa defesa intransigente dos direitos das mulheres; segundo, porque é um instrumento de articulação política, pois não basta desenvolvermos apenas uma atitude individual. É importante promovermos uma articulação política e cavar espaços mais coletivos. Então, hoje sou uma feminista, mas acredito que, para defender os direitos das mulheres, não precisa ser feminista, apenas defenda o direito das mulheres. Então, se você não é feminista, junte-se a nós nessa causa. Quem sabe um dia você fica conosco e se torna feminista? Mas, se não for, não tem problema. Então não tenho discriminação com quem não é feminista, mas serei muito intolerante com aqueles que não toleram as mulheres, com aqueles que não toleram a diversidade.

A outra pergunta é da Andréia Silva, da Gabinetona. Está aí? Ela pergunta: “O que o Legislativo, na competência de fiscalização das políticas públicas, tem feito em relação aos casos de violência praticados em relação às mulheres que buscam atendimento nas delegacias da mulher?”.

Não apenas eu, mas as mulheres neste espaço se organizam como bancada feminina. A Comissão Extraordinária das Mulheres, cuja presidenta está aqui, funcionou durante todo o ano passado. Nessa e em outras comissões, além de propormos políticas públicas, cobramos ações do Executivo em relação à política de segurança pública, educação e saúde, para que tenhamos políticas públicas que promovam a emancipação das mulheres e combatam a violência que as atinge. Foram feitas muitas audiências públicas, das quais várias de vocês que estão aqui puderam participar, e vamos cobrando, como é nosso papel, e articulando na organização e

mobilização das mulheres para que, nesse processo de mobilização, consigamos pressionar o Executivo a adotar e implementar as políticas públicas em defesa das mulheres.

Encerradas as perguntas, neste momento passo a presidência para a deputada Rosângela Reis, vice-líder do Bloco Minas Melhor, que conduzirá o 2º painel.

Registro de Presença

A presidente (deputada Rosângela Reis) – Boa noite a todas e a todos presentes. É uma alegria poder conduzir o próximo painel. Antes, gostaria de registrar a presença neste ciclo de debates das Sras. Kenya Azevedo e Maria Aparecida Moreira, respectivamente presidente e vice-presidente do Conselho de Direitos da Mulher do Município de Timóteo.

Quero parabenizar a Dona Jandira e toda essa equipe maravilhosa que protagonizaram esse belo momento cultural. Quero registrar que o colega Doutor Jean Freire esteve aqui presente, mas está agora retornando ao Vale do Jequitinhonha e terá de pegar 700km de estrada. Por fim, justifico a ausência da colega e amiga deputada Geisa Teixeira, que tanto contribuiu para a organização desses trabalhos. Ela não pôde comparecer, mas não poderia deixar de citar o nome dessa grande mulher e deputada.

Ainda antes de iniciar minha fala, quero apresentar o relatório final, que vocês receberam logo na entrada, junto com as pastas, da Comissão Extraordinária das Mulheres. Essa comissão, que não é uma comissão permanente da Assembleia, foi instalada por compromisso do presidente da Casa, Adalclever Lopes, e funcionou por dois anos. Neste relatório, está descrito, resumidamente, todo o trabalho que foi feito, as visitas e as audiências que foram realizadas durante esses dois anos. Acho oportuno agradecer, especialmente pelo relatório que foi elaborado pela Profa. Marlise Matos, com a participação da Ermelinda, que está aqui. O relatório foi elaborado pela Marlise, que é professora da UFMG. Ela não pôde comparecer porque está na faculdade, dando aula, e não conseguiu ninguém para representá-la, mas quero pedir a vocês uma salva de palmas junto com os nossos agradecimentos à Profa. Marlise Matos.

Estou registrando aqui que a professora Marlise fez o texto de introdução desse relatório final. Quem o tiver não deixe de lê-lo, de fazer sua leitura, pois ele é superimportante. Ela é pesquisadora da UFMG e conhece bem essa questão de gênero.

Palavras da Presidente

É sabido que vivemos em uma sociedade patriarcal, machista e preconceituosa, adjetivos que infelizmente ainda definem o comportamento de parte da sociedade brasileira em pleno século XXI. Para se ter uma ideia do problema e como está enraizado em nossa cultura, uma pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada revelou que 58,8% dos entrevistados concordam que, se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros. Para agravar, 66% das entrevistadas eram mulheres. Tal contexto, assim como outros, precisam ser incessantemente debatidos. Somente a informação, atuando em continuidade na mudança cultural, poderá incorporar os conteúdos que dizem respeito aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero.

No que se refere à violência contra a mulher, por exemplo, os dados são alarmantes. A cada 4 minutos uma mulher sofre algum tipo de violência em Minas Gerais. Como mulher, deputada estadual e presidente da Comissão das Mulheres na Assembleia Legislativa, criada com o intuito de diagnosticar e rever os quadros de violência contra a mulher, digo que a comissão foi além e trouxe à tona discussões importantíssimas, como a violência contra a mulher no campo, a mulher negra, o preconceito no mercado de trabalho, assim como a promoção de políticas pelo engajamento de mais mulheres nos espaços de poder. Apesar da luta pela aprovação da PEC nº 16, que visa garantir a presença de ao menos uma mulher na Mesa da Casa, não fomos atendidas. De qualquer forma, o trabalho continua em prol da aprovação.

Todo projeto da Comissão das Mulheres foi realizado por meio de debate constante em audiências públicas promovidas com a participação de movimentos feministas, sindicais, religiosos e com ampla participação da sociedade civil.

Quero agradecer-lhes imensamente a contribuição que deram a este trabalho nesta Casa. Acredito que essa foi a primeira comissão instituída no País. Minas está à frente de todas as assembleias do País. No curso das reuniões da Comissão Extraordinária das Mulheres, levamos a várias regiões do Estado o Ciclo Itinerante de Debates, visando à multiplicidade do debate, do compartilhamento de informações e discussões que envolveram temas supracitados. Destaca-se, entretanto, que a Comissão das Mulheres, apesar de cumprir a sua finalidade no âmbito legislativo e social, não deixa passar em branco a necessidade da discussão do aperfeiçoamento de várias políticas públicas existentes, como a ampliação das delegacias especializadas no atendimento à mulher, principalmente no interior do Estado, o que muitas não têm; das casas de abrigo, dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar, dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS –, da defensoria pública e do funcionamento pleno das legislações propostas pela Lei Maria da Penha.

Políticas de Estado se fazem necessárias de forma imediata. Priorizamos a necessidade da criação de políticas públicas educativas e de combate à violência contra a mulher. Ressalta-se que violência não pode ser tipificada somente pela forma física, mas também moral, quando são violados direitos e preceitos básicos de todo cidadão. É obrigação do parlamento e do Estado, representantes dos interesses do povo, trabalhar e investir em políticas que defendam a garantia dos direitos humanos, assim como das mulheres.

A luta por uma sociedade mais justa, pelo direito à vida, à liberdade de pensamento, à liberdade do corpo e da mente, sempre será defendida por mim, pela bancada de mulheres da Assembleia Legislativa e pela Comissão das Mulheres. Há de ser exaltado, nestes anos de comissão, o trabalho e o apoio de professores, entidades e membros da sociedade civil que contribuíram incessantemente em todas as instâncias propagando nossas ideias e propostas para milhares cidadãos e cidadãs em Minas Gerais. O trabalho se torna ainda mais valoroso pela ajuda e pelas significativas intervenções de todas as deputadas e deputados que participam desta causa, como alguns que marcaram e registraram suas presenças.

Também faço coro a esses deputados que estiveram neste importante debate. Longe de exaurir o tema, pretendemos prosperar e romper paradigmas para que, em alguns anos, possamos discutir os grandes avanços inerentes ao tema e ao fim do pragmatismo machista existente em nosso cotidiano. Muito obrigada.

Daremos início agora ao ciclo de debates dos convidados. Quero quebrar o protocolo e dar a palavra à Profa. Bebelá.

A Sra. Maria Izabel Ramos de Siqueira – Muito obrigada. Deputada, primeiramente, eu gostaria de cumprimentá-la por sua fala, que registra, não só a realidade que a mulher vive mas também os desafios que permeiam nossa luta pela igualdade.

Eu queria fazer uma proposta, de acordo com a última fala da Valéria, que acabou de sair, do primeiro painel. Ela registra a denúncia das mulheres privadas de liberdade, que, na menstruação, fazem uso de miolo de pão.

Eu queria propor que registrássemos aqui, junto com a Maria das Dores, e formalizássemos uma comissão para fazer coleta de absorventes para levarmos para essas mulheres. Pode parecer uma coisa assistencialista, mas é exemplo de solidariedade humana. Obrigada.

A presidente – Isso, Bebelá. Fazendo coro a essa ação, quero propor um requerimento à Comissão Extraordinária das Mulheres, para ser votado, e que façamos uma visita a essas penitenciárias em que estão acontecendo esse problema, porque temos de fazer essa reivindicação ao Estado que faz a compra desses absorventes. Faremos a visita, enquanto comissão, com a participação das deputadas, com a cobertura da TV Assembleia, com informações e registros.

Esclarecemos que a Comissão Extraordinária das Mulheres funcionou durante dois anos. Existe um acordo para que ela retome novamente os trabalhos. Estamos aguardando. Estou na iminência de continuar na presidência por mais dois anos.

Passaremos agora ao painel “Enfrentamento do machismo institucionalizado para garantir a participação da mulher nas instâncias de poder e decisão”.

2º Painel

Composição da Mesa

A presidente – A presidência convida a compor a Mesa para o 2º Painel as Sras. Nilma Lino Gomes, professora de graduação e de pós-graduação da Faculdade de Educação da UFMG, ministra das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos do Brasil, no período de outubro de 2015 a maio de 2016; Rosana Leite Antunes de Barros, coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso; Eneida Ferreira da Costa, integrante do coletivo de mulheres da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e ex-deputada Luzia Ferreira.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

A presidente – Após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de perguntas às participantes da Mesa por escrito ou oralmente e de outras enviadas pelo formulário disponível no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organização dos debates, os participantes poderão encaminhar perguntas por escrito no formulário próprio que foi distribuído dentro da pasta entregue no momento do credenciamento. Caso alguém necessite de mais formulários, pode solicitá-los à equipe técnica que se encontra na mesa de assessoria, próxima à tribuna, do lado direito do Plenário. Os formulários preenchidos devem ser entregues para essa mesma equipe. As pessoas que desejarem fazer intervenção oralmente podem especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal www.almg.gov.br, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar a sua contribuição. O evento está sendo transmitido ao vivo pelo canal da Assembleia Legislativa e através do YouTube.

Palavras da Sra. Rosana Leite Antunes de Barros

Boa noite a todas e a todos.

Agradeço o convite primeiramente à presidente deste painel, deputada Rosângela Reis, e à deputada Marília Campos também. Muito obrigada pelo convite. Agradeço também o convite feito pelas defensoras públicas, aqui representadas pela minha colega Marília Cecília, do Núcleo de Defesa de Belo Horizonte.

É com muito carinho que nós, mulheres, sempre estamos em eventos desta magnitude e sabemos como isso é importante para que todas e todos também possamos entender um pouquinho de ética, de educação e o que são os direitos das mulheres.

A partir do momento em que cheguei aqui, nesta Casa de leis, entendi a importância deste evento. Vi as mulheres que estavam presentes e quis contar um pouquinho da história de nós, mulheres, aonde chegamos, como estamos historicamente. Começo a falar um pouquinho com vocês lá no Código de Hamurabi, 1.500 a.C., quando nós, mulheres, não éramos nada, apenas responsáveis por reprodução; quando valíamos menos que objeto – éramos trocadas por cavalos naquela época. A nossa significância era mínima. Passamos ao Código de Manu, de 1.300 a 800 a.C., quando quem guiava nossos destinos, segundo o art. 45 do referido código, eram os homens. Então, eles eram responsáveis por guiar o destino das mulheres. Éramos reconhecidas como seres humanos de segunda categoria. Se é que isso era possível. Inclusive o Código de Hamurabi trazia um artigo que dizia que, como a mulher tinha uma função apenas reprodutiva, caso ela não procriasse, ao homem era dado o direito de ter outra mulher dentro de casa, chamada concubina, para que trouxesse a prole. Caso esta também não procriasse, que fosse jogada, pois não prestava para nada. Viemos dessa situação. Em Roma, também, éramos reconhecidas como mulheres de segunda categoria; não tínhamos valor algum.

A mulher renascentista começa a ter um pouquinho de valor dentro de casa, a cuidar da casa, a administrar o lar. Na Grécia existe diferença entre a mulher de Esparta e a de Atenas. Esta era submissa, e seu destino era guiado também pelo homem. Já a de Esparta, apesar de também ser uma mulher reconhecida como de segunda ordem, de segunda categoria, era guerreira, podia participar dos treinamentos militares. Fomos crescendo aos poucos.

As mulheres sempre pegam um gancho nos direitos que os homens conquistam. Assim foi em 1789 mais ou menos, na Revolução Francesa, quando os homens ganharam muitos direitos com o ideário francês de liberdade, igualdade e fraternidade. As mulheres pegaram um gancho nesses direitos conquistados pelos homens e começaram a discutir um pouquinho os seus direitos. Nessa época, já era possível ver grupos de mulheres discutindo, falando sobre os seus direitos.

Com a Revolução Industrial, aventuramo-nos a entrar no mundo do trabalho. Ali era tudo ou nada para começar a sermos enxergadas como parte da sociedade. Aceitamos entrar nesse meio, no mundo do trabalho, naquela época, ganhando bem menos do que os homens, em condições péssimas de trabalho, trabalhando mais horas, mas era tudo ou nada. Naquele momento, se não entrássemos, quem sabe a realidade seria pior ainda.

Em 1848, tivemos em Nova York a primeira convenção sobre os direitos das mulheres. Foi quando começamos de fato a discutir os nossos direitos. Muitas mulheres derramaram sangue pelos nossos direitos. Ali, naquele momento, surgiu realmente o movimento feminista pegando o gancho nos direitos que os homens já haviam conseguido.

Aí partimos para as ondas feministas, que é o que nos importa atualmente. Sobre isso é o que realmente gostaria de falar, até chegarmos nas discriminações gritantes que ainda existem, apesar de tanta luta. A primeira onda feminista começou no final do século XIX e foi chamada de feminismo bem-comportado. Lutávamos pelo voto. Foi bem-comportado, queríamos apenas ser reconhecidas como cidadãs. No Brasil, em 1932, essa primeira onda eclodiu com Bertha Lutz.

Mais ou menos em 1946, 1947, graças a Simone de Beauvoir, começamos a segunda onda feminista, que para mim, como conhecedora do direito, das leis, é de extrema importância. Foi por meio da segunda onda do feminismo que os delitos sexuais foram tipificados. Foi naquele momento que as mulheres gritaram de forma mais abrangente, mais pesada, quando muitos as chamavam de loucas. Mas por que aquele momento foi importante? Proclamamos que nosso corpo deveria ser nosso, que temos conhecimento intelectual, temos responsabilidade perante a sociedade. Essa segunda onda foi de extrema importância para nós.

No Brasil, a partir de 1980, com a redemocratização, com a saída da ditadura militar, começamos a terceira onda feminista. Em 1987 houve o grande movimento das mulheres congressistas no Lobby do Batom, quando conseguimos inserir na Constituição Federal que homens e mulheres são iguais perante a lei. Por meio dessa igualdade, que é apenas uma igualdade formal, buscamos a igualdade material, que é a que nos interessa. A igualdade material é aquela que queremos sentir. Essa é a que interessa às mulheres. Por meio dela surgiu a Lei Maria da Penha e outras de tamanha importância para nós. Deputada, quando a Lei Maria da Penha surgiu, ela foi tão discriminada quanto nós, mulheres. Ela foi aviltada, humilhada, chamada de inconstitucional. Teve de se declarar a constitucionalidade de uma lei que protege vulneráveis. Precisávamos daquela lei naquele momento e de tantas outras que venham garantir a nossa igualdade material.

A partir de 2015, falamos da quarta onda feminista. O ano de 2015 foi de extrema importância para nós, mulheres, porque escancaramos, através de várias *hashtags*, como “não tire o batom vermelho”, “meu primeiro assédio”, os vários abusos sexuais e assédios que sofremos dentro de casa e fora dela. Concordo que a partir de 2015 começamos a quarta onda feminista, em que lutamos pelo respeito ao nosso corpo e também por cargos de direcionamento, mostrando que já ocupamos todos os guetos que antes eram só masculinos. Hoje já ocupamos todos. Já provamos nossa competência, nosso respeito perante a sociedade. Precisamos estar nas carreiras políticas, mas, com a lei da forma como está, realmente não conseguiremos nosso intento. Não verdade, não deveriam destinar determinado número de vagas para candidatura, deveriam destinar vagas para as mulheres.

Porque é a única forma de lutarmos hoje, de conseguirmos acabar com esse patriarcalismo, sob o qual ainda vivemos. Apesar de tantas leis, há tanto machismo, tanta dominação e há sempre a hierarquia do homem sobre a mulher. E é contra essa hierarquia que temos de lutar. Por exemplo, não se entende até hoje por que as mulheres sofrem tanta violência institucional. Se somos maioria da sociedade, por que somos apenas 9%, 10% hoje dos membros do Congresso? Por que somos hoje maioria e as leis ainda não nos favorecem? Porque elas são feitas de homem para homem. Isso é óbvio.

Então a violência institucional é algo que acontece muito naturalmente, e ela é tão natural que muitas de nós passamos por ela sem sentir. É algo normal. E nosso grito é tão forte, já gritamos tanto pelo reconhecimento, pela igualdade material, que, às vezes, somos aviltadas em duas situações e temos de pensar: vou lutar por essa causa, por essa não, senão vou ficar conhecida como a mulher do mi-mi-mi, a mulher que só faz escândalo. Isso também é violência institucional.

Também é violência institucional a nova PEC, a PEC que nos torna trabalhadoras para o resto da vida, a PEC que nos empobrece, que nos deixa mais tristes e que não reconhece a nossa jornada de trabalho. Em relacionamentos que o homem compartilha o trabalho doméstico com a mulher, em média, pela semana, ele contribui com 9,7 horas. E nós, mulheres, contribuimos com pouco mais de 23 horas. Então fica provada a nossa dupla, tripla jornada.

É violência institucional quando não se entende que a criminalização do aborto, por exemplo, até o terceiro mês de gestação, está punindo as mulheres, e as mulheres mais carentes, as mulheres que não têm opção. Elas é que são punidas com a criminalização do aborto. Vejam bem, nenhuma mulher quer praticar aborto, nenhuma. Nenhuma mulher quer incitar outra ao aborto, de maneira alguma. Não é bom praticar o aborto, de forma alguma. Não é bom tomar essa decisão. Entretanto, a decisão tem de ser da mulher, tem de ser dela. Ela tem de ter direito ao seu corpo. E aqui faço uso das palavras do ministro Carlos Ayres Britto: “Vocês sabem por que o aborto é criminalizado no Brasil até hoje? Porque homem não engravida. Se o homem engravidasse, o aborto já seria descriminalizado de ponta a ponta”.

Como foi tão falado aqui, vivemos em um Estado laico, um Estado leigo, mas não podemos nos esquecer de que a religiosidade, o entendimento sociocultural, ainda é um entrave para nós, mulheres, entendermos a violência. Ainda é um entrave para entendermos isso, e muitas ainda as mulheres não entendem que estão sofrendo violência. Muitas me procuram na Defensoria e dizem assim: “Procurei a senhora para saber se estou passando por violência”. E pergunto a elas: “Você está se sentindo humilhada, constrangida, agredida de alguma forma em algum sentimento?”. “Estou.” Então, você está sofrendo violência.

Ainda hoje é difícil para a mulher compreender que ela está sofrendo violência. É difícil para a mulher compreender as invasões que sofremos diariamente. Somos invadidas de forma absurda. A mulher é invadida diariamente. Sabem como? Por exemplo, a mulher que decide não ter filhos na vida: “Ah, eu decidi não ter filhos. Decidi que não quero ser mãe. Para mim, não é importante ser mãe. Quero cuidar da minha carreira profissional, quero me capacitar, quero viajar e não quero ser mãe”. A sociedade execra uma mulher dessas porque ela nasceu para ser mãe. E o homem que fala que não quer ser pai? Será que ele é execrado da mesma forma? Será que ele é tratado da mesma forma? Eu, por exemplo, passo por uma violência engraçada, da qual dou risada. As pessoas falam para mim: “Você não vai colocar um batonzinho, uma corzinha? Você está pálida, passa uma coisinha”, como se aquilo fosse obrigado, como se eu fosse obrigada, como mulher, a usar maquiagem. São as invasões. Isso é violência pela qual passamos diariamente, de forma tranquila. Enxergamos isso como se fosse normal. Como se fosse normal, deputada Marília, passarmos nas ruas, nas calçadas, e, se tem um grupo de homens na frente, ser chamada de gostosa. Não quero que me falem: “Ô lá em casa”. Não quero isso, não me arrumei para isso. Então, mudo de calçada.

Vejam como sou invadida, como nós, mulheres, somos invadidas e não enxergamos isso quando procuramos um serviço médico de saúde. Quantas mulheres vêm sofrendo violência obstétrica? Quantas mulheres estão sujeitas, no parto, a manobras que não sabem nem do que se trata e que podem prejudicar o bebê, podem prejudicar a saúde delas, manobras sobre as quais não foram informadas? Tudo isso é violência institucional. Tudo isso são as violências pelas quais passamos.

Fiz questão de trazer todas essas situações desde o início para abrir um pouquinho a nossa cabeça, para imaginar o tanto que já sofremos e para dizer a vocês da importância de uma palavrinha que hoje vem despontando, embora não seja nova, no universo feminino e feminista, que é a sororidade. O que é sororidade? Sororidade é a fraternidade feminina. É isso mesmo, a sororidade é justamente isso. Eu, como mulher, tenho que me sentir agredida porque uma companheira foi violentada. Se ela foi agredida pelo marido, tenho que me sentir agredida também. Só assim vou entender o que é ética, o que é educação, o que são os direitos das

mulheres. As mulheres precisam da sororidade. Precisamos entender o que se passa com cada mulher. Não é porque não souro violência no meu lar que não vou defender a mulher que sofre violência. Não é porque não fui abusada sexualmente que vou compactuar com o fato de uma mulher chegar a uma delegacia e lhe perguntarem sobre a roupa que estava usando e não perguntarem sobre o ocorrido.

Aliás, o estupro sexual é o único delito em que a vítima é mais julgada que o agressor, por isso muitas mulheres até desistem de procurar atendimento. Por isso é importante a capacitação daquelas pessoas que lidam com mulheres vítimas de violência, de todos e de todas que estão à frente de um trabalho diferente. Quando você atua com violência, o trabalho é diferente. Sentir o que passa uma mulher agredida não é fácil, mas é importante sentir o que ela passa até sair do ciclo de violência, quando está sofrendo, dentro de casa, tensão, explosão, lua de mel. Quebrar esse ciclo não é brincadeira. Às vezes ela é agredida dentro de um serviço público, é chamada de nomes pejorativos porque não largou aquele senhor.

Hoje o que desejo para nós é conhecermos o conceito da verdadeira fraternidade entre mulheres, a sororidade, e que possamos entender o que sofre cada mulher, o que já sofreram tantas mulheres. Muito sangue foi derramado para termos, hoje, algumas leis que nos defendem, que nos protegem.

Leis afirmativas e leis positivas, mas leis que precisam de efetividade. Precisamos garantir que essas leis realmente atuem no universo feminino, em prol da mulher que não é frágil, é vulnerável. É disso que precisamos. Precisamos dessa compreensão e, se a tivermos, iremos longe, entendendo o que sofre cada mulher, compreendendo e transmitindo o que vocês ouviram aqui. Vamos multiplicar esse conhecimento. Tudo isso é muito importante.

Vou terminar, e não poderia ser diferente, com ela, com Simone de Beauvoir: “querer ser livre é querer que os outros também sejam livres”. Muito obrigada.

A presidente – Agradecemos à Dra. Rosana Leite a importantíssima reflexão feita. Com a palavra, a Sra. Eneida da Costa.

Palavras da Sra. Eneida Ferreira da Costa

Boa noite a todas e a todos. Cumprimento a deputada Rosângela Reis, coordenadora deste painel, as minhas companheiras de Mesa, Rosana Leite Antunes de Barros e Nilma Lino Gomes, as deputadas Marília Campos e Luzia Ferreira, bem como as minhas bravas companheiras do Coletivo de Mulheres da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, de cujas pessoas gostaria de falar.

O que nos reúne são as questões de gênero. Buscamos identificar e discutir como mulheres e homens ocupam espaços de trabalho nesta Casa Legislativa, isto é, como se dão as relações de poder e mando e a convivência diária. O tema do painel é “Enfrentamento do machismo institucionalizado para a garantia da participação da mulher nas instâncias de poder”, então penso ser importante destacar conceitos referentes a ele, a que nos propusemos refletir, pois vamos repetindo palavras e, com o tempo e com o uso, elas se esvaíam como areia de ampulheta e o seu significado perderá a sua real relevância.

Machismo é um conceito filosófico, social e cultural embasado na superioridade do homem em relação à mulher e na inferioridade da mulher em relação ao homem. Não basta ao machismo o homem ser superior porque é preciso que a mulher seja e se sinta inferior. O machismo é uma crença na subordinação das mulheres aos homens. No lugar onde o machista se instala, o homem é o líder máximo, o protetor, a autoridade, o legislador e o juiz. Institucionalizado é aquilo que se tornou institucional, oficial, legítimo, convencional. Instância de poder é o território onde se exerce a autoridade, o mando, lugar onde se tem autorização e validação para o exercício da força física e moral. Estamos, portanto, apontando o dedo para essa cultura, essa filosofia que se instalou nas instâncias de poder, de tal forma que inviabiliza a participação da mulher e reserva aos homens posições estratégicas e hierarquicamente superiores tanto no setor público como no setor privado.

A instituição do Dia Internacional da Mulher pela ONU – cuja origem remonta à greve de trabalhadoras russas do setor de tecelagem, ocorrida em 8/3/1917, considerada um prenúncio da Revolução Bolchevique – ilustra a ligação histórica entre a luta pelos direitos das mulheres e a luta por direitos trabalhistas.

Em 2017, um século depois, o 8 de março foi marcado por uma iniciativa mundial: o movimento internacional de paralisações de mulheres, 8M. Em vários países, as manifestações rebateram a profunda discriminação imposta às mulheres nas relações profissionais. Ainda hoje permanecemos sob a imposição de menores oportunidades, salários inferiores e múltiplas jornadas de trabalho. Os graves impactos gerados pelas reformas trabalhista e previdenciária na vida das mulheres foram especial e fortemente destacados no Brasil.

E justamente a participação no 8M em Belo Horizonte gerou, para um grupo de trabalhadoras da Assembleia, a oportunidade de reunir-se em torno de uma nova perspectiva: ampliar as discussões sobre as questões de gênero nesta instituição a partir de reflexões que já vinham ocorrendo desde meados de 2015, restritas predominantemente ao ambiente virtual e a um pequeno grupo de servidoras.

Os números são reveladores. As mulheres respondem atualmente por 43,8% de todos os trabalhadores brasileiros. Mas a participação vai caindo conforme aumenta o nível hierárquico. No setor privado, elas representam 37% dos cargos de direção e gerência. No topo, nos comitês executivos de grandes empresas, elas são apenas 10% no Brasil. A pesquisa Mulheres em Negócios 2015, do Instituto Grant Thornton, por exemplo, registra que mais da metade das empresas no Brasil não possui mulheres em cargos de liderança e coloca o País na 3ª posição entre os que menos promovem funcionárias para posições mais altas. Em 100 companhias, apenas 11 possuem mulheres na presidência. Os conselhos de administração têm em média cinco integrantes, sendo que, na maioria dos casos, apenas uma vaga é ocupada por alguém do sexo feminino.

No setor público, no Judiciário, por exemplo, trazemos os números dos tribunais superiores: até o ano 2000, nenhuma mulher havia sido ministra do Supremo Tribunal Federal. Hoje, no total de 11 ministros, há somente 2 mulheres. No Superior Tribunal de Justiça, composto por 33 ministros, 6 são mulheres; e no Tribunal Superior do Trabalho, composto por 27 ministros, só há também 6 mulheres.

Em outros níveis do setor público a situação se repete. Os concursos públicos demonstram que, tendo oportunidade, as mulheres mostram competência. No entanto, se o concurso público reduz a distorção no ingresso, a desigualdade entre os sexos se intensifica nos cargos superiores, sempre a favor dos homens.

Na administração pública federal, 39,7% dos servidores são mulheres. Os cargos comissionados, os chamados DAS, têm uma exclusão de gênero clara. No DAS-1, que paga cerca de R\$2.460,00, as mulheres representam 44,9%. Quando se vai para a outra ponta, o DAS-6, com salários em torno de R\$ 15.470,00, a participação da mulher cai para menos da metade: apenas 21,7%. Já na administração pública estadual, Minas tem 19 secretarias e mais 3 estruturas equivalentes. São, portanto, 22 cargos de primeiro escalão, dos quais 20 são ocupados por homens.

Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, temos atualmente apenas 6 deputadas entre os 77 parlamentares que representam mineiras e mineiros, sendo que nenhuma delas compõe a Mesa. Já na estrutura administrativa da Assembleia, do total de 1.047 servidores efetivos, 504 são mulheres, ou seja, 48%. De 57 gerências operacionais, 27 são ocupadas por mulheres; de 22 gerências-gerais, 7 são ocupadas por mulheres e dos 13 cargos em nível de diretoria, apenas 1 é ocupado por mulher. No regime de recrutamento amplo, do total de 2.475 servidores, 1.286 são mulheres, o que representa 51,95% do total, mas apenas 8 mulheres são chefes de gabinete.

Esse panorama de baixa representatividade feminina nas instâncias de poder e decisão ilustra a institucionalização do machismo e prejudica o encaminhamento de questões de interesse das mulheres. Aqui na Assembleia, o 8 de março vem sendo lembrado ao longo dos anos e, mais recentemente, vem sendo marcado pelos debates sobre a igualdade de gênero, com reflexões em

torno da responsabilidade do poder público e da sociedade de modo geral nesse cenário. Nós, servidoras desta Casa, atuamos nesses eventos institucionais, prestando todo o apoio e assessoramento técnico. Ao desempenhar nossas atividades profissionais, muitas vezes estamos presentes também como ouvintes. Paralelamente, nos encontramos discutindo diversas questões de gênero do nosso interesse nas redes sociais, nas reuniões entre amigos, nas manifestações populares. O oportuno convite para participar deste evento nos abre a porta para novas possibilidades: a de unir nossas experiências, antes paralelas; a de atuarmos neste lugar, que é o nosso lugar de trabalho e vivência; e a de nos apresentarmos para dizer um pouco das nossas percepções e perspectivas sobre este mesmo lugar. Nossa intenção é compartilhar e somar, é o que esperamos na luta pela irrestrita igualdade de oportunidades e direitos.

Compreendemos nossa motivação, para além da defesa de direitos, como um dever. Essa é uma perspectiva amplamente corroborada, como ilustra uma pesquisa realizada pelo Ibope, a pedido da Organização das Nações Unidas, publicada no dia 14 de março deste ano. Segundo a pesquisa, de cada quatro brasileiros e brasileiras, três consideram de grande importância que gestores e legisladores desenvolvam políticas de promoção de igualdade de gênero entre homens e mulheres. Considerando-se apenas as mulheres, 78% das entrevistadas consideram essas políticas importantes; entre os homens, 71%. Percebe-se, portanto, uma pequena diferença entre os gêneros, mas devemos ressaltar: entre o discurso e a prática, há um longo caminho a ser trilhado. Afinal, trata-se de um processo histórico, de matriz estrutural e com pautas transversais. E o movimento das mulheres há muito desenvolve a consciência da necessidade de se cruzar as agendas, porque as discriminações são de variados matizes e atingem as pessoas de diferentes formas, de acordo com a condição de cada uma, de cada um. Exemplo disso é o já confirmado por vários levantamentos: mesmo em funções semelhantes, as mulheres têm salários menores que os homens. Outros exemplos podem e devem ser lembrados: as mulheres negras têm rendimento médio ainda menor que as mulheres brancas; muitas mulheres sofrem com a invisibilidade das discussões sobre direitos reprodutivos; e assim por diante. Essas e outras diversas questões, das mais explícitas às mais sutis, formam um conjunto de extenso conteúdo formulado pela sociedade, em torno do qual mulheres e também alguns homens têm se mobilizado.

Focando em nosso estado, no Executivo estadual estão organizadas as Jacintas, coletivo de servidoras públicas que tem realizado reuniões periódicas para discutir as questões de gênero dentro e fora do ambiente de trabalho e que, ao mesmo tempo, organiza ações coletivas de apoio a outros movimentos de mulheres.

As Jacintas indicam a perspectiva de trabalho em rede, estruturado pelo sentimento de sororidade, que, esperamos, deve nos unir em torno de medidas, ações e políticas de promoção de condições de igualdade. Aqui na Assembleia, o nosso coletivo quer ampliar e ressoar a discussão sobre as questões de gênero. É um coletivo em construção, cuja pauta está sendo elaborada, e, para isso, convidamos todas as interessadas, para que, a partir desse movimento, possam se unir a nós. Poderemos entender melhor os contextos em que estamos inseridas e propor mudanças onde for necessário para corrigir desigualdades históricas.

Não é possível ignorar a existência do machismo e do sexismo nas instituições públicas. Eles são estruturais e precisam ser combatidos. O machismo faz vítimas, enseja o assédio moral e o sexual, e, para combatê-lo, é fundamental não nos calarmos. Não é possível enfrentar o machismo institucionalizado sem, por exemplo, trazer à luz que a organização dos espaços institucionais, em geral, não se adequa às condições próprias do gênero feminino, mas, ao contrário, força a mulher a se adequar aos modelos masculinos, como se o masculino fosse o universal.

Entendemos que refletir e enfrentar esse conjunto de questões é responsabilidade de todas nós, servidoras; responsabilidade que deve ser compartilhada com nossos colegas. Queremos, assim, discutir de maneira mais produtiva e profunda as questões que nos mobilizam e propor novas condutas para a redução da desigualdade de gênero em nossas instituições.

O coletivo de mulheres da Assembleia quer colaborar para a identificação de práticas que reforçam a cultura machista e propor ações no sentido de combatê-las. Entendemos que só temos a ganhar com a adoção de tais medidas, de modo a reconhecer efetivamente as mulheres como pessoas plenas de direito, capacidade e competência. Então, ressaltamos que o convite para que esse coletivo de mulheres, ainda embrionário, estivesse representado neste evento foi recebido com alegria e foi visto como uma

oportunidade de concretizar e ampliar a iniciativa. Nesse sentido é que aqui estamos, com o objetivo de nos apresentar publicamente e de convidar as trabalhadoras desta Casa, nas diversas configurações funcionais – servidoras efetivas, de recrutamento amplo, terceirizadas, estagiárias, adolescentes trabalhadoras – para conhecer e discutir as questões de gênero, bem como construir coletivamente propostas para a melhoria da nossa condição de mulheres e trabalhadoras na Assembleia.

A adesão das servidoras, trabalhadoras, estagiárias e adolescentes desta Casa pode ser feita com assinatura de uma lista que está na antessala do Plenário e pelo *e-mail* mulheres.almg@gmail.com. Deixem seu nome, número de celular, *e-mail* e local de trabalho. Sobre o machismo, nunca digam que isso é natural.

A presidente – Agradecemos à Sra. Eneida sua exposição. Eneida, quero externar que estou encantada com o trabalho. Gostaria de parabenizá-la. Realmente não conhecia esse trabalho na Casa. É um trabalho que vale a pena e é exemplo para outras câmaras municipais, para outros órgãos. Vamos unir esforços para combater e ter resistência. Porque a mulher tem resistência para combater todo esse machismo.

Com a palavra, a Exma. Sra. Nilma Lino Gomes.

Palavras da Sra. Nilma Lino Gomes

Uma boa noite a todas. Boa noite!

A plateia – Boa noite.

A Sra. Nilma Lino Gomes – A força das mulheres, não é isso? Quero agradecer este convite, e começo parabenizando a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais por esta iniciativa tão importante. E, sendo coerente com o tema do ciclo debates, que é “Pela vida das mulheres: educação, enfrentamento do machismo e garantia de direitos”, cumprimento todos e todas, nas pessoas das deputadas Marília Campos, que aqui está e organizou este evento; Rosângela Reis, que preside esta Mesa; Luzia Ferreira, que também está conosco na Mesa; das minhas duas colegas que participaram da Mesa antes de mim; e de todas as mulheres neste Plenário. E que os homens se sintam contemplados no meu cumprimento às mulheres.

Tive a grata honra de ter sido ministra da primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Tive a honra de ser ministra na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e depois ministra das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Essa é uma honra que levarei para a minha história, para a minha trajetória e para a minha vida.

E é como ministra e ex-ministra da nossa presidenta Dilma que faço esta fala, articulada também com o meu lugar como professora e educadora que sempre fui. E o tema, que é “Enfrentamento ao machismo institucionalizado para garantir a participação da mulher nas instâncias de poder e decisão”, mexe conosco, mas, ao mesmo tempo, precisa ser desvelado. Eu trouxe então algumas imagens, como diz o meu amigo Boaventura de Sousa Santos, desestabilizadoras, que podem nos mostrar aquilo que parece natural e cotidiano na vida política, principalmente nesses últimos tempos em que vivemos, que vou chamar de um golpe disfarçado de *impeachment*. Fizemos isso na sociedade brasileira.

Primeiro vocês podem reparar – e aí há uma leitura que faço do momento em que vivemos –, que vivemos um momento de um golpe parlamentar, jurídico, midiático, fundamentalista. É um golpe de gênero, de raça, de classe, com uma orientação heteronormativa. Não preciso explicar o que a foto que vocês estão vendo significa.

Aí vocês tem um pouco da visão de um governo eleito por nós. Independentemente de quem votou favorável ou votou contra, foi um governo eleito, e isso é democracia. E aí vemos diversidade. Vemos, no Palácio do Planalto, no governo que estou chamando de governo legítimo, o tipo de público que frequentava as nossas atividades naquele momento.

E aí mostro a vocês, no atual momento, que vou chamar de um momento depois do golpe, que tipo de público hoje frequenta o espaço do Palácio do Planalto.

Bom, a mulher pode. A eleição de uma mulher presidenta foi um grande e duro golpe no machismo e no machismo institucionalizado, nessa cultura machista e patriarcal que ainda vivemos. Mas essa mesma cultura machista e patriarcal prefere nos ver, a nós mulheres, como recatadas, domesticadas, do lar, que é o tipo de mulher que o lado conservador da nossa sociedade tem estimulado.

Machismo e misoginia: quais são as interpretações que são feitas das mulheres e como estamos nós, mulheres, em espaço de poder? Quais eram as interpretações que a mídia e a grande mídia faziam da nossa presidenta Dilma e que, muitas vezes, as mulheres concordavam, riam e não sabiam que, diante dessa leitura, estavam sendo ridicularizadas todas nós mulheres, independentemente se votamos ou não na presidenta Dilma? Mais uma vez, mostrava o machismo institucionalizado na forma jocosa como homens e também algumas mulheres no parlamento se reportavam à presidenta Dilma num momento de extrema tensão em nosso País. “Tchau, querida”, na forma como era falado, significava mulher, volte para o seu lugar. É por isso que desconstruímos o “Tchau, querida” e falamos o “Volta, querida” nas nossas lutas por emancipação.

E temos avançado. Apesar dos pesares – e concordo com a colega que me antecedeu – estamos iniciando uma quarta onda feminista, que é mexeu com uma, mexeu com todas. Nessa quarta onda feminista, estamos desvelando para a sociedade brasileira esse machismo institucionalizado e esse mundo que nos estupra, que nos violenta. Se mexeu com uma, mexeu com todas; estuprou uma, estuprou todas. Por isso somos contra a cultura do estupro.

Isso posto, queria comentar com vocês que essa nossa presença das mulheres na Assembleia Legislativa, por exemplo, significa, ao ver esta Mesa e este auditório, o legado feminista e o legado feminino de mulheres que nos antecederam na vida política e nos ensinaram que este espaço em que estamos hoje, o Legislativo, assim como o espaço do Executivo, onde estive, o espaço do Judiciário, são também espaços das mulheres. Precisamos mais do que conquistá-los. Tenho aprendido com a juventude que precisamos ocupá-los. É isso que gostaria de lembrar hoje.

Se precisamos ocupar determinados espaços, já podemos imaginar que não é um ato tão pacífico assim, pois exigirá tencionamento, posicionamento e exposição pública. Tencionar, posicionar e se expor não significa, de forma alguma, fechamento ao diálogo e imposição de uma violência; pelo contrário, nas lutas feministas, entendemos que, diante das desigualdades e hierarquias de gênero, históricas na nossa sociedade brasileira e também em vários países, tencionar, posicionar e se expor para nós, mulheres, significa ir contra a violência machista e masculina que invade o nosso espaço como mulheres neste mundo. Ir contra a violência machista e masculina significa enfrentar. Portanto ser mulher e ainda mais mulher consciente dos direitos, dos nossos direitos de sermos mulheres é enfrentar o machismo institucionalizado, que coloca impedimentos à nossa participação nas instâncias de poder e decisão.

Machismo institucionalizado: o que será isso? O que vem a ser isso? É uma das formas de o machismo operar e disseminar a sua violência física e simbólica, sendo machismo entendido como uma violência que é expressa pela condição já preestabelecida de que o gênero masculino é superior ao gênero feminino. Isso se manifesta nas imagens que mostrei aqui, na nossa presença em contato físico, nos gestos, nos discursos e também nas atitudes dos homens em relação a nós, mulheres.

Esse fenômeno perverso que se faz presente em nosso cotidiano está em todos os lugares, inclusive nas instituições. E dentro das instituições é que o machismo está ainda mais arraigado. A presença dos homens é vista ainda como natural nos lugares de poder e de decisão. Então, temos aí a institucionalização do machismo. Ainda somos uma sociedade em que, apesar de todos os nossos avanços na luta pelo direito das mulheres, temos um imaginário e uma estrutura patriarcal. Por isso lutamos e conseguimos na Constituição de 1988 que tivéssemos direitos iguais para homens e mulheres. Isso é uma vitória para nós.

A forma de o machismo institucional ou institucionalizado operar não se dá apenas no assédio, nas piadas, no trato deselegante conosco, nos discursos, mas também na relação institucional, que é um tipo de relação violenta entre homens e mulheres pela disputa do poder. Entendo aqui a violência não somente como física, mas principalmente simbólica, moral, psicológica,

insinuante. Essa forma violenta é moralista e arrogante. Como os homens disputam com as mulheres dentro das instituições, os lugares de poder e decisão nos quais as mulheres estão são sempre vistos como de segundo escalão. Tivemos aqui uma clara demonstração da distribuição, por exemplo, das DAS-6, os lugares que as mulheres ocupam nesse setor público.

Ora, a mulher é vista muitas vezes nesse espaço institucionalizado do racismo como muito feminina e sensível para ocupar determinado cargo, principalmente se você é uma mulher que expressa as suas emoções chorando, por exemplo. Ou somos vistas como histéricas, nervosinhas e de TPM se expressamos de forma enérgica a nossa opinião. Ou somos consideradas um problema quando engravidamos ou queremos amamentar as nossas crianças no local de trabalho. Ou somos chamadas e vistas como maluquinhas, sem-vergonhas, assanhadas se temos um perfil extrovertido. Ou então vistas como recalcadas se somos solteiras, desquitadas, divorciadas, principalmente se não tivemos filhos.

Então, o machismo institucionalizado se manifesta com força nos discursos e nas práticas entre homens e mulheres das mais diferentes instituições. Ele também se expressa na forma desrespeitosa como homens subordinados às mulheres tratam e lidam com as ordens das suas presidentas, diretoras, coordenadoras, gerentes. Desrespeito esse que também se faz presente nas relações entre homens e mulheres, mesmo quando estão no mesmo nível funcional, quando ganham o mesmo salário, possuem o mesmo currículo e a mesma experiência profissional. Mas, se nós, mulheres, ascendemos na hierarquia profissional, na carreira profissional, esse desrespeito se torna ainda mais voraz e revela a sua verdadeira face: a concepção de que o gênero, a condição de gênero feminina é inferior ao universo masculino.

Então, o machismo não é nada natural e foi construído histórica e socialmente nas relações humanas, sociais, culturais e de poder. Nessas relações, as diferenças biológicas entre homens e mulheres foram sendo interpretadas pela cultura como fraqueza, deficiência, desvantagem. Essa interpretação extrapolou o bios, o sexo biológico e se enraizou em tudo aquilo que é relacionado com o universo masculino e feminino, a ponto de o biológico nem contar mais para que a desigualdade incida sobre nós, mulheres.

Temos então algo mais complexo, minhas companheiras, que é a construção das relações de gênero. O gênero é muito mais do que o sexo biológico e a educação sexual. Ele diz respeito a uma construção social, histórica e cultural, produzida nas relações de poder, nas quais a tudo o que se relaciona ao feminino é atribuído valor negativo e hierarquizado e a tudo o que é relacionado ao masculino é atribuído valor positivo e visto como natural, para estar na liderança, no topo das relações de poder e para subjugar e violentar o feminino. Como diz Joan Scott, feminista e historiadora, o gênero é a construção cultural sobre um corpo sexuado. Por isso, as mulheres trans sofrem violência de gênero também. Com a violência LGBTfóbica sobre essas mulheres recai o trato desigual e autoritário do universo masculino por estarem localizadas, identificadas com o gênero feminino.

O machismo institucionalizado não caminha sozinho. Ele se torna mais violento e execrável quando se articula ao racismo institucional e à branquitude. Nesse caso, além do machismo, o racismo também operará nas relações entre homens e mulheres acarretando ainda mais um peso de violência na relação entre negros e brancos. Ou seja, se já é difícil todo um processo de ascensão e respeito às mulheres brancas nas disputas de poder e lugares de decisão, se forem negras, a situação será ainda pior. E a visão machista e racista operará de forma duplamente violenta, colocando sérios empecilhos à ascensão da mulher negra e vendo-a de forma muito mais erotizada e objetificada do que a mulher branca.

Estamos diante de uma forma violenta de lidar com as diferenças no mundo e na nossa sociedade. E isso é muito sério. Algo que é aprendido nas instituições mais íntimas, como a própria família, onde meninos e meninas recebem tratamento diferenciado e hierarquizado ainda hoje. Nós aprendemos a desrespeitar o universo feminino e a hipervalorizar o masculino, assim como o racismo e a LBGTFobia são aprendidos primeiramente em família, nas relações cotidianas, principalmente quando a concepção hegemônica é da família nuclear e heterossexual.

A escola é também outra instituição na qual o machismo e o racismo estão institucionalizados. E não só nas relações interpessoais. Eles se fazem presentes no currículo, na disposição dos meninos e das meninas na sala de aula – negros e brancos –, na

forma como o corpo é tratado ou visto, nas punições, nas possibilidades de permissões e nas expectativas dos docentes sobre a aprendizagem e o comportamento. Nas universidades, nós também observamos o machismo e o racismo institucionalizados, por exemplo, nas áreas do conhecimento, algumas das quais se apresentam como lugares masculinos e outras como femininos, mesmo hoje com a política de cota e outras políticas afirmativas e de inclusão. Nós temos áreas com mais e menos presença de negros e negras, não somente entre os estudantes mas também entre os professores. Nós temos pouquíssimas mulheres reitoras, não somos muitas pró-reitoras, não ocupamos cargos de liderança na grande maioria das instituições acadêmicas, especialmente nas áreas exatas, tecnológicas, as chamadas áreas de ponta. Será o que acontece? Não há nada de errado conosco por estarmos sub-representadas nessas áreas. O que acontece é que nós somos educadas e formadas em casa e socialmente para não almejarmos, não sermos consideradas como possíveis pessoas a disputar espaços nessas áreas, como se elas fossem eminentemente masculinas e pouco femininas.

Se ocupamos espaços nessas áreas, somos vistas e interpretadas, muitas vezes, como mulheres pouco femininas. E se alguns ouvintes acharem que essa discussão sobre o machismo institucionalizado é puramente ideológica, como alguns gostam de dizer, vamos para alguns exemplos práticos: primeiro, a maioria que compõe os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – são homens, por isso existe a cota que reserva 30% dos partidos políticos para nós mulheres, justamente para tentar superar um pouco, nivelar essa diferença; segundo, a maioria das pessoas que compõem as Forças Armadas e as polícias também são homens – inclusive o serviço militar é obrigatório somente para os homens; terceiro, a maior parte dos grandes empresários são homens e a maioria das megacorporações têm geralmente homens em seus cargos mais elevados; quarto, a maioria dos líderes religiosos também são homens – e, neste momento em que vivemos, a teocracia está aumentando em nosso Parlamento. São quatro exemplos de instituições consideradas lugares de poder e de decisão na nossa sociedade, quando não lugares de força.

Por esses quatro exemplos é possível compreender porque nós, mulheres, apesar de todas as nossas conquistas, voto, educação, profissão, saúde, esporte, sexualidade, Lei Maria da Penha, lei do feminicídio, política para as mulheres, direito a sair nas ruas, direito ao divórcio, à união estável e de sermos uma maioria numérica da nossa população, inclusive, de eleitoras, ainda estamos em desvantagens na tomada de decisões. A realidade é que os homens ainda dominam o poder e, ao dominar o poder, sentem-se no direito de dominar a vida das mulheres, seja com as tradições machistas, seja com o uso da força bruta ou das próprias leis. E se falamos em leis, falamos do Legislativo. Ora, vamos pensar: se esse espaço é composto majoritariamente por homens, compreenderemos que a maior parte das leis aprovadas, analisadas, interpretadas à luz do gênero vão revelar para nós, mulheres, que nós, como sujeitos sociais, políticas e cidadãs, temos nossas necessidades, mas nem sempre somos consideradas no próprio mundo legislativo. E as poucas mulheres que estão neste mundo, neste universo, lutam arduamente para serem respeitadas e se fazerem respeitar.

Quando nossas questões e nossos direitos são colocados para o Parlamento, quantas de nós, que acompanhamos a luta das mulheres, não vimos a forma moralista como elas são tratadas? São tratadas com chacota pelos colegas ou são desqualificadas. Tem sido assim com a questão dos direitos sexuais reprodutivos, sobretudo se entramos no direito ao aborto; tem sido assim o debate sobre a cultura do estupro; tem sido assim o debate sobre a necessária discussão sobre gênero na escola.

O enfrentamento ao machismo institucionalizado precisa ir além dessas constatações. Assim como as instituições premiam aqueles que exercem o machismo – e isso faz com que ele se propague –, defendo que temos de ter normas mais duras, punitivas e institucionais para enfrentarmos o machismo institucionalizado.

Não basta apenas uma advertência, uma boa conversa, uma conversa séria ou a constatação de que precisamos de um processo de reeducação dos homens para que tratem as mulheres como iguais, como sujeitos de direito. Serão necessárias medidas mais fortes. Por que não pensamos em demissão, em diminuição de salários, em perda de cargo? Por que nunca enfrentamos esse debate? Tais penas, vamos pensar assim, deveriam ser aplicadas também quando os homens, profissionais, forem denunciados pelas suas companheiras por causa de violência doméstica e sexual. Muitas vezes estamos num estabelecimento, numa instituição em que

nosso colega foi denunciado pela sua companheira, mas ele entra lá como se nada tivesse acontecido, assim como homens que não pagam pensão para suas filhas e seus filhos.

Sou a favor de um processo de formação e de reeducação sim – sou uma educadora –, uma reeducação para a igualdade de gênero. Mas se estamos lidando – e esse é o tema desta Mesa – com esferas de poder e de decisão – é um universo, já falei, em que há esse tipo de violência –, é preciso que os violentos e os machistas se sintam também atingidos naquilo que dizem defender ao assassinar uma mulher: a tão falada honra. Queremos chegar a um momento em que a desonra masculina será o fato de ser machista, de ser violento, de ser desrespeitoso e antiético com suas mulheres ou suas companheiras.

Vocês podem estar se perguntando: mas somos nós, mulheres, que também criamos os machistas. *Ok*, sempre escuto isso e concordo em parte, mas já está superado, já está passada a hora de superarmos essa lógica, que é falocêntrica, de atribuímos a nós, mulheres, todas as mazelas do mundo machista. Além do mais, não educamos e não nos educamos somente na família: a vida nos educa. Estamos no século XXI, e muitas conquistas nós, mulheres, já conseguimos. As meninas, os meninos, as jovens e os jovens já convivem hoje em espaços, além do familiar, em que há discursos e práticas mais igualitárias em relação a gênero, em relação a mulher para aceitarmos, neste momento, a desculpa de que, se ainda são machistas – e existem também mulheres machistas –, é puramente devido à ideologia ou à forma como a mãe, a avó, a tia, a irmã e a esposa lidam com eles em sua formação, em nossa organização familiar.

Há um psicanalista chamado Frantz Fanon que fez uma análise muito interessante. Ele falou em como a opressão pode ser internalizada pelo próprio oprimido. Isso é verdade, mas, mulheres, companheiras, isso não pode nos imobilizar, temos que continuar lutando e temos que continuar nos reeducando. Por isso é importante afirmar: mexeu com uma, mexeu com todas. E por isso também diria a vocês que a misoginia e o machismo que atingiram nossa presidenta Dilma atingiu a todas nós, gostemos ou não dela, votemos ou não nela, sejamos ou não sejamos daquele partido. É muito mais sério o que aconteceu no campo do gênero, no campo da luta feminina, no campo da nossa representação como mulheres nos espaços de poder e decisão. Pergunto: onde estava a sororidade das mulheres quando a nossa presidenta sofreu todas as violências pela mídia, pelo Parlamento, pelos empresários, pelos homens, por outras mulheres? Onde estava a nossa sororidade quando ela sofreu todas essas violências por ser uma mulher à frente do Executivo, e não somente pelas suas escolhas e pelos seus atos? Muitas de nós expressamos, denunciemos e fomos à rua; denunciemos que não concordávamos, que ali estava a nossa sororidade, mas outras aplaudiram a forma machista e misógina como ela foi tratada, não reconhecendo que aquele tratamento dizia respeito a todas nós, mulheres.

Diria a vocês: para alcançar nossa sororidade não podemos nos dividir, temos que levar mais a sério essas nossas questões, temos que analisá-las com muita profundidade e temos que agir com muita profundidade. Porque, se mexeu com uma, mexeu com todas; juntas também seremos sempre mais fortes. Muito obrigada.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

A presidente – Agradecemos a exposição da Prof. Nilma Lino. Quero aqui, professora, parabenizá-la pela preparação e pelas informações importantes trazidas neste ciclo de debates.

Neste momento, passo a presidência à deputada Marília Campos, vice-presidente da Comissão de Participação Popular, que conduzirá o 3º Painel.

A presidente (deputada Marília Campos) – Daremos continuidade ao evento, com o painel “Mulheres, respeito às diversidades e garantias de direitos”. Convidamos as palestrantes do painel anterior a permanecer na Mesa para acompanhar as exposições e, ao final, participar do debate.

3º Painel

Composição da Mesa

A presidente – A presidência convida a tomar assento à Mesa para o 3º Painel as Exmas. Sras. Ana Ester Pádua Freire, teóloga e doutoranda em Ciências da Religião pela PUC-Minas; Sayonara Nogueira, representante do Brasil na ONG Transgender Europe; e Sandra Silvestrini, presidente do Sindicato dos Servidores de Justiça de 1ª Instância de Minas Gerais – Serjusmig.

Palavras da Sra. Sayonara Nogueira

Boa noite a todas. Cumprimento a Mesa, as deputadas presentes e falo também do avanço da Assembleia hoje, por convidar uma pessoa trans a assumir uma fala em um espaço de poder, sendo que a sociedade ainda acredita que o nosso espaço é somente a rua e a prostituição.

Hoje represento o Brasil na ONG Transgender Europe e faço parte da Secretaria de Comunicação da Rede Trans Brasil, que é a rede nacional de pessoas trans do Brasil, onde realizamos o mapeamento dos assassinatos que aconteceram desde 2008 até o ano passado dessa população que vem sendo cada vez mais dizimada.

Um fato que considero muito importante é vocês estarem reconhecendo a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero. Quando vocês abordam uma pessoa trans, referindo-se a ela como homossexual, esse é um termo extremamente... Não quero afirmar que seja pejorativo, mas não é adequado à nossa identidade, porque orientação sexual está muito ligada a desejo. Se o homem sente atração por outro homem, será *gay*; se a menina sente atração por outra mulher, será *lésbica*; se sente atração por ambos os sexos, será o quê? *Bissexual*. A identidade de gênero é algo constructo. Eu não dormi de calças e acordei de vestido no outro dia. Então, é uma condição constructa, social, psicológica, cultural e que resultará nessas três formações que usamos muito no Brasil que são as travestis, as transexuais e os transgêneros.

Outra coisa que também acho importante é nunca dizer: os travestis, mas as travestis, as transexuais. Quando tiverem dúvida, cheguem na pessoa e perguntem como ela quer ser tratada, assim sanamos todos os problemas.

Eu me identifico como travesti porque uso esse termo como bandeira de luta. A imprensa criou esse termo durante a ditadura militar, quando as travestis eram presas na rua por vadiagem. Ela criou o termo travesti para o homem que se traveste de mulher. Hoje resgatamos esse termo por ser um ato de resistência e uma bandeira de luta. O correto seria o termo transexual, criado pela medicina, numa tentativa de higienizar a nossa população: a travesti é aquela que está se prostituindo na rua, a suja, e a mulher transexual é aquela que é casada, que é acadêmica, que é professora da rede estadual. A própria sociedade começa a fazer uma diferenciação entre a nossa população. Gosto do termo transgênero porque é um termo guarda-chuva, que abriga toda a nossa população: travestis, transexuais e homens trans. Isso também é uma briga interna dentro dos movimentos.

Vim de Uberlândia para cá e acompanhei muitas falas. Fico pensando no tanto que o mundo ainda é binário. Normalmente as falas abarcaram o homem, a mulher, o homossexual e o heterossexual. E as travestis? Onde elas ficam? Elas continuam à margem da sociedade. Não existem políticas públicas para essas pessoas no Brasil. Criaram uma portaria do processo transexualizador até hoje, onde temos que ficar 10, 20, 30 anos na fila do SUS para esperar uma cirurgia ou o decreto do nome social, que, para mim, não passa de uma gambiarra de cidadania que as pessoas cis criaram para nós. O nome social existe para mim, que tenho uma formação acadêmica, que fui funcionária do Estado, professora durante 16 anos. Conheço as leis. Mas o meu par, que está se prostituindo nas ruas, ela não conhece, ou ele, no caso dos homens trans. Eles não reconhecem essa questão do nome social. O ideal seria uma lei de identidade de gênero por meio da qual tivéssemos o direito de retificar os nossos próprios registros, como eu fiz.

Acionei o Judiciário e consegui a retificação de todos os meus documentos no período de quatro meses. Tive que acionar o Judiciário porque é o Estado que manda no meu corpo. Acho muito bonito quando ouço, num movimento, as pessoas falando: “Meu corpo, minhas regras”. Mentira, meu corpo é do Estado. Quando apresentei uma ação judicial para retificar o meu nome, tive que

entrar com laudo psiquiátrico, laudo psicológico e um exame de sangue demonstrando a quantidade de estrogênio que eu tinha no corpo para o juiz ou a juíza saber se eu era uma pessoa trans ou não. Então, quem comanda o meu corpo ainda continua sendo o Estado. Se eu contasse as histórias de 16 anos de sala de aula, falaria perversidades que fariam vocês ficarem de bocas abertas, mas esse não é o meu intuito. Não vou falar da minha vida, mas da situação da população em geral.

O IBGE e o Ipea nunca fizeram uma estimativa da nossa população. O IBGE ainda pecou no último censo, quando foi na porta da casa das pessoas, perguntou a orientação sexual e colocou, nos seus quadradinhos: “travestis e transexuais”. Não somos orientação sexual. Então, qual foi a nossa iniciativa na Rede Trans Brasil? Começar pelos índices de violência. Fiz parceria com algumas universidades e vou tomar a iniciativa de começar a fazer o censo dessa população no Brasil todo. Já são 170 filiadas em todo o Brasil que vão colaborar conosco porque não temos dados sobre a nossa população.

Somos expulsas de casa quando construímos nossos corpos, e não existe evasão de travesti e transexual nas escolas, mas expulsão. Não somos tratadas de acordo com o nosso nome e também somos proibidas de usar o banheiro feminino. Eu mesma, professora do Estado, concursada da rede pública, já fui proibida de usar o banheiro feminino da escola em que dava aula, na cidade onde resido. Então, enquanto houver esse tipo de machismo, a nossa população continuará sendo expulsa da escola.

Não existe mercado de trabalho nem política de geração de renda para essa população. Na verdade, o mercado que vai nos acolher é a rua. Mas, para mim, a prostituição é um mercado de trabalho formal, desde que não seja uma condição *sine qua non* para a sua sobrevivência. Ela pode até se prostituir, mas também terá o direito de se inserir no mercado de trabalho formal.

Desde que entrei para o TGEU, essa é a nossa formação. Somos uma equipe de 11 pessoas. Na nossa equipe, há pessoas trans do Paquistão, da África do Sul, da Uganda, da Tailândia, e fazemos treinamentos no mundo inteiro. A primeira foto, a foto de cima, foi um treinamento que fizemos em Banguetocque, e a segunda foto, um treinamento em Bolonha, na Itália. Esse é o comitê regional da América do Sul e da América Central. E aí vocês podem ver uma foto minha e da Ari Vera, do México. O Brasil e o México são países campeões em assassinatos de pessoas trans.

Por meio desse trabalho com o TGEU, em parceria com a rede trans, lançamos, neste ano, o dossiê Geografia dos Corpos das Pessoas Trans. Escolhemos esse nome porque a minha formação é dentro da geografia. Sou geógrafa, por isso escolhemos esse título. Desde 2012, comecei a trabalhar com os meus alunos, na sala de aula, a cartografia da resistência porque via que tinham uma dificuldade muito grande com o conteúdo da cartografia já que ela envolve muita estatística e matemática. Quis puxar um gancho dentro da sala de aula, mas não queria ser acusada de levantar bandeira, e começamos a mapear, desde 2012, com base nos dados do GGB, os assassinatos de pessoas LGBTs no Brasil. Fiz isso com os meus alunos para que tivessem maior facilidade para trabalhar com escalas, mapas e gráficos. Em 2015, dentro do próprio mapeamento, esses alunos do ensino médio descobriram que existiam travestis que foram assassinadas e notificadas como *gays* e homens trans igualmente assassinados e notificados como lésbicas. Então, a partir dessa ideia, dentro da sala de aula e em parceria com a rede TGEU, lançamos esse dossiê.

A primeira coisa que trabalhamos foi a negação da identidade de gênero na imprensa brasileira. No ano passado, aconteceram 144 assassinatos de pessoas trans, e, se você acompanhar o dossiê, descobrirá que todos os assassinatos são feitos com requinte de crueldade. Não se mata uma travesti com uma facada, mas com 100 facadas e 400 tiros por se tratar de um corpo objeto que está ali na esquina. Ao mesmo tempo que se trata de um corpo objeto, o homem brasileiro é o homem que mais consome pornografia de travestis no mundo. Então existe, ao mesmo tempo, a objetificação e a abjeção do corpo. Dos 144 casos, 111 notícias que foram reportadas pela imprensa não respeitaram a identidade de gênero. Não temos direitos sociais e políticas públicas durante toda a nossa vida e ainda somos desrespeitadas na morte e enterradas como indigentes. Esse é o tipo de matéria que sai na imprensa quando uma travesti é encontrada morta: “Homem com roupas femininas é achado morto”; “Traveco é encontrado morto”. É dessa forma.

O dossiê funcionou? Funcionou. Neste ano já aconteceram 32 assassinatos, e 98% da imprensa já mudou o seu tratamento, ou seja, já estão seguindo o dossiê. Foi preciso fazer essa provocação para a imprensa perceber que temos o direito de ser enterradas como todo mundo.

Na incidência de suicídio, o Brasil ocupa a 8ª posição do *ranking*. Normalmente a média de casos ocorre entre 15 e 29 anos, sendo que o gênero feminino extrapola nessa questão do suicídio no Brasil.

Relativamente à violação dos direitos humanos, mapeamos, no Brasil, as agressões e casos de travestis que foram proibidas de usar o banheiro feminino. Então, mapeamos 54 casos. Desses, 58% aconteceram na Região Sudeste. Em Minas Gerais, foram quatro casos notificados pela imprensa. Só trabalhamos com casos reportados pela imprensa, e eles ocorreram em Uberaba, Uberlândia, Belo Horizonte e Juiz de Fora.

Quanto às tentativas de homicídio, 52 casos foram mapeados. No Nordeste, esses casos avançam com 29%; e, no Sudeste, com 27%. A imprensa notificou apenas um caso em Minas, em Uberaba.

Em relação aos assassinatos, foram mapeados 144 casos. Vocês verão que o Brasil está em 1º lugar; em 2º vem o México; e, em 3º, vêm os Estados Unidos.

Assassinatos de 2008 a 2016. Em 2008, houve 57 assassinatos e, em 2016, subimos para 144. Vemos uma elevação muito grande desses crimes.

A expectativa de vida. Trabalhamos também com gráficos e tabelas. Percebem-se casos de travestis e transexuais de 14, 15 e 16 anos que foram assassinados. É uma população que não ultrapassa os 30 anos de vida. A travesti quando morre ainda é culpada pelo seu próprio assassinato porque vai ser julgada por estar na rua se prostituindo, vai ser acusada de ter envolvimento com entorpecentes. Mas a sociedade esquece que a gente vive em um ciclo vicioso de exclusão. A própria sociedade empurra essa população para viver o que vive na rua.

Trabalhamos também com um gráfico de tipo de armas. A arma que mais notificamos foi a arma de fogo, seguida pela arma branca, que seria a faca ou o facão. Mas nunca ocorre só uma agressão. O dossiê possui quase duzentas páginas. A travesti nunca é assassinada só com uma agressão, envolve outras agressões – enforcamento, queima dos genitais –, para depois chegar ao desfecho final.

Quanto ao gráfico das regiões, tive um problema no gráfico. O Nordeste sai na frente com 33%, seguido da Região Sudeste. E Minas Gerais ocupa a 5ª posição no assassinato dessas pessoas trans.

Foi muito complicado construir esse *slide*. A cada dia que eu o montava, ia fazer a notificação e apareciam um, dois ou três casos. Quando o montei, havia 22 ou 23 casos. Acabei de fechá-lo, agora mesmo, com 33 casos de assassinatos neste ano. Os casos de agressão e de tentativas de homicídios já estão atingindo metade dos casos que aconteceram no ano passado, e ainda estamos no mês de março.

Este é o site que administro: redetransbrasil.org. Quem quiser pode acessá-lo. Lá há todo o histórico da sua construção, desde a parceria que foi feita com a ONG Transgender Europe até as metodologias que desenvolvemos para mapear os dados e, aliás, aplicar esse censo a partir de agosto deste ano. Muito obrigada.

A presidente – Obrigada, Sayonara, pela exposição. Convidamos agora a Sandra Silvestrini.

Palavras da Sra. Sandra Margareth Silvestrini de Souza

Boa noite a todas e a todos. Agradeço o convite à Comissão Extraordinária das Mulheres. Cumprimento a Mesa, na pessoa da deputada Marília Campos, assim como a todas as companheiras que vemos aí, acostumadas a compartilharem de nossas lutas. Confesso que, num primeiro momento, quando recebi o convite, tomei um susto. Fiquei muito preocupada, porque não sou especialista no assunto para debater o que me coube. Minha participação é para falar sobre os direitos das mulheres, reformas

trabalhista e previdenciária. Pensei: há especialistas com mais capacidade para falar disso. Depois do susto, veio-me a satisfação. Imaginei que essas pessoas que me fizeram o convite, que aprovaram e indicaram o meu nome, me veem na luta contra as reformas. O convite veio daí. Não é para eu falar tecnicamente e me aprofundar naquilo que está nas reformas, mas sim para falar da questão abordada, sob o ponto de vista político do enfrentamento que temos feito em relação a essas propostas.

Nesse sentido, penso em tudo que estamos falando aqui hoje. Ontem passei um dia muito difícil, hoje também, porque somos mãe, tomamos conta da casa, dos filhos, embora eu tenha um companheiro, o que quero registrar, que cumpre o papel dele. Ele contribui e compartilha, como disse mais cedo a Valéria. Ele não acha que me ajuda, mas assume o papel dele na divisão das tarefas. Mas sabemos que, no final das contas, é mesmo a mulher que assume a maior parte desse trabalho não remunerado, do trabalho doméstico.

Feitas essas considerações, abordarei um pouco dos aspectos dessas reformas em nossas vidas, mas de forma muito breve, porque acho que todo mundo aqui já sabe o que as reformas trazem quanto aos direitos trabalhistas e aos direitos previdenciários, em especial em relação às mulheres. Sabemos do impacto das reformas na vida das mulheres. Já falamos hoje sobre o tema e não precisamos nos aprofundar mais nele para dizer que o mundo do trabalho ainda é muito desigual em relação a homens e mulheres, assim como a gêneros, aos travestis, às trans.

A reforma trabalhista que tramita no Congresso Nacional só quer trazer prejuízos. Não tem nada de bom na reforma. Ela só retira direitos. Não traz nenhum avanço. Ela quer transformar aquilo que é direito em negociação. Aquilo que hoje temos como conquista virará fruto de negociação. Dentro disso tudo, está a jornada, as férias, o trabalho noturno, as horas extras, o trabalho externo, a pausa para descanso. Tudo que é direito hoje, fruto de conquistas e muitas lutas, deixa de ser direito. Será preciso negociar com o patrão aquilo que era direito. Já podemos dizer que haverá um prejuízo geral para todos os trabalhadores quando o negociado prevalecer sobre o legislado.

Obviamente verificamos que a reforma criará mais problemas, mais dificuldades para as mulheres, que historicamente já têm dificuldades tanto para ingressar no mercado de trabalho quanto para se manter nele. Quando prejudicam e dificultam ainda mais a inserção e a manutenção da mulher no mercado de trabalho, por consequência prejudicam também o acesso à aposentadoria, especialmente no momento em que se está criando um tempo mínimo de 25 anos de contribuição para que a mulher tenha acesso à aposentadoria. É difícil para a mulher se manter no mercado de trabalho, e a reforma trabalhista terá consequências gravíssimas também sobre a aposentadoria delas. Todos os trabalhadores serão prejudicados na reforma trabalhista, mas mais intensamente as mulheres, porque o mundo de trabalho é altamente desigual em se tratando de gênero.

Passarei rapidamente as transparências. Estudaremos o material, porque às vezes não nos atemos aos detalhes.

Vamos estudando o material, mas às vezes a gente não se atém a esses detalhes. Um estudo do Fórum Econômico Mundial feito com 144 países diz que só daqui a 170 anos a mulher vai alcançar a equiparação econômica com os homens. Essa projeção traz um retrocesso de 52 anos. Em 2015, a expectativa seria de 118 anos, mas agora é de 170 anos. Esse estudo também aponta que a participação econômica da mulher e as oportunidades no mercado de trabalho equivalem a menos de dois terços das dos homens. Em todo o mundo, 54% das mulheres em idade para trabalhar – praticamente a metade – conseguem trabalhar. Em relação aos homens, 81% em idade para trabalhar, trabalham. Está clara a dificuldade de inserção da mulher no mercado de trabalho. Essa pesquisa mundial mostra que os vencimentos anuais das mulheres são pouco mais da metade do que ganham os homens. No Brasil, a diferença atualmente é em torno de 30%.

A situação que já tratamos hoje e que colabora para essa desigualdade é principalmente o fato de as mulheres serem as responsáveis, em sua maioria, pelas tarefas domésticas e de cuidados com pais, crianças, parentes que necessitem de cuidados, bem como os cuidados com a casa. Ela tem uma sobrecarga, uma dupla jornada inquestionável. Aliás, é por isso que se justifica a mulher poder se aposentar mais cedo. Mas, infelizmente, estão tentando eliminar, através da reforma da previdência, esse único

reconhecimento, essa única política pública que reconhece o trabalho não remunerado. A maternidade também é uma situação que afasta a mulher do trabalho, principalmente quando está na faixa de 25 a 29 anos. Faltam creches. Faltam políticas públicas que favoreçam, que possibilitem a essa mulher disputar em igualdade com os homens as vagas no mercado.

Ainda há também a questão do assédio sexual, que é forte. Hoje é menos, é mais travestido, é mais sutil, porque há leis mais rigorosas, mas existe. Quando a mulher resiste ao assédio sexual, muitas vezes ela passa a ser vítima de outro mal, que chamamos, no mercado de trabalho, de mal invisível, que é o assédio moral. Esse homem que não conseguiu que a mulher cedesse a sua pressão sexual começa a persegui-la moralmente. Todo mundo já conhece um pouco o que é assédio moral, que prejudica muitos ambientes de trabalho, provoca muitos suicídios, muitas pessoas deixam de trabalhar em virtude desse assédio. Em resumo, as mulheres sofrem discriminação, recebem salários inferiores, estão sujeitas à dupla jornada, pois são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidados. As mulheres são prejudicadas no mundo do trabalho.

Dizem que levará 170 anos para haver equiparação econômica entre mulheres e homens, mas na política serão necessários 82 anos para que as mulheres consigam se equiparar aos homens no que diz respeito à representação política. Esta Casa é o maior exemplo. Dos 77 deputados estaduais, há apenas 6 deputadas. No primeiro momento haviam colocado aqui 7 deputadas, mas há 6. Por isso realmente temos de frisar seus nomes: deputadas Arlete Magalhães, Celise Laviola, Ione Pinheiro, Marília Campos, Rosângela Reis e Geisa Teixeira. Quero deixar nosso agradecimento por vocês estarem nos representando. Sabemos o quanto isso é difícil nesse espaço machista. Sabemos o quanto é difícil vocês estarem aqui, em tão pouco número, fazendo essa luta em defesa dos direitos das mulheres.

Também há o levantamento das prefeituras. Um fato grave é que na Comissão da Reforma da Previdência há apenas uma mulher.

A reforma está detonando o direito das mulheres, e, na comissão especial, há uma mulher apenas que vai falar. É um absurdo. A conclusão, então, em relação a isso é que é necessário avançar no empoderamento da mulher, para que possamos também avançar na promoção da equidade de gênero em todos os espaços e, aí sim, garantir às mulheres mais qualidade de vida e menos violência. Enquanto a representação é pequena, vamos continuar tendo dificuldades e sofrendo essa violência diária.

Embora haja desigualdade nas condições de trabalho, que está muito clara, o governo Temer vem falar, querer e propor igualdade na aposentadoria, tratar de forma igual os desiguais, o que é um absurdo. Ele vem, então, com a PEC nº 287, que promove o desmonte da previdência social, propõe idade mínima igual de 65 anos e tempo de contribuição de 25 anos para homens e mulheres terem acesso à aposentadoria. Desconsidera todas as especificidades. As especificidades da mulher, do trabalho do homem, da inserção no mercado de trabalho, da manutenção no mercado de trabalho. Desconsidera as diferenças também do trabalho no campo, do trabalho urbano, das professoras; ou seja, desconsidera e põe todo mundo num saco só, como se fosse possível tratar com igualdade os desiguais. É um retrocesso. No caso das mulheres, essa diferença – estamos falando em direito – era um direito conquistado desde a Constituição de 1967. Então o retrocesso é uma retirada de direitos. E ainda vem o relator da comissão – há uma mulher na comissão, e o relator é homem – dizer que o que justifica aumentar a aposentadoria precoce é o fato de que essa mulher tem dupla jornada, se trabalha fora e tem dependentes domésticos. “Na condição em que nem homem nem mulher tem dependentes domésticos, não vejo por que haver essa distinção”, disse, destacando ainda que a expectativa da vida das mulheres é maior. Não vê? Vai estudar, então, a situação da mulher no mercado de trabalho; vai olhar para fora do próprio umbigo, que o senhor verá o que motiva e justifica essa diferença ainda existente. E diz ainda que essa questão das mulheres é um debate do qual não tem como fugirmos.

Mas uma coisa que tem que ser ponderada é o que falei: se você é uma mulher casada, tem filho, cumpre a jornada do seu trabalho e chega em casa e tem que cuidar de filho, de marido etc., é um fato a ser considerado. “A mulher que é solteira, que não se casou, que não tem filho, por que vai ter diferença em relação ao homem?” Ele fez essa pergunta. E debatemos aqui o dia todo. Que

bom se ele estivesse assistindo e participando, porque entenderia o que justifica essa mulher ter tratamento diferenciado. E hoje ela é diferenciada, passa a não ser. Há estudos que mostram que as mulheres trabalham em média 8 horas a mais por semana; que, no final da vida laboral, quando ela se aposenta, mais ou menos ao longo de 22 anos, trabalhou 5,4 anos a mais que os homens. Então está aí a justificativa e a justiça de que a mulher se aposente cinco anos antes do homem.

E aumentar o tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos, na prática, quase inviabiliza a aposentadoria da maioria das mulheres. A maioria das mulheres não vai conseguir se aposentar. Dizem que 47% a 50% das mulheres não conseguirão ter acesso à aposentadoria. Então as mulheres que sofreram o tempo todo com a desigualdade no mercado de trabalho agora vão sofrer também na questão relacionada à aposentadoria. Hoje os 15 anos já excluem a maioria das mulheres. No caso, por exemplo, das domésticas, é quase impossível juntar 15 anos de contribuição; com 25 anos, então, é que não vão conseguir mesmo.

A conclusão é que, na prática, a reforma da presidência, tal qual querem, põe fim à única política pública que dá valor ao trabalho doméstico não remunerado da mulher. Equivoquei-me ao falar “reforma da presidência”, e não “da previdência”, mas é porque estamos querendo e pretendendo a reforma da presidência mesmo. Está na hora do “Fora Temer”.

Agora tivemos o recuo do recuo, que foi fruto das manifestações e das mobilizações que tivemos, especialmente ao longo do mês de março. Com muito orgulho, perdi a unha do dedão do pé naquela marcha da Praça da Liberdade até a Praça da Estação, debaixo de chuva, raios e trovões, mas foi belíssima e nos estimulou. Veio a do dia 15, que foi maior ainda, no Estado inteiro, no País todo. Então, está valendo a pena. Ele recuou. Quem dizia que não tinha medo, que tinha todas as condições para implementar suas medidas impopulares, de certa forma, quis distribuir e jogar para os estados essa concentração e união dos trabalhadores; propôs, talvez para enfraquecer esse movimento, retirar da reforma os servidores públicos estaduais e municipais. No entanto, ele, considerado inclusive um grande constitucionalista, teve de voltar atrás. A Constituição Federal é que estabelece as regras gerais para a previdência social. Assim, os estados só poderiam tratar de questões menores, como, por exemplo, valor da contribuição. Então, houve um recuo, o que não significa que já conseguimos afastar essa reforma.

Deixo aqui a minha mensagem final de que as mulheres já enfrentaram e continuam enfrentando vários tipos de violência, como vimos aqui, diariamente, no trabalho, em casa, na rua. Adorei aquela história do vídeo. Até para dirigir enfrentamos violência. Vemos o dia inteiro os homens, às vezes, fechando, estacionando o carro correndo, deixando-o mal estacionado, mas ninguém fala com ele para pilotar fogão. No entanto, qualquer erro que as mulheres cometem no trânsito é motivo para serem logo envergonhadas e criticadas.

Então, as mulheres já enfrentaram e continuam enfrentando vários tipos de violência. A reforma da previdência e, acrescento, a trabalhista são mais duas dessas violências. Assim, convido todas para, unidas, enfrentarmos a reforma da previdência e a trabalhista, enfrentarmos a luta para tentar anular a terceirização aprovada e que já é uma grande violência também. Juntas, somos mais fortes.

Agradeço a todos e à Mesa, mais uma vez, pela oportunidade.

A presidente – Você tinha de lançar aquela palavra de ordem: “Não passará!”. Obrigada, Sandra.

A Sra. Sandra Margareth Silvestrini de Souza – Como não me aprofundei no tema reforma, há essa cartilha, que, inclusive, é do mandato da Marília, elaborada pelo José Prata Araújo. Estamos aí distribuindo-a. Há uma colega nossa fazendo isso. Há um brinde para as mulheres, já que estamos comemorando o nosso dia, que é o nosso boné rosa do sindicato Serjusmig.

A presidente – Eu quero. Guarde um para mim.

Antes de passar a palavra à próxima palestrante, informamos que há aqui na Casa, Sayonara, só para dar a dimensão do conservadorismo, o Projeto de Lei nº 1.829/2015. Você disse que não resolve, mas isso já é um avanço, se passar. Ele dispõe sobre o reconhecimento e direito do uso do nome social para travestis e transexuais nos órgãos da administração pública estadual. Fui eu que

entrei, inclusive, com essa proposição em 2015. Está, no entanto, até hoje na Comissão de Constituição e Justiça. Estive lá recentemente para negociar o processo de tramitação, mas não é fácil tirá-lo da gaveta.

Agora, com a palavra, a nossa querida amiga Ana Ester Freire.

Palavras da Sra. Ana Ester Pádua Freire

Boa noite a todas. Saúdo esta Casa que nos acolhe, a produção do evento, que foi muito gentil comigo, principalmente o pessoal que foi até lá em casa – a gente até dançou junto –, as ilustres presenças que compõem esta Mesa, principalmente a minha deputada Marília, e cada um de vocês que resistiu bravamente até agora. Prometo ser rápida.

Este é o único *slide* que tenho para esta noite. Este *slide* é estratégico porque, se vocês cansarem do meu rosto, por favor, foquem nelas: Frida e Chavela Vargas. Não sou *expert* na história de Frida nem tenho a biografia dela – fica a dica para um presente de aniversário –, mas gosto de acreditar que elas viveram uma relação poliamorosa durante o período em que Chavela viveu com Frida. Foi mais ou menos um ano que ela passou na casa de Frida e Diego – Casa Azul, no México. Essa foto é cheia de esperança e de alegria. Chavela é uma mulher lésbica; e Frida, fluida.

Começo a minha fala com alguns pedidos de desculpa. Primeiro por ter de usar o recurso da leitura para fazer a minha reflexão. Esclareço que a minha militância foi forjada na academia, no claustro da biblioteca. Não sou militante das ruas, dos palanques. Se não for para ser olho no olho, prefiro ter a segurança da condução de algo que foi previamente elaborado, para que eu não corra o risco de me desviar demais do tema proposto. Isso é bom, porque aí seremos mais rápidos.

Em segundo lugar, peço não desculpas, mas licença para usar a Bíblia como norte da minha fala. Alguém pode querer gritar: “O Estado é laico”. Eu concordo com você. A presença de um texto religioso em uma Casa Legislativa pode não comprometer a laicidade do Estado, mas vocês verão que compromete, e muito, o tipo de espiritualidade que estou propondo.

E aí, sim, tenho que me escusar por ter que reduzir tanto o meu lugar de fala: mulher, branca, classe média, cisgênera, lésbica, evangélica. Evangélica? Algumas de vocês devem estar querendo sair da sala agora. Calma. Vocês ficaram aqui até agora. Compreendo, mas lhes peço uma chance. Caminhem comigo por mais alguns minutos em busca de um lugar onde nossas ideias, olhos e corpos se encontrem.

Muitas das palestrantes aqui já são bem conhecidas de vocês. Eu, no entanto, vou me apresentar um pouco mais. Preciso de mais intimidade. Sou Ana Ester, irmã de Dani, filha de Ester e João, jornalista, teóloga metodista, mestra em Ciências da Religião. No mestrado, estudei a epistemologia feminista como forma de “transver” o fenômeno religioso. Agora, no doutorado, também em Ciências da Religião, estudo o ativismo *queer* em uma comunidade cristã inclusiva. Segundo Marcelo Tavares Natividade, igreja inclusiva é uma autodenominação religiosa que propõe ser uma alternativa ao elaborar uma hermenêutica própria que possibilite a conciliação entre cristianismo e formas de exercício da sexualidade dissonantes da norma heterossexual, ou seja, vulgarmente, uma igreja *gay*. “Já ouvi falar”, algumas de vocês devem estar pensando. Pois é. Só que a igreja que estudo e frequento como membro – inclusive é onde agora, em abril, começa o meu processo de iniciação clerical – se propõe radicalmente inclusiva: Igreja da Comunidade Metropolitana. Para vocês se familiarizarem com a proposta dessa comunidade, que foi fundada à época das revoltas de Stonewall, nos Estados Unidos, a bispa moderadora, que é a líder máxima da congregação, vive há seis anos uma relação poliamorosa – que inveja tenho dela – com outras duas mulheres. Elas são norte-americanas e adotaram uma criança de três anos. Um bafo, não é?

Para que entendam, então, sobre a teologia que proponho, queria fazer uma paráfrase de um poema de Waly Salomão. Toda vez que aparecer a palavra “poesia” vou trocar por “teologia”, OK? (– Lê:)

“Por que a teologia tem que se confinar/ às paredes de dentro da vulva do poema?/ Por que proibir à teologia/ estourar os limites do grelo/ da greta/ da gruta/ e se espriar além da grade/ do sol nascido quadrado?/ Por que a teologia tem que se sustentar/ de pé, cartesiana, milícia enfileirada,/ obediente filha da pauta?/ Por que a teologia não pode ficar de quatro/ e se agachar e se esgueirar/

para gozar *carpe diem!*/ fora da zona da página?/ Por que a teologia de rabo preso/ sem poder se operar/ e, operada,/ polimórfica e perversa,/ não poder travestir-se com os clitóris e balangandãs da lira?”

Saudoso Waly Salomão.

Pois bem, quando eu disse para aguentarem um pouco para escutar minha proposta evangélica, eu não estava brincando. Essa introdução foi para criar um terreno propício para lançar a semente que eu tenho para nós hoje: subversão. Olhem para Frida e Chavela! É possível que pensemos com muita seriedade a agenda que nossa conjuntura política nos exige a partir de fundamentos teológicos, afinal o nosso modo de estruturar o mundo foi fundado no monoteísmo. Durkheim nos assegura isso em *As formas elementares da vida religiosa*. A teologia é a memória da inteligência do ocidente. Se pensarmos epistemologicamente, a estrutura monoteísta é a mesma, retiramos o Deus, aquele totalmente outro, e mudamos o substrato, no caso em questão, o Estado. Religião e política dizem respeito a relações, pois toda realidade humana é relacional. Martin Buber fala da relação que está no hífen que há entre o eu e o tu – e aqui me lembro de Hannah Arendt, que diz que política é o espaço entre-os-seres humanos, com hífen. Tanto a religião quanto a política estão nesse hífen, nessa relação.

Pois bem, retomando as minhas desculpas iniciais de reduzir meu lugar de fala, minha proposta aqui é que, ao verticalizar minha reflexão, vocês possam universalizá-la para seus corpos, suas vidas, suas formas de se relacionarem nesses tempos sombrios. Tive meu pequeno momento de crise ao pensar sobre esta Mesa; li as memórias das reuniões preparatórias e senti que se esperavam reflexões de denúncia sobre a temática da garantia de direitos. Sou brasileira, sou mulher e sou lésbica. Tenho muito o que denunciar. Mas como vir aqui e não derramar o meu coração entre vocês? Como estar diante de mulheres tão fantásticas e não doar o que está latente em meu coração? Optei, então, por transbordar esperança.

No dia 15 de março, eu fui às ruas. Fui sozinha. Queria experimentar as pessoas que estavam ali. Peguei a passeata já caminhando e vim até aqui. E tive uma epifania: havia uma pulsão por mudança, as pessoas sorriam, com bandeiras em punho e, com gritos de guerra, se abraçavam. Ali, naquele 15 de março tão recente, meu coração se encheu de esperança.

Existe uma matriz teológica em nós que trata do futuro. O tempo linear, esse de princípio e fim, é sabidamente judaico. Temos um passado, vivemos o presente, mas contamos com o futuro. Na teologia podemos chamar isso de escatologia, que é a doutrina que trata do destino final do ser humano e do mundo. Ela é pensada no final como final, os últimos eventos, mas podemos pensá-la em uma dimensão menor desses pequenos finais que experimentamos. Quando mencionam a reforma da previdência, é escatologia que me vem à mente: é tirar do humano a sua dimensão de esperança em relação ao futuro, e isso é perverso.

É assim que compreendemos a vida, construindo o futuro, criando filhos para o futuro, poupando para o futuro, cuidando da saúde para o futuro. A previdência social diz respeito a nossa forma de nos relacionarmos com o mundo, compreendem? É o plantar hoje para colher amanhã. Meu Deus, eu quero gritar: querem tirar a nossa esperança! Então, vem ao mundo uma mulher, e ao pé do meu ouvido diz: “Não, subverta esses planos”. Que mulher é essa? “Quero conhecer”, você pode estar pensando. Seu nome é Rute. Mulher pobre, viúva, sem filhos, estrangeira, o que de pior podia haver nos tempos do Antigo Testamento. À sua época regia uma lei, dessas para reforma da previdência alguma botar defeito, a Lei do Levirato. Peço licença então para abrir a Bíblia.

Segurem-se nas cadeiras para não passarem mal. Para quem é familiarizado, o texto é de Deuteronômio 25: 5-10. Lei do Levirato: “Se dois irmãos morarem juntos e um deles morrer sem deixar filhos, a sua viúva não se casará com alguém de fora da família. O irmão do marido se casará com ela e cumprirá com ela o dever de cunhado. O primeiro filho que ela tiver, levará o nome do irmão falecido para que seu nome não seja apagado de Israel. Se, todavia, ele não quiser se casar com ela, ela irá aos líderes do lugar, à porta da cidade, e dirá: 'O irmão do meu marido está se recusando a casar comigo. Ele não quer cumprir para comigo os deveres de cunhado'. Os líderes da cidade o convocarão, conversarão com ele. Se ele insistir em dizer que não quer se casar com ela, a viúva do seu irmão se aproximará dele na presença dos líderes, tirará uma das sandálias, cuspirá no seu rosto e dirá: 'É isso que se faz com homem que não perpetua a descendência do seu irmão’”.

Estamos falando de uma lei que, basicamente, queria garantir o direito à propriedade, ou seja, uma lei que versava sobre uma preocupação com o futuro. Rute não conseguiu subverter essa lei, mas, como meio de sobrevivência em uma realidade cultural que não era dela, ela fez uma aliança com sua sogra.

Culturalmente, vemos a relação entre nora e sogra como conflituosa. “Ah, mulheres são amigas, mulheres são confidentes, mulheres fazem aliança.” Para mim, uma das passagens mais preciosas do texto bíblico é essa na qual Rute, abrindo mão de sua terra, de seu povo, de sua cultura, volta-se para sua sogra Noemi e diz: “Não insista comigo que te deixes e não mais te acompanhe. Aonde fores, eu irei, onde ficares, ficarei. O teu povo será o meu povo, o teu Deus será o meu Deus. Onde morreres, morrerei, e ali serei sepultada. Que o senhor me castigue com todo o rigor se outra coisa, senão a morte, me separar de ti”. É assim que a Bíblia vem ganhando sentido para mim, contando histórias de resistência em meio a páginas patriarcais. Ao subverter a apologia, aquela produzida por senhores perversos que nos consideraram e consideram cidadãos de segunda categoria, eu adentro um terreno sombrio e, como a teóloga Marcella Althaus-Reid me ensinou, “vou ali, levantando a saia de Deus, produzindo uma teologia sem roupas íntimas”. E esse desejo pela subversão das leis que regem a espiritualidade, meu corpo, meu sexo me impulsiona a não parar. Por isso, como Rute, faço um convite a cada qual de vocês: subvertam, subvertam suas relações, as imposições sobre as suas experiências, as leis que nos aprisionam. Como? Olhem para Frida e Chavela – sororidade, que tanto foi falado aqui. Assim como Rita caminhou com Noemi, Frida caminhou com Chavela, e eu caminhou com vocês nesta noite. “Companheira, me ajude, que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor.”

Termino minha reflexão com um poema, agora de uma teóloga feminista, de uma das mulheres que mais admiro nesta vida, uma pastora metodista: Nancy Cardoso. Está num livro de outro querido também: André Musskopf, *Viadagens teológicas*. (– LÊ:)

“Me ensinaram a sentar sempre de perna fechada/ etiqueta, selo, lacre/ vão das pernas que nunca foi meu./ Me ensinaram a abri-las para um homem/ aliança, cartório, meu bem!/ Arrendada pra procriação./ Me ensinaram a ficar sempre de boca fechada/ falar baixo, com jeito, graciosa/ virgindade nas cordas vocais./ Estupro, abuso, abandono/ balbucio monólogo aflito/ grávida de não saber dizer “não!”/ Kairós! Abro as pernas,/ a grande boca de pequenos lábios,/ e aborto por decisão./ Reassumo o vão entre as pernas/ reforma agrária do meu próprio chão./ Gravidez? Só em estado de graça.../ nunca mais filhos de aflição./ Mais que as pernas... quero abrir minha boca/ Estrear minhas cordas vocais:/ Eis o tempo de salvação!”

Agradeço a presença resistente de cada uma de vocês e aos irmãos da igreja, porque sou dessas evangélicas. Queria falar da presença do Zé Barbosa, que é um teólogo feminista, e dedicar esta fala a uma pessoa que está aqui entre vocês e por quem estou arrastando um bonde. Sou dessas apaixonadas, mas ela é heterossexual – o bicho está pegando para o meu lado. Por isso, conto com a benção de vocês: orem por mim, queridas. Beijo a todas.

A presidente – Muito obrigada, Ana.

Debates

A presidente – Vamos agora garantir a palavra às pessoas que se inscreveram. Peço à consultoria que me entregue as inscrições. Duas pessoas se inscreveram, uma delas é a Tânia Stork, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Governador Valadares. Você quer levar a Dona Jandira lá, não é, Tânia? Pode levar, vai valer a pena, vai lotar a praça em Governador Valadares.

A Sra. Tânia Maria Maia Stork – Boa noite a todas e a todos. Cumprimento a deputada Marília Campos, que já é companheira de luta e em cuja pessoa cumprimento a Mesa. Amei sua fala antes de iniciar a minha, companheira. Sou metodista. Tânia Stork, metodista de Governador Valadares.

É só um resumo de uma situação que, quando cheguei aqui, já estava acontecendo. Vi algumas pessoas ansiosas a respeito da questão do miolo de pão do absorvente. Eu já estava a par dessa situação, e ela acontece no Brasil todo. Em Valadares, fui confrontada com ela porque, na época, eu estava também no Conselho de Direitos Humanos. Fui verificar e, quando cheguei à cadeia, comprovei que realmente acontecia, as mulheres usavam miolo de pão. Só que sou dessas que arruma confusão: corri atrás de

resolver, de procurar uma solução. Fizemos um grupo, Mulheres em Movimento, Mais Mulheres no Poder, que, junto com o conselho, fomos para as ruas, chamamos a comunidade e conseguimos fazer com que muitos – as igrejas, de um modo geral – abraçassem a causa.

Conseguimos quebrar um pouco do preconceito. Mas é muito triste ter de entrar e explicar essa situação em uma igreja e nas escolas, como tivemos de fazer, mostrando qual era a real situação das mulheres no sistema prisional. Mas fizemos isso. E estamos fazendo ainda. Tanto é que retomamos agora. Fizemos caixas e mais caixas, muitas caixas, que fomos deixando no comércio e depois passávamos recolhendo os absorventes. O comércio recebia os absorventes e, depois, nós os levávamos para a penitenciária. (– Soa a campanha.) Pedi para me avisarem, gente. Adoro microfone.

Está sendo uma experiência muito boa para nós. Foi triste constatar essa realidade, mas tem jeito de fazermos algo, sim. Dá trabalho, mas conseguimos movimentar, articular, e continuamos a fazer caixas e mais caixas, levando-as para o comércio, para as igrejas e recolhendo-as. Inclusive, há caixas nossas em Ipatinga, porque algumas pessoas pediram que as levássemos para lá, e estamos levando. É só mesmo para dar um estímulo e dizer que há jeito de conseguir fazer algum movimento positivo contra uma coisa tão negativa.

A presidente – Obrigada, Tânia. Com a palavra, Felipe Diehl, da Direita Gaúcha.

O Sr. Felipe Diehl – Boa noite a todos. Sou Felipe Diehl, do Direita Gaúcha. Aqui, como é um debate contra o machismo, não vi ninguém representar o machismo. Estou eu aqui representando o machismo, inclusive coloquei no meu crachá o nome machista. O machismo foi bom para a sociedade, sempre foi, sempre defendeu as mulheres. Hoje veremos quem são os agressores. Hoje veremos quem são os intolerantes. Pois bem, minha fala será rápida.

A minha cultura me exige chamar-lhe de senhor. O Sr. Sayonara falou sobre morte de LGBTs, mas ele não disse que 50% das mortes de LGBTs são praticadas por seus próprios parceiros, ou seja, outros LGBTs. Disso, pode-se concluir, proporcionalmente, que a população que mais mata é a população LGBT. A população LGBT, os casais LGBT são os mais violentos. Dados de suas instituições. Trago apenas uma outra releitura dos dados. Dados das suas instituições.

A última vez que peguei o microfone foi em um evento do PCdoB, no qual fomos agredidos. A deputada federal Jô Moraes, que estava presente e não está mais, presenciou a agressão à Fernanda Sales. Até agora não vi a deputada federal Jô Moraes se manifestar a respeito, por que uma jornalista, uma mulher, foi gravemente violentada no último evento do PCdoB, e ela não se manifestou. Ela deveria aproveitar esta oportunidade para tal.

Boa noite a todos.

A presidente – Por último, convido Maria das Dores para fazer um agradecimento. Depois passaremos a palavra às componentes da Mesa para fazerem suas considerações finais.

A Sra. Maria das Dores Nunes Lopes de Sousa – Boa noite novamente. Agora, estou aqui especificamente para agradecer. Acredito que, em uma oportunidade tão brilhante como esta, não poderíamos sair sem agradecer e sem nos comprometer também de, lá fora, repensar a nossa postura.

Na oportunidade, parabenizo toda a Mesa, todos os colegas participantes e, em especial, você, Marília. Realmente, o evento nos engrandeceu muito por ser de uma qualidade singular. E gostaria de fazer minhas as palavras da ministra.

Há 10 anos faço um trabalho voluntário em três grupos de prevenção do câncer de mama: Toque de Amor, Mamamiga e Aconchego, no Ipsemg. Uma amiga, uma irmã do coração me falou, quando estava em fase terminal, exatamente há 10 anos: “Maria das Dores, por que será que as mulheres todas não se reúnem e votam nas mulheres?”. Essa foi a mensagem de uma pessoa que não está aqui mais. Precisamos repensar por que as mulheres não estão preocupadas em se colocar nos lugares que precisamos ocupar. Boa noite. Muito obrigada. Que Deus abençoe a todos.

A presidente – Quero convidar a Sayonara para fazer sua consideração final. Antes de passar a palavra, quero dizer a todas do meu constrangimento, da minha indignação. Não posso devolver a palavra para a Mesa diante da provocação feita por esse senhor que interveio por último, que, na minha opinião, não apenas expressou uma posição diferente, mas, mais do que isso, desrespeitou, em particular, todos nós e todas nós que estamos aqui. Então, fica o meu protesto ao desrespeito desse senhor que fez a sua intervenção.

Convido a Sayonara para fazer sua consideração final.

A Sra. Sayonara Nogueira – Eu queria direito de resposta, mas ele não me deu. Não é a primeira vez que ele me ataca, já é a segunda ou a terceira vez que ele me ataca aqui e em outros seminários. Já estou acostumada com a forma como eles agem. Eu me acostumei com a forma como eles agem. Ele se retirou. Quem tem de decidir se sou senhor ou senhora sou eu mesma, não é a sociedade e não é um juiz. Tenho o direito de ser quem eu sou.

Agradeço imensamente às deputadas que organizaram este evento. Peço que façam mais, que façam seminários para debater não só as questões do movimento trans, do movimento dos travestis, mas também a questão do movimento LGB. Muitas lésbicas estão sendo assassinadas e sofrendo estupros “corretivos”. Essa é a provocação que deixo para vocês que estão ocupando esse espaço de poder no Legislativo: provoquem mais e tragam mais a população aqui para dentro.

Quero quebrar o protocolo e mandar um beijo para minha amiga Haney, que é uma mulher trans empoderadíssima aqui de Belo Horizonte.

A presidente – O Magno Rosa pediu para falar. Quero fazer uma provocação, porque estou incomodada com uma pergunta. Se alguém quiser respondê-la... Se não quiserem, não falem. “Nós conseguimos avançar muito nos nossos direitos, embora queiramos continuar lutando para avançar ainda mais. Avançamos nos direitos, e aumenta também a violência, porque a violência aumentou. E não só a violência física, mas a violência psicológica.” Nas considerações finais, se quiserem colocar um posicionamento sobre isso, será importante. Sempre somos questionados sobre isso. Já pude perceber que essa não é uma questão consensual entre nós, por isso será importante se alguém quiser se manifestar a esse respeito.

Com a palavra, Rosana.

A Sra. Rosana Leite Antunes de Barros – Quero agradecer à deputada o convite. Estarei sempre à disposição. Também quero parabenizá-la por fomentar este debate tão importante.

Vou falar do aumento da violência. Não acho que houve aumento da violência. As estatísticas aumentaram porque leis afirmativas surgiram, e, hoje, as mulheres têm a possibilidade de buscar o amparo do Poder Judiciário, da Defensoria Pública, do Ministério Público e das delegacias de polícia, porque existem leis que amparam as mulheres. É por isso que essas estatísticas aparecem.

A situação que presenciamos aqui era esperada, porque quando combatemos e enfrentamos o machismo enxergamos de perto a violência. É por isso que digo que a estatística não aumentou, está apenas aparecendo. Ela veio à tona, e os machistas vieram à tona também, em razão das leis afirmativas e do fato de que, hoje, as mulheres apareceram e mostraram a cara. O ano de 2015 foi conhecido como o ano da primavera das mulheres, que mostraram para que vieram. Elas mostraram todo o abuso sexual e tudo o que já passaram na infância, na adolescência e na fase adulta, mas precisamos de mais.

O dia foi lindo. Foi um dia lindo de debate e apresentação cultural, mas, ao final, infelizmente, vemos que existem pessoas que não estão prontas para esse empoderamento não só da mulher, mas também do gênero feminino. A Sayonara expôs muito bem toda a situação e grandemente nos brilhou com a sua apresentação. Muito obrigada.

A presidente – Muito obrigada, Rosana. Alguns precisam desse tipo de palanque que dá visibilidade a muitos conservadores sem visibilidade. É uma forma de carregar o machismo e também de aparecer para o público. Nem quis retrucá-lo para não ser plateia de uma postura tão desrespeitosa.

Com a palavra, Eneida, para as suas considerações finais.

A Sra. Eneida Ferreira da Costa – Primeiramente quero agradecer à coordenação deste evento, deste ciclo de debates, à deputada Marília Campos, por ter aberto este espaço ao Coletivo de Mulheres da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Não posso deixar de registrar o meu repúdio à atitude do machista que aqui esteve para manchar o nosso evento tão brilhante. Aliás, de forma covarde, ele se retirou antes que a Sayonara pudesse lhe dar a devida resposta. Apesar disso, o nosso ciclo de debates foi muito lindo. Saí daqui melhor do que entrei porque conheci pessoas maravilhosas e tive oportunidade de aprender muito. Mais uma vez, agradeço às deputadas e às minhas bravas companheiras do nosso Coletivo de Mulheres.

A presidente – Obrigada, Eneida. Antes de passar a palavra à Sandra, quero lembrar que essa experiência de organização de espaços de coletivos de mulheres é muito estimulada pela política pró-equidade de gênero e raça, que foi uma política da Secretaria de Políticas para Mulheres.

Ninguém falou sobre isso, mas estou divulgando. Essa política acontece no BDMG, na Copasa, na Cemig e, felizmente, começa a germinar aqui, na Assembleia Legislativa. Considero-a muito importante. Quero ressaltar a importância de as servidoras estarem presentes não apenas para lutar contra a discriminação institucional, que sei que existe, mas também para dar forças às mulheres que são parlamentares aqui, porque presenciam o tempo todo o constrangimento a que somos submetidas. Parabéns pela organização e contem com a gente nessa luta.

Registro a presença do deputado estadual Rogério Correia, que está conosco para apoiar a PEC nº 16 e a formação da frente de parlamentares em defesa dos direitos das mulheres. Deputado, contamos com o seu apoio.

Convido a Sandra a fazer suas considerações finais.

A Sra. Sandra Margareth Silvestrini de Souza – Agradeço a todas as mulheres componentes da Mesa o privilégio de dividir e compartilhar com vocês este painel, este momento. Sinto-me muito honrada. Acredito que foi um dia maravilhoso. Na minha fala, comecei comentando que tinha sido um dia difícil. Na verdade, estou virada, sem dormir. Era uma filha sendo operada hoje cedo e outros problemas, portanto peço desculpas, pois, na hora em que fiz minha apresentação, posso ter embolado um pouco o assunto.

No entanto, saio daqui mais orgulhosa ainda, pois sou filha de uma mulher negra. Sou daquelas que as pessoas, em vez de chamarem de negra, chamam de parda. E aí chegamos aqui e vemos mulheres negras brilhantemente ocupando cargos públicos, antes restritos a homens, mulheres defensoras, professoras. Acho que para ele, um machista declarado e orgulhoso, foi uma dose a mais, sofreu muito. Ele não se aguentou. Pedi na hora, pois eu estava sem *a hashtag* na mão. Acho que poderíamos tê-la levantado, mas para ele não serviria, porque já se declarou machista. Porém, se eu a tivesse na mão, usaria sim. Não sou obrigada a conviver com essa fraqueza dele de não conseguir lidar com o empoderamento da mulher, com o dia em que as mulheres brigaram e fizeram um evento tão importante como o de hoje.

Muito obrigada a todas, em especial à Marília, porque falei sobre a reforma. Quero ressaltar o trabalho importantíssimo que você está fazendo de realmente ir a campo, ao metrô e ensinar a população o que está mudando. Acho que isso tem feito a diferença. Você tem mostrado a muitas pessoas o que está por trás dessas reformas. São pessoas que não estavam entendendo bem e agora estão se movendo. Obrigada a todos e a todas por este dia tão especial.

A presidente – A Rosana me cutucou aqui, a gente ficou meio assim, eu também fiquei meio assim. Você gritou lá. Eu não sabia. Como a situação intimida, constrange, paralisa! Mas a gente não se paralisa permanentemente. O importante é reagir. A gente está reagindo. Vamos sair daqui com uma nova disposição. Acho que foi isso mesmo: ele não se aguentou. Com a palavra, Ana Ester.

A Sra. Ana Ester Pádua Freire – Agradeço novamente a oportunidade. Se eu fosse fumante, esta é a hora em que eu acenderia um cigarro e relaxaria – graças por este momento único. Mais do que ele ter falado, fico preocupada com o que ele falou. Deixa para mim a mensagem final: a gente tem de rever o nosso feminismo. O nosso feminismo precisa ser um transfeminismo. Essa

tem de ser a pauta latente, a agenda do nosso feminismo, pelas travestis e pelas transexuais; tem de ser o *top* das nossas conversas neste momento.

Então por Sayonara, por Haney, por Sissy Kelly, que vai comemorar o aniversário sábado lá na igreja, e por tantas outras por quem meu feminismo pulsa nesta hora. Beijos.

A presidente – Obrigada, Ana. Por último, a Nilma.

A Sra. Nilma Lino Gomes – Boa noite a todas. Agradeço o convite e por estarmos aqui até esta hora. Quero reiterar os cumprimentos à deputada Marília pelo seu trabalho. Eu a cumprimento não só pela organização do ciclo, mas por todo o trabalho que vem fazendo como deputada e como mulher deputada, mostrando que nós, mulheres, quando estamos na política, fazemos diferente e fazemos a diferença. Queria agradecer à deputada e homenageá-la neste momento, nesta noite, por ser tão corajosa e nos representar tão bem aqui na Assembleia Legislativa.

Com relação às considerações, quero reiterar o que a deputada Rosângela Reis falou, quando foi sugerido aqui o mutirão de ajuda às mulheres encarceradas por parte da comissão de mulheres deputadas, para que possam visitar os presídios. O Estado tem de ser cobrado. Ele precisa assumir a obrigação de cumprir aquilo que é direito dessas mulheres encarceradas. Não retiro a nossa mobilização, porque acho que ela é importante e solidária, mas quero reforçar que o Estado tem responsabilidades, que o Estado tem de ser responsabilizado. Temos de fazer isso.

Com relação ao que a Marília colocou sobre essa reação de violência e de raiva, concordo com minha colega que hoje temos mais políticas afirmativas, políticas para as mulheres. Estamos denunciando mais. Porque estamos denunciando mais, estamos conseguindo dados, por mais difícil que seja conseguir os dados de um modo geral na questão de gênero, incluindo as mulheres trans e a população LGBT. Essas denúncias possibilitam que esses dados sejam colhidos e possamos pressionar o Estado, por meio das políticas públicas. É isso que está acontecendo.

Por outro lado, há uma outra questão. O que está acontecendo quanto às denúncias, ao aumento da violência, a essa cultura da raiva e do ódio que temos visto, acho que é proporcional ao que já mudamos e mexemos com a sociedade. Essa raiva é proporcional ao tanto que já desbancamos relativamente a esse mundo machista, violento, LGBTfóbico que temos. A sociedade continua sendo conservadora. Lutamos, mas a sociedade continua sendo patriarcal, continua sendo racista, machista e LGBTfóbica. Essas questões são estruturais. Elas não são de relações interpessoais. Quando esse senhor chega aqui à frente e produz essa fala toda raivosa e desrespeitosa, ele representa grupos da nossa sociedade que pensam assim. E muitos pensam assim. Esses grupos estão até mesmo no parlamento; pensam assim e bloqueiam as pautas das mulheres, as pautas de gênero e as pautas da população LGBT, as pautas dos negros e das negras.

Terminando, queria dizer que aquilo que vimos aqui ao final, quanto a essa raiva e a esse ódio destilado por esse senhor, mostra para a gente o quanto ainda temos de lutar nesse “transfeminismo”, como a colega disse, ao ponto de conseguir transformar esses machistas, racistas, LGBTfóbicos numa espécie em extinção. Temos de lutar para que essa espécie seja extinta e que possamos reconstruir nossa sociedade. Estamos num momento de muito retrocesso democrático.

Justamente nesse momento de retrocesso democrático, e quando estamos em um momento de luta pela democracia, nós nos empoderamos. E quando aqueles e aquelas que são considerados excluídos, discriminados, se empoderam na sociedade, quando a sua voz aparece, nesse momento de golpe que estamos vivendo e de um retrocesso democrático, a ala conservadora, a ala “direitosa”, a ala machista, racista, LGBTfóbica, também se sentindo empoderada, faz o que vimos aqui, que não é uma questão de negar o direito da fala, mas é para que vejamos o que é a violência machista. Assim como ali foi uma fala, um discurso contra nós e contra a Sayonara... Não foi só contra a Sayonara, porque mexeu com uma, mexeu com todas. Se tivéssemos de responder, todas íamos responder a ele, não somente a Sayonara. O que dá coragem a essa pessoa de vir aqui e invadir esse espaço, em que estamos discutindo justamente aquilo que historicamente os machistas têm feito na nossa sociedade, é justamente essa onda neoconservadora

que estamos vivendo no Brasil. Digamos assim: essas pessoas estão saindo das cascas e se sentindo no direito de invadir os nossos próprios espaços.

Um exemplo do tema da Mesa é esse machismo institucionalizado. Acho muito sério esse ódio que vimos naquela fala direcionada não só para a Sayonara, mas para todas nós, porque esta é uma das Mesas mais diversas de que participei. Temos aqui a representação de vários tipos de mulheres. Isso é raro encontrar em qualquer debate, inclusive nas nossas conferências de mulheres, deputada Marília Campos. É difícil encontrar uma Mesa como essa. Esse ódio que ele destilou na fala e no discurso... Se ele tivesse uma arma, atiraria; se tivesse uma faca, mataria. Por isso o tema da Mesa é muito sério. Temos de sair daqui mais fortalecidas e entendendo que não podemos ficar sozinhas, não podemos deixar que mexam com uma, sem entender que mexeram com todas nós. Muito obrigada.

A presidente – Muito obrigada, Nilma. Vamos encerrar. Dá até vontade de continuar debatendo, mas amanhã temos um dia importante pela frente. O mês de março, esse mês de luta feminista, de luta política, de luta em defesa dos direitos não termina hoje. O mês de março termina amanhã. Certamente amanhã os trabalhadores e as trabalhadoras estarão nas ruas, no final da tarde, para lutarmos contra a reforma da previdência, contra a terceirização e em defesa dos direitos. Todos e todas se sintam convocados para estar nas ruas amanhã, a fim de darmos continuidade a essa luta.

Não poderia finalizar sem, em primeiro lugar, agradecer a todos e a todas que estiveram presentes neste evento, não só às que estão aqui, mas a todos que participaram desde o início, no processo de preparação do evento, que não foi tarefa fácil. Construir consensos é sempre muito difícil. Desde dezembro, acho que fizemos umas dez reuniões para construir a temática. Não é, Bebelá? Foi um processo de construção.

Lembrem dos que disserem: “Ah, não participei porque não sabia”. Quem quiser participar, entidades, organizações sociais, deixem o contato com a Consultoria e, na época certa, iremos convidar as pessoas para a preparação dos debates, das temáticas, das convidadas. É importante haver um processo de preparação para dialogarmos na construção do processo de mobilização. Agradeço a todos e a todas que participaram aqui e no processo de preparação. Agradeço também aos servidores, às servidoras e à Consultoria da Assembleia, que tem uma paciência de Jó para nos acompanhar e fazer com que este evento fosse o sucesso que acredito que foi.

Sem a presença e esse compromisso dos servidores e das servidoras da Assembleia, teria sido muito mais difícil. Então quero agradecer a todos.

Por último, quero dizer que marca este mês de março, além das reflexões que fizemos aqui na Assembleia, um punhado de encontros, de debates que discutem a questão da mulher, a questão do golpe, as questões dos direitos sociais. Então é um mês que foi marcado pela luta. E quem iniciou o mês de março lutando foram as mulheres, no dia 8, que saíram às ruas debaixo de chuva – você inclusive arrancou sua unha. Tomamos muita chuva naquele dia, mas a chuva só serviu para nos dar mais energia para continuarmos esta luta. E felizmente, a partir daquele dia 8, muitas mobilizações engrossaram. Dessa forma, mudamos um pouco a tradição aqui na Assembleia, porque o 8 de março era apenas para entregar medalhas. Podem continuar entregando medalhas, podem continuar entregando plaquinhas, mas, além disso, queremos fazer as nossas reflexões. Queremos que este espaço seja de crescimento, de reflexão, de solidariedade, de encontro e também de ganhar energia para poder lutar.

Então saio daqui com mais esperança. O que nos marca aqui, Ana Ester, é esperança, como você disse, otimismo e – alguém mais disse; você, Rosana – solidariedade. Acho que, com o feminismo e o movimento de mulheres feministas ou não, o importante é que as mulheres se movimentem e sejamos mais solidárias entre nós. Mexeu com uma, mexeu com todas.

Então parabéns a todas nós. Muita luta!

Agradeço a honrosa presença de todos que estiveram aqui e daqueles que nos assistem pela TV Assembleia – continuem ligados na luta das mulheres, na luta pelos nossos direitos. Valeu. Obrigada.

Encerramento

A presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 4 de abril, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/3/2017**

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Glaycon Franco, Dilzon Melo e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.692, 6.180, 6.201, 6.202, 6.204 e 6.207 a 6.209/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 7.700/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Contagem para debater os investimentos necessários à recuperação do Parque Fernão Dias. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 7.701/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a poluição química do Rio Paraopeba, afluente do Rio São Francisco;

nº 7.702/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a poluição da Lagoa da Pampulha;

nº 7.703/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o rompimento do duto de rejeito da Vale que atingiu rios no Estado em vazamento no dia 13/3/2017;

nº 7.704/2017, do deputado Geraldo Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater as causas e os impactos ambientais do rompimento de um duto de rejeitos da Mina de Fábrica, da Vale, em Ouro Preto.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2017.

Glaycon Franco, presidente – Marília Campos – Thiago Cota – André Quintão.

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/4/2017**

Às 10h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Hely Tarquínio, Bonifácio Mourão, Durval Ângelo, Isauro Calais e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Doutor Jean Freire. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.748/2013, 3.909, 3.913, 3.943, 3.944, 3.954 e 3.962/2016, 3.983, 3.989, 3.999, 4.002, 4.006, 4.018, 4.037, 4.044, 4.046, 4.052, 4.056, 4.064, 4.069, 4.078, 4.087, 4.099 e 4.100/2017 (deputado Bonifácio Mourão); 3.932/2013, 3.972 e 3.934/2016, 3.977, 3.991, 4.031, 4.058, 4.082 e 4.088/2017 (deputado Durval Ângelo);

3.450/2012, 3.919, 3.928, 3.953, 3.956, 3.966, 3.968 e 3.973/2016, 3.987, 3.995, 4.005, 4.009, 4.028, 4.032, 4.036, 4.041, 4.042, 4.047, 4.062, 4.067, 4.074, 4.075 e 4.085/2017 (deputado Hely Tarquínio); 3.908, 3.915, 3.926, 3.932, 3.948, 3.955 e 3.967/2016, 3.975, 3.993, 3.998, 4.001, 4.012, 4.045, 4.055, 4.065, 4.071, 4.077, 4.084, 4.096 e 4.097/2017 (deputado Isauro Calais); 3.906, 3.921, 3.922, 3.923, 3.929, 3.937, 3.941, 3.952, 3.957, 3.958, 3.964, 3.969, 3.970 e 3.971/2016, 3.974, 3.980, 3.981, 3.986, 3.988, 3.990, 3.996, 4.004, 4.010, 4.011, 4.015, 4.017, 4.021, 4.024, 4.053, 4.059, 4.060, 4.073, 4.083 e 4.094/2017 e Projeto de Lei Complementar nº 62/2017 (deputado Leonídio Bouças); 3.781/2013, 3.918, 3.930, 3.942, 3.951, 3.961 e 3.965/2016, 3.976, 3.979, 3.982, 3.994, 4.000, 4.008, 4.014, 4.030, 4.033, 4.038, 4.043, 4.051, 4.061, 4.068, 4.070, 4.076, 4.079 e 4.095/2017 (deputado Luiz Humberto Carneiro); e 3.907, 3.917, 3.931, 3.936, 3.959 e 3.960/2016, 3.984, 3.992, 3.997, 4.013, 4.020, 4.022, 4.040, 4.057, 4.066, 4.072 e 4.098/2017 (deputado Roberto Andrade). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado requerimento do deputado Leonídio Bouças solicitando que o Projeto de Lei nº 3.875/2016 seja apreciado em primeiro lugar nesta fase. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.875/2016 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças). Na fase de discussão dos pareceres dos relatores mencionados entre parênteses, que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei Complementar nº 19/2015 e do Projeto de Lei nº 1.292/2015 (deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição); e dos Projetos de Lei nºs 62/2015 (deputado Hely Tarquínio, em virtude de redistribuição); 445/2015 (deputado Isauro Calais, em virtude de redistribuição); e 1.071/2015 (deputado Durval Ângelo, em virtude de redistribuição), todos no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Bonifácio Mourão. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 774/2015 na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Bonifácio Mourão. Registra-se a entrada do deputado Sargento Rodrigues. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Isauro Calais, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.116/2017, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Sargento Rodrigues. Na fase de discussão dos pareceres dos relatores mencionados entre parênteses, que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 4.120 e 4.121/2017 (deputado Isauro Calais), com a Emenda nº 1, ambos no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Sargento Rodrigues. Os pareceres sobre o Projeto de Lei nº 4.092/2017 e o Projeto de Lei Complementar nº 7/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Durval Ângelo, sendo do segundo em virtude de redistribuição. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 3.312 e 3.913/2016, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Leonídio Bouças. São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Passos o Projeto de Lei nº 3.919/2016, à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Ponte Nova o Projeto de Lei nº 3.966/2016 (relator: deputado Hely Tarquínio); à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e ao autor o Projeto de Lei nº 3.922/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças); à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 3.934/2016 (relator: deputado Durval Ângelo); à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o Projeto de Lei nº 3.959/2016 (relator: deputado Roberto Andrade); e à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 3.967/2016 (relator: deputado Isauro Calais). Registra-se a saída do deputado Durval Ângelo. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 733/2015, 3.906, 3.921, 3.937, 3.958, 3.964/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças); 3.882, 3.915, 3.926, 3.932, 3.972/2016 (relator: deputado Isauro Calais, sendo o 1º e 5º em virtude de redistribuição); 3.917, 3.931, 3.936/2016, 4.013, 4.098/2017 (deputado Roberto Andrade). São convertidos em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 3.929, 3.941, 3.957, 3.971/2016; à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações

Institucionais e ao autor o Projeto de Lei nº 3.952/2016; e à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais os Projetos de Lei nºs 3.969 e 3.970/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças); ao autor o Projeto de Lei nº 3.960/2016 (relator: deputado Roberto Andrade); e ao autor o Projeto de Lei nº 4.097/2017 (relator: deputado Isauro Calais). Registra-se a saída do deputado Leonídio Bouças. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 3.928, 3.956 e 3.973/2016 (relator: deputado Hely Tarquínio). É convertido em diligência ao autor o Projeto de Lei nº 3.953/2016 (relator: deputado Hely Tarquínio). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 3.944/2016 e 4.099/2017, em turno único, deixam de ser apreciados em virtude de encerramento da reunião por falta de quórum. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2017.

Hely Tarquínio, presidente – Durval Ângelo – Bonifácio Mourão – Isauro Calais – Sargento Rodrigues – Roberto Andrade.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/4/2017

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Arnaldo Silva, Dirceu Ribeiro, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica a renúncia do deputado João Leite como membro efetivo da comissão e a indicação do deputado Sargento Rodrigues para a vaga. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 3.522/2016, no 1º turno (deputado Arnaldo Silva), Projeto de Lei nº 3.424/2016, no 1º turno (deputado Cristiano Silveira), Projetos de Lei nºs 3.675/2016, no 1º turno, e 3.985/2017, no 1º turno (deputado João Magalhães). Registra-se a presença do deputado Tadeu Martins Leite. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.613/2016 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Dirceu Ribeiro); pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.498/2015 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde (relator: deputado Cristiano Silveira); 3.664/2016 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Arnaldo Silva). O Projeto de Lei nº 3.876/2016 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.611/2017. Nesse momento, retira-se da reunião o deputado Tadeu Martins Leite, e registra-se a presença do deputado Cristiano Silveira. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.709 e 7.710/2017. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.842/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais pedido de providências para que seja enviado a esta Casa projeto de lei com a finalidade de instituir o cargo de analista fazendário, transformando os cargos de técnico e analista fazendário de administração e finanças nesse novo cargo, acompanhado de parecer opinativo da Advocacia-Geral do Estado sobre a constitucionalidade da transformação e seu impacto financeiro;

nº 7.843/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais pedido de providências para que seja encaminhado a esta Casa projeto de lei que permita aos servidores contratados da Universidade Estadual de Minas Gerais concorrer novamente ao processo seletivo simplificado sem que haja a obrigação de cumprir o interstício de 24 meses para a participação;

nº 7.845/2017, dos deputados João Magalhães, Sargento Rodrigues, Dirceu Ribeiro, Cabo Júlio e Arnaldo Silva, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.135/2017, do governador do Estado, e projetos correlatos que tratam da criação de fundos;

nº 7.846/2017, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a suspensão do funcionamento de postos de fiscalização da Receita Estadual e sua eventual extinção, bem como o fechamento de unidades da SEF-MG e outras estruturas de fiscalização no Estado;

nº 7.851/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulada manifestação de repúdio pela conduta da Sra. Bárbara Livio, juíza de direito da Comarca de Januária, por entrar em contato com o serviço 190 e solicitar a disponibilização de viatura para levá-la do fórum para a sua residência;

nº 7.854/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à presidência e à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pedido de providências para apurar a conduta da Sra. Bárbara Livio, juíza de direito da Comarca de Januária, por entrar em contato com o serviço 190 e solicitar a disponibilização de viatura para levá-la do fórum para a sua residência, bem como por desacatar e humilhar policiais militares, em total abuso de autoridade.

É ratificada, pelos deputados João Magalhães, Arnaldo Silva, Sargento Rodrigues e Dirceu Ribeiro, a realização da audiência pública objeto do Requerimento de Comissão nº 5.183/2016, nos termos do art. 73. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2017.

João Magalhães, presidente – Cristiano Silveira – Sargento Rodrigues – Gustavo Valadares.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/4/2017

Às 15h33min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro (substituindo o deputado Neilando Pimenta, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência) e o deputado Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 7.844/2017, das deputadas Marília Campos, Ione Pinheiro e Celise Laviola, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater o Projeto de Lei nº 4.092/2017, que institui sistema de reserva de vagas e o Programa de Assistência Estudantil na Uemg e na Unimontes e dá outras providências. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente – André Quintão – Marília Campos.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/4/2017

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Jorge, Léo Portela e Missionário Márcio Santiago, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.753/2016, em turno único, do qual designou como relator o deputado Dilzon Melo. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.849/2017, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado à Mesa da Assembleia pedido de providências para que sejam indicados os nomes do deputado Léo Portela, como titular, e do Sr. Cleiton Camilo Dutra, como suplente, para compor o Conead nas vagas destinadas à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

nº 7.850/2017, do deputado Missionário Marcio Santiago, em que requer seja encaminhado pedido de providências à Subsecretaria de Políticas sobre Drogas para efetuar o pagamento referente aos termos aditivos celebrados com as entidades conveniadas que compõem a Rede Complementar de Suporte Social, assinados em janeiro de 2014 e até agora não pagos.

Em seguida, registra-se a presença do deputado Noraldino Júnior. A presidência comunica que foram ratificados, pelos deputados Antônio Jorge, Missionário Márcio Santiago e Léo Portela, os Requerimentos de Comissão nºs 7.200, 6.982, 6.892, 6.891, 6.887, 6.092, 5.890, 5.886, 5.887, 5.885, 5.884, 5.189, 5.188 e 5.187/2016, e 3.924, 3.684, 3.331, 2.967, 710, 707, 704, 703, 701 e 700/2015. Em seguida, os membros concordam com a alteração do horário das reuniões ordinárias para as quartas-feiras, às 15h30min, no Plenarinho IV. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2017.

Antônio Jorge, presidente – Léo Portela – Dilzon Melo.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/4/2017

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Paulo Guedes, Elismar Prado e Tadeu Martins Leite (substituindo o deputado Iran Barbosa, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Guedes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Registra-se a saída da deputada Geisa Teixeira. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento das correspondências publicadas no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofício da Sra. Luciana Teles Gomes, procuradora do trabalho (7/10/2016); e dos Srs. Murilo de Campos Valadares, secretário de Transportes e Obras Públicas (4/3/2017) e (19/8/2016); Caio Barros Cordeiro, subsecretário da Secretaria de Casa Civil (27/1/2017) e (23/9/2016); Maurício Paulo Pereira, superintendente de operação centro-oeste (22/12/2016); Georgenor Cavalcante Pinto, assessor do Ministério da Saúde (10/11/2016); Vítor Valverde, secretário municipal de Governo (10/11/2016), (15/10/2016), (14/10/2016), (2/9/2016), (25/8/2016), (13/8/2016), (6/8/2016), (5/8/2016) e (14/7/2016); e Rômulo Thomaz Perilli, diretor de operação metropolitana (29/9/2016). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.885, 5.893 a 5.899, 6.283 a 6.302, 6.307, 6.309 e 6.312/2016; e

6.345 a 6.352, 6.360, 6.369, 6.402 a 6.421, 6.424 a 6.426, 6.440, 6.481, 6.569 e 6.570/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Fred Costa. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.852/2017, do deputado Paulo Guedes, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Januária para debater o selo da Unesco para reconhecimento do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu como patrimônio cultural da humanidade;

nº 7.853/2017, do deputado Paulo Guedes, em que requer seja realizada audiência pública para debater o georreferenciamento no Projeto Jaíba e a situação fundiária nos Municípios de Jaíba e Matias Cardoso;

nº 7.855/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a execução das obras previstas em cronograma da Rodovia BR-040 entre o Anel Rodoviário e o Município de Conselheiro Lafaiete, principalmente em relação à drenagem da pista, à instalação de divisórias, de radares e de tachões luminosos;

nº 7.856/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o convênio entre a Prefeitura de Belo Horizonte e entidades que atuam na conscientização sobre doenças sexualmente transmissíveis;

nº 7.857/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Santana do Paraíso para debater a prestação de serviços das operadoras de telefonia móvel nesse município;

nº 7.858/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a possibilidade de licenciamento de instalação de estação rádio base – antena transmissora de telefonia celular, pela empresa Claro, na Rua Plutão, 11, Bairro Alto Santa Lúcia, no Município de Belo Horizonte;

nº 7.859/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos que podem ser gerados na região da Pampulha com a reativação dos voos no Aeroporto Carlos Drummond de Andrade;

nº 7.860/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a cobrança de multas abusivas dos expositores da feira da Afonso Pena pela Prefeitura de Belo Horizonte;

nº 7.861/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a prestação de serviço por parte da operadora Oi no Município de Vermelho Novo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2017.

Paulo Guedes, presidente – Fabiano Tolentino – João Leite.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/4/2017

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Cristiano Silveira e Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.878/2017, dos deputados Rogério Correia, Cristiano Silveira, Paulo Guedes e Doutor Jean Freire, em que requerem seja realizada visita ao acampamento Alvimar Ribeiro, na Fazenda Norte América, no Município de Capitão Enéas, para verificar a

situação das 650 famílias acampadas no local, tendo em vista a emboscada ocorrida no dia 9 de abril, em que sete integrantes do MST foram baleados quando se dirigiam à sede da fazenda para uma reunião com o administrador do local;

nº 7.879/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja realizada audiência pública para debater a suposta prática de abuso de autoridade e assédio moral por parte do 1º-Ten. Juliano Ricardo Costa, em desfavor da Sgt. Raquel Aparecida Vasconcelos, em episódio ocorrido no dia 3/11/2016;

nº 7.880/2017, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de providências para a defesa dos direitos à vida e à liberdade de expressão do frei Gilberto Teixeira, administrador paroquial da Paróquia de Santo Antônio, localizada no Distrito de Belisário, Município de Muriaé, que teve sua vida ameaçada no dia 19/2/2017;

nº 7.881/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação das 150 famílias da Ocupação Vicentão, localizada em terreno da Santa Casa de Misericórdia, em Belo Horizonte;

nº 7.882/2017, dos deputados Rogério Correia, Tito Torres e Doutor Jean Freire, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as circunstâncias e condições em que foi efetuada a prisão do Sr. Niator Figueiredo, presidente da Câmara Municipal de Três Marias, tendo em vista as denúncias de abuso de autoridade e arbitrariedade; requerem ainda sejam apuradas práticas ilegais no pátio de apreensão de veículos nesse município;

nº 7.883/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Almenara para debater a denúncia de espancamento de uma família quilombola na Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeiras, na noite de 24/3/2017;

nº 7.884/2017, dos deputados Rogério Correia, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire e Paulo Guedes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o conflito agrário no acampamento Alvimar Ribeiro, instalado na Fazenda Norte América, no Município de Capitão Enéas, tendo em vista o seu acirramento nos últimos dias devido a uma emboscada ocorrida em 9/4/2017, em que sete integrantes do MST foram baleados quando se dirigiam à sede da fazenda para uma reunião com o administrador do local;

nº 7.885/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ameaça de morte sofrida por Frei Gilberto Teixeira em 19/2/2017, em razão de sua atuação contrária à ampliação dos projetos de mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, no Distrito de Belisário, no Município de Muriaé;

nº 7.886/2017, do deputado Durval Ângelo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implantação do método Apac no Estado;

nº 7.887/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para que intensifique as investigações sobre o desaparecimento do Sr. Welinton Fernandes Vieira, vendedor ambulante, ocorrido há mais de dois meses em Salinas;

nº 7.888/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para que todos os atendimentos a mulheres vítimas de violência sejam realizados na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, independentemente de quem seja o agressor;

nº 7.898/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Rio Doce para debater os problemas advindos das obras que estão sendo realizadas no município pela Samarco Mineração S.A. e Fundação Renova que tem por objetivo a drenagem dos rejeitos depositados no reservatório da UHE Risoleta Neves;

nº 7.899/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Grão Mogol para debater os conflitos fundiários na localidade conhecida como Vale das Cancelas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2017.

Cristiano Silveira, presidente – Geraldo Pimenta – Celise Laviola.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/4/2017

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire, Geraldo Pimenta e Antônio Jorge, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Doutor Wilson Batista. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos nºs 7.830 e 7.913 e 7.917/2017. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 7.997/2017, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação de precariedade dos 26 hospitais do Estado que estão sucateados, com dificuldades de atendimento relacionadas com atrasos de pagamento de funcionários, problemas de infraestrutura, falta de equipamentos, insumos, medicamentos, equipes desfalcadas, entre outros, e que sofrem o risco de paralisar as atividades.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 7.998/2017, dos deputados Antônio Jorge e Doutor Wilson Batista, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para retomada do Programa de Prevenção ao Câncer de Mama, destinando recursos financeiros aos Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – Cacons;

nº 7.999/2017, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja realizada audiência pública para debater as questões regionais da saúde na Zona da Mata referentes a financiamento, credenciamento de serviços e funcionamento do Samu e ainda a atual situação do Hospital Regional de Juiz de Fora;

nº 8.000/2017, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada visita ao Hospital Júlia Kubitschek para conhecer os programas desenvolvidos pelo hospital e as obras inacabadas, bem como o trabalho desenvolvido pela Associação de Voluntários Mãos Amigas, há mais de 20 anos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária do dia 20/4/2017, às 9 horas, e para a próxima ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2017.

Carlos Pimenta, presidente – Bonifácio Mourão – Antônio Jorge – Doutor Jean Freire.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 24 de abril de 2017, destinada a homenagear a Federação Mineira de Karate.

Palácio da Inconfidência, 20 de abril de 2017.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Extraordinária da Reforma da Previdência

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Antônio Jorge, Dalmo Ribeiro Silva e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/4/2017, às 13 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a situação da Previdência e os impactos sociais e financeiros provenientes da Proposta de Emenda à Constituição nº 287/2016, que tramita na Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2017.

Gilberto Abramo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Santana e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/4/2017, às 10 horas, em Bom Despacho, com a finalidade de, em audiência pública, debater a prestação de serviços da Copasa-MG no município e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2017.

Fábio Cherem, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.773/2016

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cristina, com sede no Município de Cristina, e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

A matéria foi analisada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.773/2016 pretende declarar de utilidade pública a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cristina, com sede no Município de Cristina, no sul do Estado. Trata-se de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade a prestação de serviços sociais voluntários nas áreas de combate a incêndios, atendimento pré-hospitalar e defesa civil.

Com esse propósito, a instituição desenvolve, entre outras, as seguintes atividades: apoio e socorro à comunidade, prevenção contra sinistros e cooperação com unidades do Corpo de Bombeiros Militar.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça anotou que, pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento aos requisitos previstos no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Quanto ao mérito, não resta dúvida de que a criação de unidades de bombeiros voluntários é imprescindível e deve ser apoiada pelo poder público. Dos 853 municípios do Estado, menos de 10% possuem unidade do Corpo de Bombeiros Militar. Por outro lado, o Município de Cristina possui cerca de 10 mil habitantes e uma área territorial de 311 km², o que denota a importância da auto-organização da sociedade para provimento de atividades de defesa civil, salvamento e resgate.

Tendo em vista esses argumentos, apoiamos a declaração de utilidade pública da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cristina.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.773/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2017.

Paulo Guedes, relator.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 18ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 31/8/2016, em São Sebastião do Paraíso, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.522/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 23º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/9/2016, em Divinópolis, que resultou na apreensão de drogas, balanças de precisão, arma de fogo, munição, quantia em dinheiro e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 5.530/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 10º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/9/2016, em Montes Claros, que resultou na apreensão de três menores, de drogas, balança de precisão e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.531/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 17º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/9/2016, em Uberlândia, que resultou na apreensão de armas, carros e na detenção de oito pessoas envolvidas com roubo de carros e explosão de caixas eletrônicas (Requerimento nº 5.532/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 10º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/9/2016, em Montes Claros, que resultou na apreensão de uma pistola que havia sido furtada de um sargento da Polícia Militar (Requerimento nº 5.533/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 42º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/9/2016, em Três Marias, que resultou na apreensão de 52 pés de maconha (Requerimento nº 5.534/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 10º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/9/2016, em Montes Claros, que resultou na apreensão dois tabletes grandes de maconha e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.535/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 43º Batalhão de Polícia Militar e no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/9/2016, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de drogas, quantia em dinheiro, uma balança e celulares e na detenção de quatro pessoas (Requerimento nº 5.548/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 52º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 12/9/2016, em Mariana, que resultou na apreensão de drogas, quantia em dinheiro e uma balança de precisão e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 5.549/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 30º Batalhão da Polícia Militar e na 11ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/9/2016, em Januária, que resultou na apreensão de drogas e uma balança de precisão (Requerimento nº 5.550/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 18º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 12/9/2016, em Contagem, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.551/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/9/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, material para embalar drogas e quantia em dinheiro e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.552/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 7º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/9/2016, em Bom Despacho, que resultou na apreensão de um menor e de drogas, munição, quantia em dinheiro e objetos diversos (Requerimento nº 5.553/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 4ª Companhia de Missões Especias da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 12/9/2016, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de dois menores e de drogas, armas de fogo, munição, carregadores e objetos diversos e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 5.554/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 4ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/9/2016, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo e munição e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.555/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 8ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar e no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/9/2016, em Mantena, que resultou na apreensão de quatro tabletes grandes de maconha e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 5.556/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/9/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, uma balança e quantia em dinheiro (Requerimento nº 5.557/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 20º Batalhão de Polícia Militar e na 17ª Companhia de Missões Especias da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/9/2016, em Pouso Alegre, que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo e quantia em dinheiro e na detenção de quatro pessoas (Requerimento nº 5.558/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 63º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 18/9/2016, em Pedra do Indaiá, que resultou na apreensão de 249kg de maconha (Requerimento nº 5.560/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/9/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de duas toneladas de maconha e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.562/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 19ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/9/2016, em Papagaios, que resultou na apreensão de 530kg de *crack* e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 5.573/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 24ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/9/2016, em Fronteira dos Vales, que resultou na apreensão de drogas, objetos diversos e quantia em dinheiro e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.574/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão de Policiamento Especializado da Polícia Militar e no 13º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/9/2016, em Venda Nova, que resultou na apreensão de drogas, armas de fogo, quantia em dinheiro, munição, veículos e objetos diversos e na detenção de nove pessoas (Requerimento nº 5.575/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 1º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 20/9/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.576/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 11ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/9/2016, em Janaúba, que resultou na apreensão de quarenta pássaros da fauna silvestre e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 5.577/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 62º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 23/9/2016, em Caratinga, que resultou na apreensão de armas, drogas, munição e quantia em dinheiro e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.578/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 52º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 22/9/2016, em Mariana, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.579/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 11ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 22/9/2016, em Montes Claros, que resultou na apreensão de drogas, armas de fogo e balança (Requerimento nº 5.580/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/9/2016, em Ipatinga, que resultou na apreensão de drogas, quantia em dinheiro e celular e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.584/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 13º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 30/9/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição, radiocomunicadores e documentos e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 5.585/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º e no 43º Batalhões de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/9/2016, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de dois menores, de drogas, quantia em dinheiro e balança e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.586/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 12º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 2/10/2016, em Passos, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 5.587/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 57º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 28/9/2016, em São Lourenço, que resultou na apreensão de 32kg de maconha enterrados em um lote vago (Requerimento nº 5.588/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 28/9/2016, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de drogas, armas e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 5.589/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 60º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 4/10/2016, em Nova Serrana, que resultou na apreensão de dois menores, drogas, arma de fogo, celular, munição e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.604/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 18º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 4/10/2016, em Contagem, que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo, quantia em dinheiro e uma máscara (Requerimento nº 5.605/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 52º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/10/2016, em Mariana, que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo, quantia em dinheiro, munição na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.606/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 62º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 4/10/2016, em Caratinga, que resultou na apreensão de três menores e de armas, joias, quantia em dinheiro, celulares e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.607/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar e na Companhia Independente de Policiamento com Cães, pela atuação na ocorrência, em 12/10/2016, em Vespasiano, que resultou na apreensão de drogas, caderno, quantia em dinheiro, celulares, armas de fogo e munição e na detenção de quatro pessoas (Requerimento nº 5.618/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/10/2016, em São Joaquim de Bicas, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição (Requerimento nº 5.619/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 3ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar e no 36º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 11/10/2016, em Lagoa Santa, que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo, munição, quantia em dinheiro, veículo, celulares e material para pesagem de drogas e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 5.620/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 52º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/10/2016, em Mariana, que resultou na apreensão de drogas, balança, material para preparo de drogas, aparelhagem de monitoramento por câmeras, celulares, caderno e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 5.621/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 16º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 11/10/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, balança, quantia em dinheiro, veículo e material para embalar drogas e na detenção de quatro pessoas (Requerimento nº 5.631/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/10/2016, em Ipatinga, que resultou na apreensão de drogas e rádios comunicadores (Requerimento nº 5.632/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 1º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/10/2016, em Betim, que resultou na apreensão de joias, droga e munição e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 5.633/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 17º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 28/9/2016, em Uberlândia, que resultou na apreensão de aproximadamente 60kg de maconha (Requerimento nº 5.634/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 43º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 4/10/2016, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de arma de fogo, drogas, quantia em dinheiro, balança e celulares e na detenção de seis pessoas (Requerimento nº 5.635/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 25º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/10/2016, em Santana do Pirapama, que resultou na apreensão de armas, veículos e quantia em dinheiro e na prisão de três pessoas (Requerimento nº 5.636/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 17ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/10/2016, em João Monlevade, que resultou na apreensão de trinta e três tabletes de maconha, avaliados em aproximadamente R\$33.000,00 (Requerimento nº 5.637/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 52º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 11/10/2016, em Ouro Preto, que resultou na apreensão de drogas, balança de precisão e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 5.638/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a comunidade de Inhaúma pelo aniversário desse município (Requerimento nº 5.885/2016, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com a comunidade de Capim Branco pelo aniversário desse município (Requerimento nº 5.893/2016, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com a comunidade de Curvelo pelo aniversário desse município (Requerimento nº 5.894/2016, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com a comunidade de Pompéu pelo aniversário desse município (Requerimento nº 5.895/2016, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com a comunidade de Ribeirão das Neves pelo aniversário desse município (Requerimento nº 5.896/2016, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com a comunidade de Pedro Leopoldo pelo aniversário desse município (Requerimento nº 5.897/2016, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com a comunidade de Santana de Pirapama pelo aniversário desse município (Requerimento nº 5.898/2016, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com a comunidade de Maravilhas pelo aniversário desse município (Requerimento nº 5.899/2016, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com a Fundação Ezequiel Dias pelas pesquisas desenvolvidas em prol do avanço científico e tecnológico no campo da saúde pública, principalmente em relação à febre maculosa (Requerimento nº 6.211/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais);

de congratulações com o apóstolo Josué Lopes pelos seus 40 anos de ministério na Igreja Missão Evangélica Betel (Requerimento nº 6.272/2016, do deputado Missionário Marcio Santiago);

de congratulações com a comunidade de Cabeceira Grande pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.283/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Itapagipe pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.284/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Delta pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.285/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Campina Verde pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.286/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Abadia dos Dourados pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.287/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Campo Florido pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.288/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Conceição das Alagoas pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.289/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Matutina pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.290/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Pirajuba pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.291/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Cascalho Rico pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.292/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Água Comprida pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.293/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Douradoquara pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.294/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Veríssimo pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.295/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Santa Juliana pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.296/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Córrego Danta pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.297/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Unai pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.298/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Serra do Salitre pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.299/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Nova Ponte pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.300/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Comendador Gomes pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.301/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Planura pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.302/2016, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Fortuna de Minas pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.307/2016, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com a comunidade de Prudente de Moraes pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.309/2016, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com a comunidade de Cachoeira da Prata pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.312/2016, do deputado Douglas Melo);

de congratulações com a comunidade de Arinos pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.345/2017, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Romaria pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.346/2017, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de São Francisco de Sales pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.347/2017, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Pedrinópolis pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.348/2017, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Grupiara pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.349/2017, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Formoso pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.350/2017, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Buritis pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.351/2017, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Uberaba pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.352/2017, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Bonfinópolis pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.360/2017, do deputado Antonio Lerin);

de pesar pelo falecimento de Antônio Cláudio Valentim da Silva (Requerimento nº 6.369/2017, do deputado Agostinho Patrus Filho);

de congratulações com o Retiro Sport Club pelos 100 anos de sua fundação (Requerimento nº 6.372/2017, do deputado João Vítor Xavier);

de congratulações com a comunidade de Santa Vitória pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.402/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Riachinho pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.403/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Guarda-Mor pelo 54º aniversário desse município (Requerimento nº 6.404/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Guimarães pelo 54º aniversário desse município (Requerimento nº 6.405/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Santa Rosa da Serra pelo 55º aniversário desse município (Requerimento nº 6.406/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Lagamar pelo 55º aniversário desse Município (Requerimento nº 6.407/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Carneirinho pelo 25º aniversário desse Município (Requerimento nº 6.408/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Limeira do Oeste pelo 49º aniversário desse Município (Requerimento nº 6.409/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Capinópolis pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.410/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Patos de Minas pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.411/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Patrocínio pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.412/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Medeiros pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.413/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Urucua pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.414/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Tapira pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.415/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Cedro do Abaeté pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.416/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Lagoa Formosa pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.417/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Tupaciguara pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.418/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Formiga pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.419/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Lagoa Grande pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.420/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Cruzeiro da Fortaleza pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.421/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com o Rotaract Club Caratinga pelo projeto comunitário I Desafio do Livro, desenvolvido por essa instituição, que proporcionou às camadas mais populares da população do município o acesso à leitura (Requerimento nº 6.422/2017, do deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a comunidade de Divinolândia de Minas pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.424/2017, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Ibitiré pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.425/2017, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Caranaíba pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.426/2017, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Andradas pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.440/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário do Estado de Minas Gerais – Feticom – pela posse de sua nova diretoria (Requerimento nº 6.467/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Sr. Fernando Cabral, prefeito do Município de Bom Despacho, pela entrevista dada ao jornal *O Tempo*, na coluna *A.Parte*, de 14/1/2017, sobre a sua profícua e moderna administração, que vem se destacando e levando vários prefeitos a buscar pelos programas e projetos implementados em sua gestão (Requerimento nº 6.481/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Região pela reeleição de seu presidente, Sr. João Alves de Almeida, e demais membros da diretoria (Requerimento nº 6.522/2017, do deputado Geraldo Pimenta);

de congratulações com a Frente Parlamentar Mista do Café, com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB – e com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA – pelo trabalho que resultou na suspensão da medida que autorizava a importação de café verde pelo Comitê Executivo de Gestão – Gecex – da Câmara de Comércio Exterior – Camex –, ação fundamental na articulação com o governo federal em benefício dos produtores e da economia brasileira (Requerimento nº 6.523/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com a Sra. Maria Célia Rabello pela sua importância no enfrentamento da dependência química na Comunidade Terapêutica Bom Pastor (Requerimento nº 6.528/2017, do deputado Antônio Jorge);

de congratulações com o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais pelos 70 anos dessa entidade (Requerimento nº 6.553/2017, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade de Ubaporanga pelo aniversário desse município, comemorado em 27 de abril (Requerimento nº 6.569/2017, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Carandaí pelo aniversário desse município, comemorado em 27 de abril (Requerimento nº 6.570/2017, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a Rede Minas pela premiação no 5º Prêmio CDL de Belo Horizonte de Jornalismo, com a matéria *Startups: indústria criativa*, realizada por Renata Marques, Renato Prado, Bruna Cervidani, Michel Campolina e William Félix (Requerimento nº 6.576/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Rádio Inconfidência pela premiação no 5º Prêmio CDL de Belo Horizonte de Jornalismo, com a reportagem *Sem crise! Empreendedores cavaram oportunidades*, realizada por Verônica Pimenta (Requerimento nº 6.578/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Empresa Mineira de Comunicação pelas premiações da Rede Minas e da Rádio Inconfidência, nas categorias TV e Rádio, no 5º Prêmio CDL de Belo Horizonte de Jornalismo (Requerimento nº 6.580/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Polícia Militar de Minas Gerais pela atuação no jogo Cruzeiro x Atlético realizado em 1º/2/2017 (Requerimento nº 6.581/2017, do deputado Anselmo José Domingos);

de congratulações com os policiais militares que atuaram na ação de combate à criminalidade realizada no Bairro São Jorge, nesta capital, em 9/3/2017, que resultou na apreensão de material explosivo que supostamente seria lançado nas guarnições ou na sede da 125ª Companhia de Polícia Militar (Requerimento nº 6.604/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais rodoviários federais que atuaram na operação, em 22/3/2017, em Betim, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de armas e munição de uso restrito das Forças Armadas (Requerimento nº 6.605/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o deputado federal Rodrigo Pacheco por assumir recentemente a presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (Requerimento nº 6.608/2017, do deputado Roberto Andrade);

Requerem seja formulada manifestação de protesto ao presidente da Câmara dos Deputados e ao presidente do Senado Federal contra a reforma da previdência contida na Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 287/2016 (Requerimento nº 6.609/2017, do deputado Adalclever Lopes e outros);

de congratulações com o Sr. Eduardo Cyrino Generoso por sua eleição como presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais para o biênio 2017-2019, extensivo a toda a diretoria eleita (Requerimento nº 6.611/2017, do deputado Isauro Calais);

de congratulações com a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais – Federaminas – pelos 63 anos de sua fundação (Requerimento nº 6.614/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com os policiais militares pelas ações de policiamento realizadas, em especial no período noturno, na região da Savassi, em Belo Horizonte, cuja atuação tem sido motivo de elogios pelos moradores e comerciantes locais, que noticiam a constante presença de viaturas nas principais ruas do referido bairro (Requerimento nº 6.616/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Sr. Bruno Pereira Freitas por sua posse como vice-presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais – Federaminas – para o biênio 2017/2019 (Requerimento nº 6.619/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

Requer, nos termos do art. 103, III, "c", do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a Companhia Fiação e Tecidos Guaratinguetá por ocasião dos seus 105 anos de fundação (Requerimento nº 6.630/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Ambientais e Cooperativas – IBPEAC – pelos 10 anos oferecendo serviços especializados em meio ambiente e cooperativismo (Requerimento nº 6.686/2017, da Comissão de Desenvolvimento Econômico);

de congratulações com o Sistema Ocemg pela promoção das cooperativas mineiras, engrandecendo o segmento e gerando renda e oportunidades de trabalho aos mineiros, mesmo em um período de recessão no País (Requerimento nº 6.687/2017, da Comissão de Desenvolvimento Econômico);

de congratulações com o Sicoob Central Crediminas e o Sicoob Central Cearemge pelo patrocínio do Campeonato Mineiro 2017, fomentando o esporte mineiro e mostrando a força do cooperativismo no Estado (Requerimento nº 6.688/2017, da Comissão de Desenvolvimento Econômico);

de repúdio à escola Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense e ao samba-enredo e demais peças publicitárias divulgadas pela referida escola para o desfile de Carnaval de 2017, pois, ao criticar duramente o agronegócio, o grupo mostra total despreparo e ignorância quanto à história brasileira e à realidade econômica e social do País (Requerimento nº 6.697/2017, da Comissão de Desenvolvimento Econômico);

de apoio à União Nacional dos Estudantes – UNE – pela jornada que será realizada no dia 7/4/2017, contra a Reforma da Previdência e em defesa da educação (Requerimento nº 6.708/2017, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com os atletas Lucas Machado e Douglas Lima, extensivo ao professor Fábio Magioli Cadan, pelas vitórias no Campeonato Estadual de Karatê, realizado em Uberlândia, quando esses atletas conquistaram vaga na etapa nacional do referido campeonato na categoria 14/15 anos, 63kg, e na categoria sênior, 67kg, respectivamente (Requerimento nº 6.743/2017, da Comissão de Esporte);

de congratulações com o atleta Lucas Gabriel Freitas Azevedo, extensivo ao professor Fábio Magioli Cadan, pela vitória no Campeonato Estadual de Karatê na categoria 16/17 anos, 68kg, realizado em Uberlândia, conquista reafirmada na etapa nacional do campeonato, realizada em Caruaru, onde se tornou campeão da seletiva nacional nessa categoria (Requerimento nº 6.744/2017, da Comissão de Esporte);

de repúdio à conduta da Sra. Bárbara Livio, juíza de direito da Comarca de Januária, por entrar em contato com o serviço 190 e solicitar a disponibilização de viatura para levá-la do fórum para a sua residência (Requerimento nº 6.745/2017, da Comissão de Administração Pública).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/4/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 19/4/2017, que nomeou Carmem Andrade Melles, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando, a partir de 24/4/2017, Anderson Martins dos Santos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando, a partir de 24/4/2017, Edson André dos Reis, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando Hans Halbein Gomes Ruas, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire;

nomeando Anderson Martins dos Santos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Edivaldo da Silva Miranda, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Fabia Teodoro Souza, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Felipe Soares Mota Dias, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

nomeando Guilherme Pimenta Lopo, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

nomeando Isabela Cristina Lima, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Jane Andréia da Silva, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 32/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Colefar Ltda. Objeto: serviços de coleta, transporte, incineração e destinação final de resíduos de serviços de saúde. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: de 22/5/2017 a 21/5/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 39/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e Unidata Automação Ltda. Objeto: serviços de gerenciamento de abastecimento da frota de veículos da contratante e de fornecimento de combustível (gasolina comum, álcool comum hidratado e óleo diesel). Objeto do aditamento: altera preço do combustível óleo diesel. Vigência: a partir de 21/2/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 42/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Kalahari Comercial Ltda. Objeto: aquisição de vestuário feminino para apresentadoras e repórteres da TV Assembleia. Objeto do aditamento: alteração da cláusula 2.1.2. Vigência: a partir da assinatura.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 43/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: WMW Sistemas de Vídeo Ltda. Objeto: prestação de serviços de suporte técnico-operacional e assistência técnica a equipamentos profissionais de áudio e vídeo e a sistemas de radiodifusão, com fornecimento de peças. Objeto do aditamento: 3ª prorrogação, com reajuste de preço pelo índice INPC (IBGE), pelo prazo de quatro meses, ou até que o processo de nova contratação seja concluído, o que ocorrer primeiro. Vigência: 15/4/2017 a 14/8/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

 **ERRATAS**

COMISSÕES PERMANENTES

Na publicação da matéria em epígrafe, na pág. 10 das edições dos dias 22 e 29/3 e 5, 12 e 19/4/2017, no quadro da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, onde se lê:

“Deputado Coronel Piccinini	PSD – BCMG”
-----------------------------	-------------

leia-se:

“Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG”
-----------------------------	-------------

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/4/2017, na pág. 37, onde se lê:

“Cristiano Silveira, presidente – Celise Laviola, relatora – Durval Ângelo.”, leia-se:

“Cristiano Silveira, presidente e relator – Celise Laviola – Durval Ângelo.”.